



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA I: RELAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS E PRODUÇÃO DOS
ESPAÇOS

**DA CASA DE DETENÇÃO À COLÔNIA PENAL “DOUTOR JOÃO CHAVES”:
O PROCESSO DE AFASTAMENTO DA PRISÃO EM RELAÇÃO AO ESPAÇO
URBANO DA CIDADE DE NATAL (1940-1975)**

Aldenise Regina Lira da Silva

**DA CASA DE DETENÇÃO À COLÔNIA PENAL “DOUTOR JOÃO CHAVES”:
O PROCESSO DE AFASTAMENTO DA PRISÃO EM RELAÇÃO AO ESPAÇO
URBANO DA CIDADE DE NATAL (1940-1975)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção de grau de mestre no curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Relações Econômico-sociais e Produção dos Espaços, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais.

Aldenise Regina Lira da Silva

Natal/ RN

2015

Catálogo da Publicação
Biblioteca Central Zila Mamede – Setor de Informação e Referência

Silva, Aldenise Regina Lira da.

Da Casa de Detenção à Colônia Penal “Doutor João Chaves”: o processo de afastamento da prisão em relação ao espaço urbano da cidade de Natal (1940-1975) / Aldenise Regina Lira da Silva. Natal, RN, 2015.

133 f.

Orientador: Raimundo Pereira Alencar Arrais.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte – Programa de Pós-graduação em História.

1. História da prisão – Dissertação. 2. Cidade de Natal – Dissertação. 3. Casa de Detenção – Dissertação. 4. Colônia Penal “Doutor João Chaves” – Dissertação. I. Arrais, Raimundo Pereira Alencar. II. Título.

RN/UF/BCZM

**DA CASA DE DETENÇÃO À COLÔNIA PENAL “DOUTOR JOÃO CHAVES”:
O PROCESSO DE AFASTAMENTO DA PRISÃO EM RELAÇÃO AO ESPAÇO
URBANO DA CIDADE DE NATAL (1940-1975)**

Dissertação apresentada por ALDENISE REGINA LIRA DA SILVA como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais - UFRN
(Orientador)

Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas da Fonseca - UFRJ
(Avaliador Externo)

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha - UFRN
(Avaliador Interno)

Natal, 18 de agosto de 2015

Agradecimentos

À minha mãe, Maria do Socorro, a meu pai Manoel, à minha irmã, Andiara, e a meu amado companheiro Leonardo. Nada teria sido possível sem vocês, que nunca pouparam esforços para contribuir com esta etapa de minha formação profissional, apoiando-me de todas as formas possíveis e imagináveis para que eu pudesse conciliar o curso de mestrado e a tarefa de lecionar.

A meu orientador, Raimundo Pereira Alencar Arrais, pela confiança e pelo carinho com que me acolheu no grupo de pesquisa que coordena, *Espaços da modernidade*, em 2012; e pela disposição com que se prontificou a orientar meu trabalho desde sua fase embrionária, sempre apresentando contribuições pertinentes e grande sensibilidade para com a temática aqui abordada.

Ao pessoal do grupo de pesquisa *Espaços da Modernidade*, Fagner Silva, Khalil Jobim, Gabriela Siqueira, Maiara Gonçalves, Giovanni Bentes, Flávia Marinho, Renato Marinho, Clara Maria, pelo acolhimento, e pela parceria. Gostaria de enfatizar meus sinceros agradecimentos a Khalil Jobim, grande companheiro de estudos desde a seleção para o curso, incansável em colaborar com este trabalho, sugerindo leituras, discussões metodológicas, como também, compartilhando angústias e alegrias, como colega de turma, durante esse processo de mais de dois anos.

A todos os colegas da turma de Mestrado em História 2013.1, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pelo companheirismo e pelas críticas construtivas. A Arlan Leite, especialmente, pela amizade e por todas as sugestões de leitura e conversas inspiradoras sobre o espaço prisional.

A Raimundo Nonato, Durval Muniz, Raimundo Arrais e Fátima Lopes, professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por todas as contribuições que suas disciplinas trouxeram para este trabalho.

A meus amados Tiago Tavares, Felipe Tavares, Emelinne Tavares, Magno Araújo, Victor Hugo Siqueira, Luara Schamó. O apoio de amigos como vocês fez toda a diferença ao longo desse percurso.

A todos os diretores, funcionários e bolsistas de arquivos, que sou incapaz de enumerar. Agradeço especialmente a Lúcia, do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte; a Flávia Assaf, ao senhor Paulo e a Janaína Porto, do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte. Carinho especial por Janaína Porto, que, de bolsista do Arquivo Público, dando grande apoio à minha pesquisa documental, tornou-se amiga.

... apesar de todos os encerramentos, a prisão não é um mundo fechado e subtraído. (Michelle Perrot)

Homem em silêncio

Homem na prisão

Homem no escuro

Futuro da nação

(Titãs)

RESUMO

Em 1970, foi desativada a Casa de Detenção de Natal, localizada no bairro de Petrópolis, sendo substituída pela Colônia Penal “Doutor João Chaves”, situada em um ambiente de características rurais, o distrito de Igapó. Porém, o processo que levou a esse afastamento da prisão em relação ao espaço urbano de Natal havia começado três décadas antes. A fundação da Colônia Penal “Doutor João Chaves” no município de Macaíba, e posteriormente, sua transferência para Igapó, no município de Natal, envolvem questões políticas e sociais que agem sobre a definição do lugar que a prisão deveria ocupar na cidade. Neste trabalho, pretendemos analisar o fenômeno do afastamento da prisão em relação ao espaço urbano da cidade de Natal, entre 1940 e 1975. Buscaremos investigar as relações que se estabeleciam entre a prisão e a cidade de Natal, com base no modo como as prisões aqui estudadas são enunciadas nos jornais e pensadas por seus planejadores, o que sofre interferências, entre outros fatores, das diferentes identidades espaciais contidas no território da cidade. Mas também buscaremos perceber a maneira como os sujeitos ligados à prisão, sobretudo os presos, interagem com o espaço urbano. Abordaremos a prisão enquanto instituição planejada por parte do Estado, cujas expectativas envolvem relações políticas locais e nacionais, mas também envolvem um projeto de como deveria ser a cidade. Contudo, este trabalho também é uma tentativa de analisar o preso como sujeito em interação com a sociedade intra e extramuros, através de suas formas de adaptação e resistência ao encarceramento.

Palavras-chave: História da Prisão, cidade de Natal, Casa de Detenção, Colônia Penal “Doutor João Chaves”

ABSTRACT

In 1970, the penal colony called *Casa de Detenção de Natal* was disabled, located in the neighborhood of Petropolis, replaced by the penal colony called *Colônia Penal Doutor João Chaves*, located in an environment of rural characteristics, the neighborhood of Igapó. However, this process of replacing had begun three decades earlier. The foundation of the Penal Colony "João Chaves" in the city of Macaíba, and later its transfer to Igapó, in Natal, has political and social questions which act on the definition of the place that the prison should take in the city. In this thesis, we intend to analyze the phenomenon of the prison removal in relation to the urban space of the city of Natal, between 1940 and 1975. We will seek to investigate the relationships established between the prison and the city of Natal, based on how the prisons here are studied and set out in the newspapers and thought by its planners, it may be interfered, among other factors, in the different spatial identities contained in the city. But we also seek to understand how the subjects linked to prison, especially the prisoners, interact with the urban space. We address the prison as an institution planned by the state, whose expectations involve local and national political, but also involve a project as it should be the city. However, this study is also an attempt to analyze the prisoner as a subject in coordination with the intra and extramural society through their ways of adaptation and resistance to incarceration.

Keywords: History prison, Natal city, Casa de Detenção, Colônia Penal "Doutor João Chaves"

Sumário:

Introdução	11
Capítulo 1: Nasce uma prisão fora da cidade de Natal: a Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves” no município de Macaíba	23
Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves”, um “quisto” a ser extirpado: espaços em conflito e a colônia penal que não “regenera”.....	42
Capítulo 2: Uma nova prisão, numa “outra cidade” (1951-1955)	46
O bairro de Petrópolis e as disputas pelo espaço urbano.....	46
“Vergonha para nossos foros de civilizados”: a Casa de Detenção como elemento indesejado no bairro de Petrópolis.....	58
Igapó e Redinha: uma “outra cidade”.....	64
Capítulo 3: E a prisão segregada interage com a cidade: Expectativas e práticas em torno da Colônia Penal “Doutor João Chaves”	76
As expectativas em relação à Colônia Penal Doutor João Chaves de Igapó.....	76
Trabalho e disciplina nas expectativas pela Colônia Penal Doutor João Chaves de Igapó.....	85
Existe vida após a ponte: As interações a partir da Colônia Penal “Doutor João Chaves”.....	92
Considerações finais	123
Fontes	125
Bibliografia	130

Introdução

Dentro de um ou dois anos veremos solucionado o problema penitenciário, pois as instalações da nova Penitenciária trará nova fase para a Polícia, e a sociedade potiguar dormirá mais tranquila sem que seja atormentada com a fuga de perigosos larápios, criminosos e malandros¹.

Em janeiro de 1955, o repórter Adalberto Rodrigues expressava, com as palavras acima, nas páginas do jornal *Tribuna do Norte*, o que possivelmente fosse um desejo de grande parte da sociedade residente na cidade de Natal naquele momento: a extinção da Casa de Detenção e o afastamento de seus apenados para uma penitenciária construída fora do perímetro urbano da cidade, a Colônia Penal “Doutor João Chaves”. Arriscamos a crer que esse desejo era sentido pela sociedade, e não apenas pelo repórter, em razão da frequência com que era repetido, por meio dos jornais, o tema decadência material e moral da Casa de Detenção, destacada em sua precariedade e superlotação, mas principalmente nas fugas efetuadas por muitos de seus detentos. Não importava se o jornal fazia oposição política ao muito criticado governador Sylvio Piza Pedroza, responsável pela edificação da nova Penitenciária: o afastamento da prisão costumava ser visto com grande entusiasmo nas páginas dos jornais, que demonstravam sua crença na eficácia da nova prisão no que se refere ao poder de isolar, distanciar os indesejáveis da cidade, estabelecer uma cisão efetiva entre prisão e sociedade.

Não se tratava da primeira tentativa de desativar a prisão localizada no espaço urbano da cidade de Natal. Tampouco seria naquele momento que o afastamento da prisão em relação ao espaço urbano ocorreria efetivamente.

Este trabalho sobre o processo de afastamento da prisão foi pensado a partir de uma perspectiva da proximidade. Viver desde 1994 (com exceção apenas do ano de 2014) a poucas centenas de metros da penitenciária “afastada”, permitiu-me uma experiência não de afastamento, mas de proximidade em relação à Colônia Penal “Doutor João Chaves”. Boa parte dessa dissertação foi pensada e escrita na região da cidade de Natal onde foi instalada a Colônia Penal, denominada, desde a década de

¹ O QUE serão as instalações da Penitenciária ‘Dr. João Chaves’. *Tribuna do Norte*, Natal, 26 jan. 1955 p. 5.

1970, Zona Norte, e que até os dias atuais é chamada de “o outro lado do rio”. Embora hoje a região, urbanizada, possua instituições educacionais, shoppings, supermercados, e esteja integrada ao restante da cidade por duas pontes, estar na Zona Norte é estar dentro da cidade de Natal, do ponto de vista político, e ao mesmo tempo estar fora, do ponto de vista simbólico, da reprodução de *valores espaciais* que lhe atribuem um caráter de alteridade, sobretudo social, em relação ao restante da cidade. Foi a curiosidade sobre o processo de construção dessa alteridade simbólica que inicialmente me conduziu à investigação da Colônia Penal “Doutor João Chaves” como um espaço de exclusão inserido em espaço de exclusão mais amplo, a região hoje denominada Zona Norte, que, em 1968, quando era inaugurada a Colônia Penal, fazia parte da zona rural do município de Natal, havendo baixa densidade populacional, e ausência de infraestrutura urbana.

Posteriormente, a complexidade da questão prisional nos levou a ampliar a análise, buscando perceber a relação da prisão com o território mais amplo da cidade, o que envolve relações sociais e políticas ligadas à prisão e também ao urbano. Nesse ponto, tornou-se necessário trazer à análise também a Casa de Detenção, prisão que precedeu a Colônia Penal “Doutor João Chaves”, sendo desativada em 1970, assim que seus presos foram transferidos para a Colônia Penal.

Assim, o tema do afastamento da prisão em Natal tornou-se o centro de nossa investigação, de modo que neste trabalho, pretendemos analisar o processo de afastamento da prisão em relação ao espaço urbano na cidade de Natal. Buscaremos investigar as relações entre a prisão e a cidade, com base no modo como a prisão é enunciada nos jornais e pensada por seus planejadores, um processo que se dá sob interferência, dentre outros fatores, das diferentes identidades espaciais contidas no território da cidade, mas também de expectativas ligadas a interesses políticos. Dentro dessa proposta, buscaremos também analisar a maneira como os sujeitos ligados à prisão interagem com o espaço urbano. Desse modo, pretendemos indagar a respeito de um tema que tem sua importância por revelar interesses e temores das sociedades. Pensar historicamente o espaço prisional e seu lugar na cidade é buscar compreender os anseios das sociedades quanto ao tratamento que se deve dar ao crime e aos criminosos; ao lugar da cidade que deve ser reservado ao estabelecimento punitivo; às distâncias que as sociedades estabelecem dentro das cidades, entre homens e entre espaços, em função de seus temores e interesses vinculados ao espaço urbano.

Debruçar-se sobre a história da prisão na cidade de Natal é algo bastante desafiador. Primeiramente por não haver de fato uma tradição de estudos dessa temática na cidade. Na historiografia local, há bastantes silêncios e vazios sobre o tema. Todavia, podemos citar o trabalho do arquiteto e urbanista Rubenilson Brazão Teixeira, autor que estuda as casas de câmara e cadeia do Rio Grande do Norte – incluindo a cidade de Natal –, no período colonial, partindo da perspectiva da história urbana e da arquitetura. Trata-se de uma pesquisa histórica acerca dos edifícios-sede da administração do poder municipal. O autor procura discutir a importância desses espaços na formação urbana das cidades brasileiras, espaços esses que representam “testemunhos materiais de nossa história cultural, social, política, econômica”²

O tema da prisão no século XX, no entanto, não é inteiramente ignorado, aparecendo isoladamente em capítulos de livros como *História da cidade do Natal*, publicado em 1947, do historiador e folclorista Câmara Cascudo, e *Nova História de Natal* (2008), do sociólogo Itamar de Souza. O tema da prisão nas obras de Câmara Cascudo e Itamar de Souza é bastante pontual, resumindo-se a capítulos dos livros acima citados. No capítulo XVII do livro *História da cidade do Natal*, intitulado “Pena de morte”,³ Câmara Cascudo trata do enforcamento, forma de punição praticada na cidade até 1847, bem como das condições da Cadeia Pública, e do momento de sua substituição pela Casa de Detenção, localizada em Petrópolis. A prisão é tratada como um capítulo isolado na história da cidade. No livro *Nova História de Natal* (2008), em que Itamar de Souza escreve uma história da cidade de Natal a partir de pequenos artigos sobre bairros e instituições, o autor faz breve menção à Casa de Detenção no trecho em que trata do Centro de Turismo, instituição que atualmente ocupa seu antigo prédio⁴. A referência à Colônia Penal “Doutor João Chaves” foi feita em dois parágrafos em seu livro⁵.

O tema da prisão também surge em monografias produzidas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Direito e Ciências Sociais. Destacamos duas que trabalham temas relacionados à Colônia Penal “Doutor João Chaves”. A monografia do arquiteto Francisco da Rocha Bezerra Júnior,

² TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *O poder municipal e as casas de câmara e cadeia: semelhanças e especificidades do caso potiguar*. Natal, RN: EDUFRN, 2012, p. 19.

³ CASCUDO, Câmara. *História da cidade do Natal*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980. p. 142.

⁴ SOUZA, Itamar. *Nova história de Natal*. Natal: Departamento Estadual de imprensa, 2008. p. 401.

⁵ Idem, p. 779.

O inimigo mora ao lado? Estudo do impacto ambiental do Complexo Penitenciário Dr. João Chaves (2005)⁶, elabora um breve histórico da Penitenciária desde o início de sua implantação no então distrito de Igapó até a extinção de parte da ala masculina em 2006, destacando a trajetória da formação de bairros e loteamentos circunvizinhos à penitenciária e o desenvolvimento do comércio nos seus arredores. Seu trabalho nos auxilia na percepção dos efeitos da implantação de grandes empreendimentos sobre a configuração do espaço urbano, e as transformações socioeconômicas e físico-espaciais ocorridas em função deles. Entretanto, o trabalho se debruça sobre um recorte temporal posterior ao período aqui estudado.

Na monografia apresentada ao curso de especialização em Direito Penal, *O cumprimento da pena à luz das garantias constitucionais: um estudo de caso na Penitenciária Central Doutor João Chaves*, Eliziana de Paiva, graduada em Direito, utiliza a Colônia Penal “Doutor João Chaves” como objeto de estudo de caso a fim de tratar da questão da execução penal, realizando uma análise jurídico-sociológica das condições do estabelecimento penal nos anos 1990 quanto à estrutura material e à qualidade da aplicação das penas. O trabalho aponta a ineficiência da Penitenciária em seu papel ressocializador, em face do alto grau de reincidência criminal⁷.

Os desafios de se escrever sobre a prisão em Natal devem-se também à dificuldade de acesso à documentação, já que inexistem arquivos específicos das instituições prisionais estudadas, como também do Conselho Penitenciário, o que torna impossível o acesso a certas tipologias de documentos que enriqueceriam grandemente a pesquisa, como plantas baixas de penitenciárias, regimentos internos, documentação administrativa com informações de presos, como profissão, idade, lugar de residência, etc.

Nos arquivos existentes, deficiências como documentação fragmentária, com a ausência de grupos de documentos de diversos anos do recorte temporal estudado, marcaram a trajetória que realizamos ao longo de nossa pesquisa. Não foi possível encontrar certos depoimentos escritos, como de deputados, técnicos urbanísticos, arquitetos e engenheiros envolvidos com o planejamento da construção e do

⁶ BEZERRA JÚNIOR, Francisco da Rocha. *O inimigo mora ao lado? Estudo do impacto ambiental do Complexo Penitenciário Dr. João Chaves*. Natal: UFRN, 2005. Monog.

⁷ PAIVA, Eliziana de. *O cumprimento da pena à luz das garantias constitucionais: um estudo de caso na Penitenciária Central Doutor João Chaves*. Natal: UFRN, 2005. Monografia de pós-graduação.

funcionamento da prisão. Uma grande esperança que alimentamos por certo tempo, de entrevistar Milson Dantas, um senhor de 92 anos de idade que, nos anos 1950, fora o engenheiro responsável pela construção do primeiro pavilhão da Colônia Penal “Doutor João Chaves”, foi perdida com seu trágico falecimento, em junho de 2014, num acidente automobilístico. Quanto a documentos escritos por presos, foi encontrada apenas uma breve correspondência de preso da Colônia Penal “Doutor João Chaves” a um juiz de direito, que será discutida no terceiro capítulo.

Dessa forma, grande parte da documentação que será analisada ao longo do presente trabalho é proveniente de três tipos principais de fontes: mensagens anuais de governadores do estado do Rio Grande do Norte, periódicos e ofícios do Departamento de Estabelecimentos Penais (DEPE).

O livro de *Mensagem* é um documento anual emitido pela governadoria do estado para exposição aos deputados da Assembleia Legislativa, na qual a fala do governador encontra-se em primeira pessoa, reportando aos deputados os problemas da administração do estado, além das obras em planejamento e em curso. Durante os anos do Estado Novo as *Mensagens* à Assembleia Legislativa foram substituídas por *Relatórios* ao presidente Getúlio Vargas, que compartilhavam bastantes semelhanças com as *Mensagens*, no que diz respeito a seu conteúdo. Tivemos acesso apenas aos *Relatórios* de 1938-39, bem como o de 1940, visto que a documentação oficial de interventoria e governadoria da década de 1940 não foi encontrada durante a pesquisa.

Como qualquer documento, que contém interesses explícitos e implícitos, recortes de uma realidade, representa uma verdade produzida sobre os fatos, que, no caso, remete ao poder instituído. Muitas das *Mensagens* de governadores, bem como o *Relatório* de interventor, escritas no recorte temporal estudado fornecem informações acerca do planejamento da prisão, bem como dados sobre as condições de funcionamento. Foram, sobretudo, as informações contidas nos livros de *Mensagem* que nos levaram à busca de outras fontes documentais, como decretos, leis, e notícias do *Diário Oficial*, mas principalmente de outros periódicos, como os jornais *Tribuna do Norte*, *A Republica*, e *A Ordem*.

As informações sobre a prisão em Natal, provenientes dos periódicos, são marcadas pelas contingências político-partidárias dos mesmos. Assim, há grande variabilidade na atenção que o periódico dispensa aos temas referentes à prisão, a

depende de seu posicionamento político. Há o jornal *A Republica*, que era o porta-voz oficial do governo do estado. Há também o jornal *A Ordem*, pertencente à arquidiocese de Natal, e que “além de, naturalmente, trazer notícias referentes aos assuntos eclesiásticos, era composto basicamente, enquanto corpo editorial, de temáticas ligadas aos acontecimentos que se consideravam importantes, dos âmbitos mundial e nacional; as ações dos grupos políticos, mesmo que não se partidarizando oficialmente com nenhum deles; e questões próprias do estado do Rio Grande do Norte e principalmente da Cidade do Natal”⁸, circulando de 1935 a 1953, e tornando a circular no período de 1962 até 1967. Por fim, o jornal *Tribuna do Norte*, periódico ligado ao grupo político-partidário de Aluízio Alves, personagem que foi editor do jornal, fundado em 1951, além de deputado federal por diversos mandatos, e governador pelo Rio Grande do Norte. Pudemos observar que, especialmente nesse jornal, a abordagem e o posicionamento a respeito da prisão, variaram no período estudado conforme o alinhamento político-partidário de Aluízio Alves em relação ao governo estadual em exercício.

O terceiro dos principais grupos de documentos é composto pelos ofícios emitidos pelo Departamento de Estabelecimentos Penais (DEPE), órgão vinculado à Secretaria de Justiça, que funcionou entre os anos de 1972 a 1974 entre os muros da Colônia Penal “Doutor João Chaves”. Essa documentação resume-se a ofícios expedidos, não havendo no acervo qualquer correspondência recebida pelo DEPE. Os ofícios são restritos ao período entre 1972 e 1974, embora o órgão tenha continuado seus trabalhos em outra localização, nos anos subsequentes. Esses ofícios, encaminhados a diversos órgãos, instituições e instâncias do poder, inclusive federal, tratavam, sobretudo, da promoção do trabalho e da educação básica e profissionalizante dos presos da Colônia Penal “Doutor João Chaves”, tratando também de transferências e traslados dos presos para tribunais de seus municípios de origem. Neste trabalho, será preservada a grafia original dos documentos analisados.

É de grande importância a contribuição da obra *Vigiar e Punir* (1975), de Michel Foucault, para a reflexão acerca da historicidade da pena prisão, segundo o autor, forma sofisticada de controle dos indivíduos e sujeição de seus corpos, que nasce em uma

⁸ SILVA, Wesley Garcia Ribeiro. *Cartografia dos tempos urbanos: representações, cultura e poder na cidade do Natal (década de 1960)*. Natal: EDUFRN, 2011, 27-28.

sociedade dotada de mecanismos de vigilância e tecnologias de poder⁹. Foucault analisa o sistema punitivo na Holanda, na França e nos Estados Unidos da América, a partir do século XVIII, países que adotaram progressivamente a abolição do suplício – castigo físico aplicado em ambiente público –, e a reconfiguração do espaço prisional, que passava a ser pensado não apenas com a finalidade de encarceramento, mas de modo a “regenerar” moralmente os apenados através do trabalho, reabilitando-o a viver entre a sociedade.

Segundo Foucault, a utilidade do trabalho penal reside na “constituição de uma relação de poder”, “um esquema de submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção”¹⁰, em que se visa a inserir o preso, antes transgressor da ordem e socialmente deslocado, numa hierarquia em que ele pudesse perceber o lugar reservado para si na sociedade. A disciplina que permeia o trabalho penal institui ordem e regularidade, buscando sujeitar os corpos e ditar-lhes um novo ritmo: o ritmo do trabalho. Foucault destaca dois modelos prisionais norte-americanos de encarceramento que serviram como referência para as prisões em outros países, o de Auburn e o de Philadelphia. O sistema de Auburn era caracterizado por uma disciplina semelhante à monástica, prescrevendo “cela individual durante a noite, o trabalho e as refeições em comum, mas, sob a regra do silêncio absoluto, os detentos só podendo falar com os guardas”¹¹. Já o sistema de Philadelphia era baseado no isolamento absoluto, não buscando a “requalificação do criminoso ao exercício de uma lei comum, mas à relação do indivíduo com sua própria consciência”¹².

Por mais que não tenhamos observado menção dos planejadores da prisão no Rio Grande do Norte aos modelos punitivos estudados por Foucault, é importante salientar que os atributos comuns entre esses modelos prisionais – a divisão por celas e o trabalho prisional – são evocados no planejamento da prisão na cidade a longo prazo, durante o século XX. A prisão sonhada e propagandeada na cidade de Natal durante o recorte temporal estudado era a prisão teórica da “regeneração” dos desviados da lei; a prisão do disciplinamento e do surgimento de novos homens, adaptados à ordem por

⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

¹⁰ *Ibid.*, p. 204.

¹¹ *Ibid.*, p. 200.

¹² *Ibid.*, p. 201.

meio da prática do trabalho. Nesse sentido, a disciplina será aqui pensada como objetivo traçado pelos planejadores da prisão.

A abordagem aqui concebida difere dos moldes indicados por Foucault, já que o estudo da disciplina não apreende a complexidade do ambiente prisional. Nas últimas décadas, a historiografia sobre a prisão tem visto no preso mais que um objeto sobre o qual se impõe uma tecnologia de poder por parte do Estado. O preso emerge dessa historiografia como sujeito, agente que desenvolve relações que escapam ao controle institucional; que articula negociações entre seus pares ou com profissionais da guarda, envolvendo-se em relações sociais que muitas vezes extrapolam os muros da prisão.

Sobre a dimensão subjetiva do preso, uma referência frequentemente invocada na historiografia é a obra *Manicômios, prisões e conventos* (1961), de Erving Goffman. Manicômios, prisões, e conventos seriam exemplos do que Goffman denominou *instituições totais*, locais “de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”¹³. As instituições totais possuem o propósito de despersonalizar os indivíduos através da segregação, criando personalidades institucionais, com o objetivo de anular o “eu” em nome de um comportamento padronizado dos internos. Embora a instituição total aja no sentido da “mortificação do eu”, os indivíduos ali internados desenvolvem formas de resistência à ordem estabelecida, preservando aspectos de vida própria. Enquanto a equipe dirigente espera um determinado perfil de comportamento e de práticas de seus internados, estes desenvolvem uma vida própria, “que se torna significativa, razoável e normal”¹⁴, estruturando um “eu” a despeito das restrições impostas pela instituição¹⁵.

A partir da perspectiva da subjetividade do preso, abriu-se um campo fértil para a pesquisa acerca da prisão. Às perspectivas institucional, jurídica, e política da prisão acrescenta-se o protagonismo do preso. A historiadora Michelle Perrot tem grande participação na consolidação dessa historiografia que objetiva compreender o universo prisional a partir do ponto de vista do encarcerado em seu cotidiano, marcado por negociações e resistência, abordagem que se distancia da “serenidade [...] do discurso

¹³ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad.: Dante Moreira Leite. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987, p. 148.

¹⁴ GOFFMAN. Op. Cit., p. 8.

¹⁵ Ibid., p. 11.

penitenciário”¹⁶. Em sua obra *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*, Perrot mostra que mesmo os encarcerados, os mais excluídos dentre as categorias de excluídos da sociedade, interagem com o mundo extramuros, como objeto de interferências, mas também como agentes¹⁷, mostrando que a prisão não é um mundo encerrado em si mesmo, mas está em constante interação com a sociedade.

A historiografia brasileira sobre prisões tem se preocupado cada vez mais com essa perspectiva do preso como sujeito. Tanto é que nas duas últimas décadas têm se desenvolvido trabalhos cujo foco é uma abordagem voltada para as representações que o próprio preso desenvolve sobre a prisão e a condição de encarcerado, o que não anula a importância, para a interpretação da prisão, de outros diferentes discursos que também continuam sendo estudados, como o jurídico, o político, o religioso, o jornalístico. Historiadores como Marcos Bretas, Marilene Antunes Sant’Anna, Eduardo Moreira de Araújo, Myrian Sepúlveda, Regina Célia Pedroso e Cláudia Trindade são exemplos de pesquisadores que vinculam o estudo das instituições prisionais ao estudo do preso e dos discursos a seu respeito. No presente trabalho, essa perspectiva será considerada, buscando compreender o cotidiano do preso e sua relação com a cidade ao seu redor, embora diante da carência de relatos de próprio punho desses sujeitos.

A maioria dos trabalhos produzidos nas últimas décadas, inclusive dos autores citados acima, investiga principalmente o século XIX, momento marcado por um processo de reforma prisional, iniciada na primeira metade do século, que tinha como inspiração reformas ocorridas em países da Europa e nos Estados Unidos. Missões brasileiras especiais foram enviadas a esses países durante o século XIX, “com o objetivo de verificarem as verdadeiras circunstâncias de aprisionamento e gerenciamento das chamadas ‘prisões-modelo’”¹⁸, o que reverberou inicialmente – sob um processo de adaptação – na legislação prisional, com o Código Criminal de 1830, cujas diretrizes sobre a prática punitiva, sobretudo no tocante ao trabalho penal, atingiram alguns estados ainda no século XIX, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Já o presente trabalho volta-se para o século XX, momento em que o processo de reforma prisional atinge a cidade de Natal, promovendo alterações na forma

¹⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. 2 ed. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 241.

¹⁷ *Ibid.*, p. 276.

¹⁸ PEDROSO, Regina Célia. *Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 62.

arquitetônica e nas práticas desenvolvidas nas prisões, o que repercute sobre a cidade, na medida em que a prisão e sua localização envolvem interesses políticos sobre o solo urbano.

Nosso foco é discutir como se deu o processo de afastamento da prisão em relação ao espaço urbano da cidade de Natal. A relação entre prisão e cidade ainda é pouco discutida na historiografia sobre as prisões brasileiras, embora surja em alguns trabalhos, principalmente porque muitas das casas de correção ou de detenção fundadas no século XIX foram instaladas no espaço urbano de capitais de províncias. Assim, na historiografia já consolidada em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, afloram temas como segurança, ordem, ação da polícia.

Nosso estudo abordará o processo de afastamento da prisão em relação ao espaço urbano de Natal, no qual a Casa de Detenção seria substituída pela Colônia Penal “Doutor João Chaves”, inicialmente fundada no distrito rural de Jundiá, pertencente ao município de Macaíba, adjacente à cidade de Natal; e que seria posteriormente transferida para Igapó, área rural do município de Natal, separada pelo rio Potengi. Abordaremos a prisão enquanto instituição planejada por parte do Estado, cujas expectativas acerca da prisão envolvem relações políticas locais e nacionais, pautadas sob o discurso de regeneração dos apenados, mas também envolvem um projeto de como deveria ser a cidade. Contudo, os presos não serão analisados apenas como objeto das ações do Estado, mas como sujeito em interação com a sociedade *intra* e *extramuros*, através de suas formas de adaptação e resistência ao encarceramento, ainda que “apenas por meio de uma extrapolação poderíamos imaginar a natureza da vida cotidiana no interior do cárcere”¹⁹, pois costumamos observá-lo por meio de discursos a seu respeito.

Dessa forma, teremos como objetivos investigar os fatores políticos e urbanísticos envolvidos na construção da Colônia Penal “Doutor João Chaves” no Município de Macaíba, em 1940; examinar os significados dados ao lugar ocupado pela Casa de Detenção (bairro de Petrópolis) e ao lugar escolhido para a Colônia Penal (Igapó) no município de Natal; e das relações que se desenvolviam entre a Casa de Detenção e o espaço urbano, durante a primeira metade da década de 1950; analisar as

¹⁹ SHAKZEL, Amy. *Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República*. In: MAIA [et al]. *História das prisões no Brasil*. V. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 36.

expectativas em relação à Colônia Penal às vésperas de sua inauguração, em Igapó (1968), e as práticas cotidianas e interações com a cidade, desenvolvidas a partir da Penitenciária. Sendo assim, nortearão este trabalho as seguintes questões: Como se deu o processo de afastamento da prisão em relação ao espaço urbano da cidade de Natal? Os discursos de “modernização” e de afastamento da prisão foram utilizados para fins políticos? De que maneiras os sujeitos ligados às prisões estudadas interagiam com o espaço urbano de Natal?

A dissertação será dividida em três capítulos. No primeiro, “Nasce uma prisão fora da cidade de Natal: a Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves” no município de Macaíba”, será analisada a criação da Colônia Penal “Doutor João Chaves” em Jundiá (1940), distrito do município de Macaíba, primeira tentativa do governo estadual de promover o afastamento da Casa de Detenção em relação ao espaço urbano da cidade de Natal. Com a criação da nova penitenciária, em 1940, o interventor Rafael Fernandes Gurjão iniciava um lento processo de segregação prisional em ambiente rural, que só viria a se consolidar em Natal na década de 1970. Buscaremos analisar os fatores envolvidos na criação desse espaço prisional, o que abrange relações de poder que interferem no solo urbano, além de relações que envolvem a política em níveis local e nacional.

No segundo capítulo, “Uma nova prisão, numa ‘outra cidade’” será feita uma análise dos significados dados ao lugar ocupado (bairro de Petrópolis) e ao lugar escolhido para a prisão (Igapó) no município de Natal; e das relações que se desenvolviam entre a Casa de Detenção e o espaço urbano, durante a primeira metade da década de 1950, a partir da leitura dos jornais *A Ordem* e *Tribuna do Norte* e das *Mensagens* do governador Sylvio Pedroza. É nesse momento que se dá a construção do primeiro pavilhão da Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves” no distrito de Igapó, em Natal. A dinâmica das localizações das penitenciárias assinala questões de ordem urbanística que são importantes para a compreensão dos interesses e disputas sobre o espaço urbano, e as ações instrumentais sobre ele no sentido de definir o que deveria e o que não deveria permanecer no âmbito da cidade. As representações do lugar negado à prisão, e do lugar reservado para ela, por meio de *signos distintivos* (discutidos por Pierre Bourdieu), isto é, expressões linguísticas que marcavam suas identidades, compartilhadas a partir das páginas dos jornais, possuem muito a dizer sobre o simbolismo do afastamento da prisão em Natal.

No capítulo 3, intitulado “E a prisão segregada interage com a cidade: Expectativas e práticas em torno da Colônia Penal ‘Doutor João Chaves’”, analisaremos a implantação da Colônia Penal “Doutor João Chaves” e seus usos políticos, buscando fazer um balanço entre as expectativas pela prisão e as práticas cotidianas desenvolvidas dentro dela. Assim, analisaremos em que medida a dinâmica da vida nessa penitenciária, marcada pela atuação da equipe dirigente e as práticas de resistência dos apenados, intensificou a interação entre Igapó e a região localizada à direita do rio Potengi, alterando a experiência da cidade com seu “outro lado”. Interessa-nos perceber os fluxos de pessoas e de objetos que se davam na cidade em função da presença da Colônia Penal em Igapó.

Capítulo 1 - Nasce uma prisão fora da cidade de Natal: a Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves” no município de Macaíba

No *Relatório* anual de 1940 dirigido ao presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, o interventor do estado do Rio Grande do Norte, Rafael Fernandes Gurjão, descreveu negativamente o estado em que se encontrava a Casa de Detenção, primeira penitenciária fundada na cidade de Natal:

O presídio para detentos de crimes comuns em Natal está muito longe de preencher, sob qualquer aspecto, as suas verdadeiras funções. Faltam-lhe conforto, higiene, dimensão e outros requisitos indispensáveis²⁰.

Em seguida, anunciou a inauguração da Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves”, situada no município contíguo de Macaíba:

O governo não pode, pela falta de recursos, dar solução imediata a essa acabrunhante contingência. Intentou, então, remediar e paulatinamente erradicar esse mal, fundando no ‘Campo Experimental’ de Jundiá, propriedade do Estado, uma colônia penal agrícola. Novas adaptações, melhoramentos e ampliações continuam se processando com o aproveitamento do trabalho dos detentos, de modo a contarmos que dentro em breve atinja a 100 o número dos que ali possam viver²¹.

Como vemos, não se tratava de uma solução definitiva, pois a nova penitenciária não substituiria imediatamente a Casa de Detenção. No entanto, deveria tornar-se “paulatinamente” a solução para os problemas observados em seu âmbito, já que o interventor pretendia transferir detentos para a Colônia Penal de Macaíba. O interventor

²⁰ RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório* apresentado ao Exmo. Presidente da República, Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal do Rio Grande do Norte, Dr. Rafael Fernandes Gurjão. Natal, 1940. p. 24.

²¹ *Ibid.*, p. 24.

Rafael Fernandes Gurjão planejava ainda a construção de uma outra penitenciária “nas proximidades da capital”²², para, assim, desativar a Casa de Detenção.

Embora tivesse a denominação oficial de “colônia agrícola” no ato de sua criação, não correspondia às colônias agrícolas de caráter não punitivo, destinadas a homens livres pobres. É possível que o uso dessa denominação pelo interventor Rafael Fernandes Gurjão em seu *Relatório* e no Decreto de criação²³, como também pelo secretário geral Aldo Fernandes, no discurso de inauguração²⁴, seja uma forma de amenizar o caráter punitivo da instituição. Paralelamente, no mesmo *Relatório*, Gurjão informa que a instituição criada era uma colônia penal agrícola, como observamos na segunda citação da página acima. Levando-se em conta tal problema de significado do termo, utilizaremos aqui a denominação comumente veiculada pelo jornal *A Republica*: Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves”.

A inauguração da Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves”, de acordo com o interventor, era um “importante marco para a solução do problema penitenciário neste recanto do país”²⁵. Essas palavras do interventor construía um efeito de ruptura para a história da prisão no Rio Grande do Norte, buscando mostrar que aquela colônia penal agrícola, construída fora da cidade de Natal, simbolizava o início de uma nova era, na qual deveriam se beneficiar presos da Casa de Detenção e de cadeias do interior, e a sociedade como um todo: a entrada do estado em um regime penitenciário “moderno” e transformador, apoiado na causa do trabalho prisional.

O nome dado à instituição, do jurista João Chaves, carregava essa simbologia. O patrono da instituição havia nascido, em 1875, no mesmo município onde foi instalada a Colônia Penal, Macaíba, município contíguo à capital, Natal²⁶. Formou-se na área do Direito, na cidade de Recife, e no estado do Pará, iniciou sua carreira profissional de advogado e professor de Direito. Após viagens pelo continente europeu, onde pesquisou

²² RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório* apresentado ao Exmo. Presidente da República, Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal do Rio Grande do Norte, Dr. Rafael Fernandes Gurjão. Natal, 1940. p. 21.

²³ RIO GRANDE DO NORTE. GURJÃO, Rafael Fernandes. Decreto-Lei nº 67, 4 out., 1940. In: *Diário Oficial*. Natal, 05 out, 1940.

²⁴ *A Republica*. Natal, 12 nov., 1940, p. 1

²⁵ RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório* apresentado ao Exmo. Presidente da República, Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal do Rio Grande do Norte, Dr. Rafael Fernandes Gurjão. Natal, 1940. p. 25.

²⁶ Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. *O livro das velhas figuras: Pesquisas e lembranças na história do Rio Grande do Norte*. v. 1. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1974.

a temática das penas, publicou, em 1912, sua obra *Sciencia penitenciaria*, um denso trabalho acerca da temática, a partir de diversos autores, desde a antiga filosofia grega até autores modernos, como Cesare Beccaria. Na obra, em meio a debates filosóficos, João Chaves discute a ineficiência da pena de morte, e a necessidade da aplicação de penas capazes de reparar o crime praticado, restaurando o condenado. A propaganda da nova penitenciária carregaria, pois, tal ideário.

Entretanto, o entusiasmo do interventor Rafael Fernandes Gurjão pela ruptura no campo da prática penitenciária, envolve fatores políticos, legais e urbanísticos – que serão aqui estudados – que colaboram para o afastamento da prisão em relação ao espaço urbano. As expectativas por uma nova prisão, externa à capital, envolvem também um projeto de como deveria ser a cidade. Tratava-se da primeira tentativa do governo estadual de promover o afastamento da Casa de Detenção em relação ao espaço urbano da cidade de Natal. Com a criação da nova penitenciária, em 1940, o interventor Rafael Fernandes Gurjão iniciava um lento processo de segregação da prisão em ambiente rural.

A Casa de Detenção, identificada no discurso de Rafael Gurjão como instituição prisional em crise, já havia sido anteriormente apontada como solução para o problema penitenciário da cidade de Natal. No ano de sua fundação, em 1911, a Casa de Detenção era aclamada pelo governador Alberto Maranhão como expressão local da reforma penitenciária em curso no país desde a primeira metade do século XIX, durante a qual foram edificadas casas de correção e de detenção em províncias como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Essa instituição prisional foi construída para substituir a Cadeia Pública, fundada no bairro de Cidade Alta em 1722²⁷, e que no início do século XX conservava a arquitetura colonial que remetia às casas de câmara e cadeia, nas quais a cadeia e a câmara legislativa dividiam o mesmo prédio, composto de dois salões dispostos em seus dois andares²⁸. Nos relatórios oficiais e na imprensa, a superlotação e a insalubridade eram as principais características da Cadeia Pública de forma que a denominação *penitenciária*, dada à Casa de Detenção, enfatizava a oposição à Cadeia Pública, devido ao caráter “regenerador” que se esperava da pena de prisão naquele momento.

²⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. p. 146.

²⁸ Segundo Câmara Cascudo, a partir de 1872, a edificação perde a função de sede da Câmara Legislativa, passando a cumprir apenas a função de cadeia. CASCUDO. Op. Cit., p. 147.

A Casa de Detenção, então, configurava em 1911, no discurso oficial do estado, um elemento de ruptura na história da prisão em Natal, implantando pela primeira vez na cidade a distribuição dos presos em celas. A vigilância e a disciplina se expressavam na arquitetura do prédio de forma retangular, com suas celas dispostas em torno de um pátio central, que permitiria a visibilidade e fiscalização dos presos pelos agentes da guarda, além de possibilitar o arejamento do ambiente, segundo os ideais de salubridade²⁹.

O jornal oficial, *A Republica*, ligado ao grupo político ao qual pertencia o governador Alberto Maranhão, descreve de maneira positiva e otimista a estrutura física da prisão, como expressão do empenho em difundir os valores do ideário “civilizador”, fortemente associados à República nesse período. Não apenas elogiava a arquitetura do edifício, mas também sua localização³⁰.

A nova penitenciária havia sido instalada numa área em expansão dentro da cidade, o bairro de Cidade Nova, terceiro bairro de Natal, que começava a ser edificado no início do século XX³¹. O traçado urbano desse bairro, com arruamento regular em forma de xadrez, foi planejado pelo Estado e representava naquele momento a ideia de progresso, e estavam pautadas nos princípios difundidos pelo higienismo³². Conhecido por seu aspecto “aprazível”, bucólico, o bairro foi marcado por ocupação gradual por parte de seus foreiros, enquanto resistiam o aspecto rural e a presença de camadas populares em moradia irregular³³. Homens públicos como os governadores do estado Alberto Maranhão, Pedro Velho e Joaquim Ferreira Chaves, possuíam casas no bairro em seus primeiros anos de existência³⁴.

O bairro era planejado “para a ocupação dos membros mais influentes da cidade, para que eles pudessem conviver com uma natureza aprazível, com uma área que não

²⁹ A CASA de Detenção. *A Republica*. Natal, 15, nov. 1911.

³⁰ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da Setima Legislatura em 1º de Novembro de 1911 pelo governador Alberto Maranhão. Natal: Typ. D’A Republica, 1911. p. 14.

³¹ SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. Por uma “Cidade Nova”: apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929). Natal, RN, 2014. Dissert., p. 24.

³² No início do século, era chamado de Cidade Nova, em conjunto com o bairro de Tirol. Cf. ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal, RN: EDUFRRN, 2008, p. 111.

³³ SIQUEIRA. Op. Cit.

³⁴ MARANHÃO, Alberto in *A República*. 26, jun., 1940. Apud CASCUDO: 1980, p. 332, 333.

enfrentava os problemas característicos da cidade representada como ‘velha’³⁵. A cidade considerada “velha” consistia nos dois então primeiros bairros da cidade de Natal, Ribeira e Cidade Alta, bairros que, diferentemente de Cidade Nova, não passaram por um processo de planejamento urbano. Os altos preços das taxas de aforamento e as normas instituídas para a sociabilidade no bairro, próprias dos grupos mais abastados, configuravam “fronteiras de poder”, que limitavam a esses grupos a possibilidade de posse de terras e frequência a espaços de sociabilidade do bairro, como bares e cafés, por exemplo. Por outro lado, a presença de camadas populares, com seus casebres e suas práticas, como criar porcos, vacas e galinhas, “deixando-os pastar livremente pelo bairro”³⁶, o cultivo de roçados e venda de seus frutos contradiziam essas fronteiras que buscavam dar um ar idílico ao bairro.

A nova penitenciária foi instalada numa área topograficamente elevada do bairro de Cidade Nova, o Monte Petrópolis, localizado nos limites do perímetro do bairro, limítrofe à Praia de Areia Preta, localização aclamada na época por favorecer o arejamento e a salubridade³⁷. Nesse momento, o Monte Petrópolis foi escolhido pelo governador Alberto Maranhão para abrigar, a poucos metros de distância entre si, três prédios: a Casa de Detenção, o Asylo de Mendicidade e Orfanato Padre João Maria, e o Hospital de Caridade Juvino Barreto³⁸. Podemos perceber que, nesse momento, além dos corpos dos apenados, também a cidade deveria ser objeto de disciplina, da divisão funcional de seus espaços. Não bastava aos governos estadual e municipal promover reformas urbanas. Seus administradores desejavam destinar espaços específicos para diferentes funções na cidade, por exemplo, o bairro “aprazível”, gradualmente ocupado pelas elites, mas também por camadas populares, dentro do qual estava o Monte Petrópolis, onde se situavam instituições de controle.

Rodrigo da Silva, em estudo sobre a criação do Hospital de Caridade Juvino Barreto no Monte Petrópolis em 1909, observa que, nesse período, embora a teoria microbiana de Pasteur já fosse estudada no Brasil³⁹, permanecia na tradição médica da

³⁵ SIQUEIRA. Op. Cit., p. 26.

³⁶ Ibid., p. 400.

³⁷ O monte, denominado Belmonte desde 1893, passou a designar-se Petrópolis em 1908, quando Alberto Maranhão estendeu ao lugar a denominação dada à propriedade que possuía no mesmo, em homenagem a Pedro Velho. SIQUEIRA. Op. Cit. p. 143.

³⁸ SILVA. Rodrigo. Op. Cit., p. 53.

³⁹ Ibid., p. 80.

cidade a crença na teoria oitocentista dos *miasmas*⁴⁰, entendidos como emanações, que poderiam causar doenças. Assim, a estreita vinculação entre higiene e espaços arejados permanecia na cidade como máxima do discurso higienista. Para Rodrigo Silva, o Monte Petrópolis foi escolhido como local para a construção do Hospital de Caridade Juvino Barreto “segundo teorias médicas que viam no espaço, bem como no clima da região, fatores essenciais na luta contra as doenças”⁴¹, e em oposição à localização geográfica do hospital anterior, no bairro da Ribeira, considerado por uma série de motivos, insalubre.

O Monte Petrópolis abrigaria, dessa forma, um conjunto de instituições de controle social da doença e das camadas populares, fundadas na cidade durante o mesmo período e sob semelhante ideário, da higiene e da regeneração. O Monte Petrópolis deveria ser um espaço de controle, um local da cidade destinado à cura física e moral daqueles que fossem atendidos nas instituições ali instaladas. A localização topográfica da Casa de Detenção e sua disposição interna de espaços parecem seguir lógica semelhante à do Hospital de Caridade Juvino Barreto. Os ares do Monte Petrópolis, nas palavras do governador Alberto Maranhão e do jornal *A Republica*, eram elemento de cura para males físicos e morais que proliferavam na cidade.

Entretanto, é possível se pensar que havia outro fator envolvido na escolha da localização dessas instituições dentro do bairro “aprazível” das elites. O Monte Petrópolis localizava-se na borda do perímetro do bairro, próximo à praia de Areia Preta, num momento em que a balneabilidade era ainda um atributo pouco procurado nas praias da cidade de Natal⁴². Assim, os órfãos, os presos e os doentes seriam abrigados nos limites geográficos do bairro.

Por seus atributos higiênicos, a Casa de Detenção era enunciada no periódico oficial *A Republica* como antítese do modelo de prisão praticado anteriormente na Cadeia Pública. O periódico, que deveria alcançar toda a cidade, interferindo sobre a opinião pública, afirmava que a nova penitenciária satisfazia “plenamente os seus fins”⁴³. Entretanto, assim como sua congênere anterior, a nova instituição não cumpria

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 90.

⁴¹ SILVA, Rodrigo. Op. Cit., p. 43.

⁴² MARINHO, Márcia Maria Fonseca. *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque Natalense (1900-1930)*. Natal: UFRN, 2008. Dissert., p. 48.

⁴³ A CASA de Detenção. *A Republica*. Natal, 15, nov., 1911.

os ideais penitenciários da legislação mais recente daquele momento (o Código Penal de 1890), no tocante ao trabalho prisional. O próprio governador Alberto Maranhão, em sua *Mensagem* anual à Assembleia Legislativa, admitia que a Casa de Detenção, apesar de promover a pena de prisão celular – na qual os presos são distribuídos em celas, cumprindo pena em regime fechado –, não condizia totalmente com as diretrizes da política penal inscrita na recente legislação republicana, sobretudo no que dizia respeito à prática do trabalho prisional⁴⁴, longamente protelado. Segundo o governador, as oficinas de trabalho (não descritas ou especificadas no documento) permaneceriam inativas devido à falta de aparelhamento adequado para sua realização.

O primeiro indício na documentação governamental que aponta para o trabalho prisional data de 1929⁴⁵. Nesse momento, presos da Casa de Detenção ocupavam-se do plantio de hortaliças. O então governador Juvenal Lamartine mostrava-se interessado na introdução da prática do trabalho prisional na prisão, informando na *Mensagem* de 1929 seu objetivo de “levantamento de um pavilhão, destinado a instalação de uma escola e pequenas oficinas de sapataria, de encadernação, de alfaiataria”⁴⁶, o que parece ter permanecido restrito ao planejamento. Seu discurso de elogio da disciplina através do trabalho, como meio para regeneração, ou seja, a “transmutação” dos apenados em “seres uteis”, constitui um eco do pensamento penitenciário do século XIX, que reverbera por toda a história do planejamento da prisão no Rio Grande do Norte, no século XX:

Não haverá prisão eficiente onde não houver trabalho organizado, que, com outros factores, condicionam o systema disciplinar dos estabelecimentos penaes, a regeneração dos penados, a sua reforma moral, a sua transmutação em seres úteis, em atividades proficuas, em individuos capazes de voltar á existência livre com a noção da dignidade humana, a consciência dos seus direitos, o sentimento do dever⁴⁷.

⁴⁴ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da Setima Legislatura em 1º de Novembro de 1911 pelo governador Alberto Maranhão. Natal: Typ. D’A Republica, 1911. p. 15.

⁴⁵ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada pelo exmo. Dr. Juvenal Lamartine de Faria, Presidente doestado do Rio Grande do Norte á Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da 3ª Sessão da 13ª Legislatura em 1º de outubro de 1929. p. 84.

⁴⁶ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada pelo exmo. Dr. Juvenal Lamartine de Faria, Presidente doestado do Rio Grande do Norte á Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da 1ª Sessão da 14ª Legislatura. Natal, Imprensa Official, 1930. p. 39.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 39.

Em 1940, dez anos depois de emitida a *Mensagem* acima, era inaugurada a Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves” em Macaíba, nas palavras do interventor Rafael Fernandes Gurjão, com o objetivo de suprir a carência do trabalho prisional, do que se pode cogitar que o planejamento de instalação de oficinas de trabalho na Casa de Detenção pode ter permanecido apenas no papel. Naquele momento, o interventor enfatizava o trabalho como elemento intrínseco à prática prisional daquela nova instituição: “O trabalho agrícola, a criação de animais equinos, bovinos, suínos e outros serviços correlatos representam a faina diária dos presidiários”⁴⁸. A Colônia Penal figurava, nas palavras do interventor, como a concretização do ideal de “regeneração” através do trabalho, evocado desde o início do século XX entre autoridades políticas do Rio Grande do Norte.

Embora o trabalho recebesse grande destaque já no Código Criminal de 1830, e tenha sido praticado em algumas prisões durante o século XIX, como a Casa de Correção do Rio de Janeiro⁴⁹, a Ilha-prisão de Fernando de Noronha⁵⁰ e a Casa de Detenção de Recife⁵¹, é no final desse século que se vai enfatizar o trabalho agrícola na pena de prisão, o que reverbera na legislação do século XX. O primeiro *Projecto de Regulamento para as Colonias Penitenciarias Agricolas* (1888), o *Código Penal* de 1890 e o *Código Penitenciario da República* (1935) são documentos regulamentadores desse tipo de trabalho prisional.

A ênfase na prática do trabalho agrícola na prisão é contemporânea da criação das colônias agrícolas para trabalhadores livres, que ocorre nas últimas décadas do século XIX, um momento específico de arregimentação de mão de obra agrícola, em decorrência do processo de abolição gradativa do sistema escravista. A arregimentação era feita por meio das colônias agrícolas, criadas pelo governo imperial em parceria com os governos provinciais. As colônias agrícolas eram responsáveis por absorver a mão de obra dos homens livres pobres, sob a lógica da “moralização” dessas massas, que supostamente evitaria seu envolvimento com o crime. Pobreza e não-inclusão em

⁴⁸ RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório* apresentado ao Exmo. Presidente da República, Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal do Rio Grande do Norte, Dr. Rafael Fernandes Gurjão. Natal, 1940. p. 25.

⁴⁹ SANT’ANNA, Marilene A. *Trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro*. In: MAIA. Op. Cit., p. 283.

⁵⁰ COSTA, Marcos P. P. *Fernando e o mundo: o presídio de Fernando de Noronha no século XIX*. In: MAIA. Op. Cit., p. 135.

⁵¹ MAIA, Clarissa N. *A Casa de Detenção do Recife: controle e conflitos (1855-1915)*. In: MAIA. Op. Cit., p. 111.

vínculos formais de trabalho eram, portanto, vistos como contravenção. Colônias agrícolas foram fundadas em diversas províncias, inclusive no Rio Grande do Norte, durante a década de 1870⁵². O ponto de semelhança entre as colônias agrícolas e as colônias penais agrícolas é a tentativa de disciplinamento das camadas populares, buscando formar indivíduos úteis dentro do sistema de trabalho formal.

A Colônia Penal “Dr. João Chaves” foi fundada no antigo Engenho de Jundiáí, ambiente onde a prática da produção agrícola era desenvolvida desde os fins do século XVIII, quando o município de Macaíba era chamado de Povoado de Cuité. Nesse período, “a povoação situada às margens do rio Jundiáí” dedicava-se “ao trabalho de plantação de algodão, cultura de cereais e criação de gado”⁵³. O povoado “tornou-se um importante centro comercial, pólo distribuidor de mercadorias para o interior do estado e de escoamento da produção algodoeira negociada com a Inglaterra”⁵⁴.

Na primeira década do século XX, essa região começa a receber incentivos governamentais para o desenvolvimento agrícola. Esse fomento é dado pelo governador do estado, Alberto Maranhão, nascido no mesmo município de Macaíba. Em 1909, o governador adquire o Engenho Jundiáí com a finalidade de instalar ali um campo de demonstração agrícola, para produção de árvores frutíferas e reprodução de mudas dessas plantas. Em 1911, o governador baixa um decreto cedendo à União o domínio da propriedade, sendo aplicada “a verba de 191.368\$058 contos de réis na construção de prédios, como o sobrado, casa das máquinas e galpões para ser instalado o Campo de Demonstração Agrícola no prazo de 14 meses”⁵⁵. Anos depois, a fazenda passa a se chamar Campo Experimental Otávio Lamartine.

A Colônia Penal não foi a primeira instituição disciplinar construída na região. Ao longo da primeira metade do século XX, o campo experimental foi utilizado pelo

⁵² João Fernando Barreto de Brito aborda a instalação da colônia de Sinimbú, no Rio Grande do Norte, no artigo *Conflitos na Colônia de Sinimbú*: In: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364611669_ARQUIVO_JoaoFernandoartigoANPUH2013.pdf Acesso em 10 fev., 2015.

⁵³ D’OLIVEIRA Rivaldo. *Escola Agrícola de Jundiáí: ontem, hoje e amanhã*. Fundação José Augusto: Natal, 2009. p. 28.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 28.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 29.

poder governamental como espaço de reclusão e disciplinamento, na década de 1930, para populações migrantes, atingidas pela seca⁵⁶.

A inauguração da Colônia Penal ocupou as primeiras páginas do jornal oficial *A Republica* durante toda a semana que precedeu o domingo de inauguração da Colônia Penal. Telegramas eram publicados nas páginas do periódico, remetidos por autoridades de várias cidades norte-rio-grandenses contendo saudações a seus feitos⁵⁷. Na primeira edição após a inauguração, os redatores preencheram páginas inteiras com notícias e transcrições dos discursos de inauguração, proferidos pelo interventor Rafael Fernandes Gurjão e por Aldo Fernandes, secretário geral do estado, que via na Colônia Penal a concretização de uma “nova mentalidade para a defesa da ordem social”⁵⁸.

Dentre as homenagens no jornal constava um artigo escrito pelo então colunista (e futuro deputado e governador do estado) Aluizio Alves, com um elogio à inserção do Rio Grande do Norte, ainda que “tímida”, na prática das “modernas teorias do direito penal”, nas quais “a pena vem a ser (...) não uma vingança, mas um meio de educação”. Para Aluizio Alves, a inauguração da Colônia Penal representava “o novo sistema”, que, através do estímulo à prática do trabalho agrícola, superava o “empirismo das cadeias vetustas, sem conforto, sem ar, sem luz”⁵⁹.

Os discursos reatualizam a novidade da legislação penal brasileira, desenvolvida desde o século anterior, o que tornava a Colônia Penal símbolo de uma gestão eficiente e atualizada com a legislação penal.

Embora a criação da instituição tenha se dado por decreto em 04 de outubro de 1940⁶⁰, sua inauguração somente ocorreria no dia 10 do mês seguinte, sendo que os 63 presos haviam sido instalados em suas dependências no dia anterior à cerimônia⁶¹. A data de inauguração não era desprezível. Tratava-se de uma celebração que buscava comemorar, simultaneamente, os dez anos de governo de Getúlio Vargas, os três anos

⁵⁶ COMO VIVEM e como trabalham os flagelados do R. G. do Norte. *O malho*. 21 jan., 1933.

⁵⁷ UM TELEGRAMA de aplausos ao ato do interventor Rafael Fernandes. *A Republica*. 6 out., 1940, p. 2. NOTAS. *A Republica*. Natal, 12 nov., 1940, p. 3.

⁵⁸ DISCURSO do dr. Aldo Fernandes, Secretário Geral, na inauguração da Colonia Penal-Agricola “Dr. João Chaves”. *A Republica*. Natal, 12 nov., 1940, p. 1.

⁵⁹ ALVES, Aluizio. A COLONIA penal-agricola. In: *A Republica*. Natal, 10 nov., 1940, p. 3.

⁶⁰ RIO GRANDE DO NORTE. GURJÃO, Rafael Fernandes. Decreto-Lei nº 67, 4 out., 1940. In: *Diário Oficial*. Natal, 05 out, 1940.

⁶¹ A INAUGURAÇÃO, amanhã, da Colonia Penal-Agricola “Dr. João Chaves” recentemente criada pelo governo do Estado. *A Republica*. Natal, 9 nov., 1940, p. 1.

da proclamação do Estado Novo, e os cinco anos da presença de Rafael Fernandes Gurjão no cargo de interventor do Rio Grande do Norte, relação evidenciada nas páginas do periódico oficial do estado:

O Rio Grande do Norte, integrado na comunhão brasileira por uma solidariedade consciente e grandiosa, resolveu também, pelo seu governo e pelo seu povo, festejar o magno acontecimento, cuja imensa repercussão de muito transpôs as fronteiras do País⁶².

Comemorando o primeiro decênio do governo do Presidente Getúlio Vargas, a administração estadual vai inaugurar, depois de amanhã, a Colônia Agrícola-Penal “Dr. João Chaves”, na fazenda de Jundiá⁶³.

Para a comemoração do triplo aniversário, foi organizada em Natal e em Macaíba uma série de cerimônias festivas, cívicas e militares, amplamente noticiadas e celebradas nas páginas do jornal *A Republica*, que incluíam a inauguração da Colônia Penal. População e escoteiros foram convocados e compareceram. A inauguração da Colônia Penal era associada, no jornal *A Republica*, às palavras de homenagem ao regime de governo instituído, bem como aos sujeitos responsáveis por sua manutenção:

A Colônia Penal será, desse modo, uma realização das mais importantes levadas a efeito pela orientação segura e oportuna da Interventoria Federal, na política de valorização do elemento humano, que ela, desde seus primórdios, vem nobremente seguindo. Os trabalhos de adaptação ali realizados, deram-lhe capacidade para receber 63 detentos, que, no campo, encontrarão um ambiente novo e salutar a influir consideravelmente nas suas tendências pessoais, corrigidas por uma direção prudente e sabia⁶⁴.

Na cerimônia de inauguração, em Macaíba, os 63 presos aos quais se refere o trecho destacado acima foram distribuídos em frente à penitenciária, na presença de

⁶² PROSSEGUEM com grande brilhantismo as comemorações do primeiro decênio do governo do Presidente Getúlio Vargas. *A Republica*. Natal, 8 nov., 1940, p. 1.

⁶³ A INAUGURAÇÃO, domingo, da Colônia Penal-Agrícola “Dr. João Chaves”. *A Republica*. Natal, 8 nov., 1940, p. 1.

⁶⁴ A INAUGURAÇÃO, domingo, da Colônia Penal-Agrícola “Dr. João Chaves”. *A Republica*. Natal, 8 nov., 1940, p. 1.

inúmeras autoridades políticas e militares⁶⁵, ao som das bandas de música da Força Policial e da Associação de Escoteiros do Alecrim⁶⁶. Estariam ali para receber homenagens por terem participado da construção da prisão⁶⁷, coagidos a celebrar seu próprio confinamento? Tentaram fugir, aproveitando possíveis distrações dos presentes? O jornal oficial apenas menciona a presença dos presos na solenidade, o que leva o leitor a entendê-la como pacífica, resignada. A cena dos presos perfilados em frente à penitenciária mostra ao público aqueles que seriam alvo da ação do trabalho prisional, mas também simula sua participação no projeto de “regeneração” ali implantado, de correção das suas “tendências pessoais”⁶⁸.

Como vemos, a Colônia Penal tornava-se objeto de propaganda do Estado Novo, num momento de forte defesa da segurança nacional, marcado também pelo discurso anticomunista. A defesa do trabalho penal, recomendado no Brasil desde os primeiros ordenamentos jurídicos criminais do Império, é reforçada no período Vargas, abarcada pela política de valorização do trabalho.

A política varguista de valorização do trabalho, segundo Ângela de Castro Gomes, era a “dimensão essencial da revalorização do homem”⁶⁹. Assim, o trabalho deixava de ser restrito ao campo do dever, passando a ser visto também como um direito, “uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão”⁷⁰. Nos discursos oficiais, o trabalhador brasileiro era concebido como agente especial de construção da riqueza do conjunto nacional. O trabalho era “medida do valor social dos indivíduos”⁷¹. Era através da prática do trabalho que deveria nascer um “novo homem” para a “nação”.

O ideal do trabalho, associado ao aumento da preocupação do Estado com a segurança nacional e com o comunismo, refletia-se no aspecto penitenciário com a

⁶⁵ AS GRANDES festas de ontem, terceiro aniversário do Estado Novo. *A Republica*. Natal, 12 nov., 1940, p. 1.

⁶⁶ AS GRANDES festas de ontem, terceiro aniversário do Estado Novo. *A Republica*. Natal, 12 nov., 1940, p. 3.

⁶⁷ AS GRANDES festas de ontem, terceiro aniversário do Estado Novo. *A Republica*. Natal, 12 nov., 1940, p. 1.

⁶⁸ A INAUGURAÇÃO, domingo, da Colonia Penal-Agricola “Dr. João Chaves”. *A Republica*. Natal, 8 nov., 1940, p. 1.

⁶⁹ GOMES, Ângela M. de Castro. *A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro*. In: ____ [et. al.]. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 152-153.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 152-153.

⁷¹ *Ibid.*, p. 160.

fundação de várias penitenciárias agrícolas durante a década de 1930. Assim, o preso também deveria se tornar um “novo homem” para a “nação”, o que se reflete no aumento do número de estabelecimentos penais, conhecidos na legislação como *Colônias de Defesa Social*, mas que, na prática, recebiam denominações variadas: Colônia Agrícola de Taubaté (SP)⁷²; Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho (RS)⁷³; reformatório penal agrícola, como o da Bahia⁷⁴.

Esses estabelecimentos penais eram construídos em ambientes externos ao espaço urbano. No entanto, o afastamento da prisão para ambiente isolado, visando à prática do trabalho agrícola, tinha sua origem, no Brasil, no século XIX. O *Projecto de Regulamento para as Colonias Penitenciarias Agricolas* (1888)⁷⁵, que delibera sobre modelos prisionais e localização dos estabelecimentos penais, define estratégias importantes no que diz respeito à localização prevista para as colônias penitenciárias, revelando intenções de seus legisladores sobre o espaço urbano, que remetem a relações de identidade e hierarquia espacial, distinguindo campo e cidade. O Artigo 1º define: “Colonias Penitenciarias Agricolas serão situadas em ilhas marítimas ou fluviais, ou em localidades que se prestam a um isolamento completo”.

Esses princípios de isolamento e prática do trabalho agrícola eram medidas repressivas que remetiam, segundo Regina Célia Pedroso, ao “problema crescente da população marginalizada nas grandes cidades”⁷⁶. No fim do século XIX, com a entrada massiva nas cidades de “imigrantes e ex-escravos, diversificando o [seu] espaço social”⁷⁷, intensifica-se a associação que liga o campo à “barbárie” e ao “atraso”⁷⁸. Segundo Pedroso, “aos desiguais”, ou seja, aqueles vindos de fora da cidade, e que não se enquadravam aos ideais de “ordem e segurança pública”, “a prisão serviria como ‘válvula de escape’. Limpar fazia parte da construção da disciplina e da identidade urbana”⁷⁹.

⁷² PEDROSO. Op. Cit. p. 131.

⁷³ Ibid., p. 132.

⁷⁴ Ibid., p. 132.

⁷⁵ Projecto de Regulamento para as Colonias Penitenciarias Agricolas. Apud. PEDROSO, Regina Célia. *Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 232, 233.

⁷⁶ PEDROSO. Op. Cit., p. 119..

⁷⁷ Ibid., p. 106.

⁷⁸ PEDROSO, Célia Regina. *Utopias penitenciárias: projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil*. In: Revista de História. Nº 136, FFLCH-USP: 1º sem. 1997. (p. 121-137). p. 128.

⁷⁹ Ibid., p. 107.

A autora destaca dados estatísticos levantados pelo criminologista Lemos Brito, que indicavam a preponderância, em numerosas prisões situadas em cidades brasileiras, de apenados provenientes de áreas rurais. A prisão, que propunha reinserir socialmente o preso, incluir, reabilitar o indivíduo à vida social, devolvê-lo “regenerado” à sociedade, usava como meio o afastamento e a exclusão em relação à cidade. Segundo Pedroso, “constata-se uma proporção muito alta de sentenciados vindos do interior do estado [da maioria dos estados brasileiros] em comparação aos presos urbanos: o dobro de detentos era proveniente das áreas rurais”⁸⁰. Assim, as “prisões agrícolas foram locais destinados ao ocultamento da delinquência das grandes cidades”⁸¹.

Não obtivemos dados sobre os lugares de origem dos presos que cumpriam pena na Casa de Detenção nos anos anteriores à inauguração da Colônia Penal “Dr. João Chaves”. Porém, é possível afirmar, com base na análise demográfica feita por Itamar de Souza, que o movimento migratório de populações do interior do estado do Rio Grande do Norte para Natal era crescente entre as décadas de 1920 e 1940. Itamar de Souza atribui o crescimento demográfico experimentado pela cidade de Natal a fatores exógenos, como as secas que atingiam o interior do estado, e endógenos, como a atração que os equipamentos urbanos, como a eletricidade, as linhas de bonde, a pavimentação, a construção de escolas e de mercados públicos exerciam sobre populações que buscavam melhores condições de vida⁸². É possível que o acréscimo populacional na cidade, proveniente de áreas rurais, tenha refletido num aumento da população carcerária na Casa de Detenção.

Reafirmando os esforços destinados a afastar as prisões do meio urbano, as décadas de 1930 e 1940 são marcadas, no plano nacional, pela publicação de um novo código penitenciário e construção de várias colônias penais agrícolas. Os mesmos princípios de isolamento e trabalho agrícola do *Projecto de Regulamento para as Colonias Penitenciarias Agricolas* (1888) reverberam, décadas depois, no *Codigo Penitenciario da Republica*, instituído em 1935, em suas determinações sobre

⁸⁰ PEDROSO. Op. Cit., p. 107.

⁸¹ Ibid., p. 120.

⁸² SOUZA, Itamar. *Migrações para Natal*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1976, p. 21.

planejamento e funcionamento das prisões⁸³, intensificando-se o processo de implantação de penitenciárias agrícolas a partir da década de 1930⁸⁴.

Segundo Regina Pedroso, após a Insurreição Comunista de 1935, intensifica-se o combate do Estado ao “perigo social” representado por aqueles que divergiam das normas do Estado, cujos comunistas eram o próprio símbolo⁸⁵. Passavam as colônias penais agrícolas a serem utilizadas indistintamente para reclusão de presos comuns e presos políticos. Assim, o espaço urbano deveria ser purificado em relação às ameaças ideológicas. A autora destaca um trecho do parecer escrito pelo deputado federal, Deodoro de Mendonça, para a Comissão de Constituição e Justiça, que evidencia que o uso das colônias agrícolas ia além do ideal de “regeneração” dos apenados. Segundo o deputado, a criação de colônias penais agrícolas era “uma necessidade de maior alcance para o problema de regeneração social de criminosos, como também um meio adequado de separar da sociedade elementos que se revelem nocivos à ordem política e social”⁸⁶.

Em 1940, a memória dessa insurreição era recente na cidade de Natal, que fora um dos pólos onde irrompeu o movimento comunista. O evento é lamentado e chamado de “flagelo”⁸⁷ pelo interventor Rafael Gurjão em discurso proferido em uma das cerimônias realizadas no dia de comemoração ao aniversário do Estado Novo e inauguração da Colônia Penal. Anos antes, era possível perceber a preocupação do interventor Gurjão em relatar à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte a movimentação político-ideológica no interior do estado⁸⁸. Segundo o jornal *A Republica*, “construir uma penitenciária moderna, de acôrdo com os avanços do Direito Penal”, foi uma das primeiras ideias de Gurjão desde que assume seu cargo, em 1935⁸⁹.

Em seu *Relatório* de 1940, Gurjão afirmava que na Colônia Penal, com poucos meses de funcionamento, os detentos tinham vida “saudavel e higienica, pois, ar, luz, trabalho, alimentação abundante e sã, disciplina exigente, mas, humana, – elementos

⁸³ PEDROSO. Op. Cit., p. 123.

⁸⁴ Ibid., p.119-121.

⁸⁵ Ibid., p.123.

⁸⁶ MENDONÇA, Deodoro de. Apud PEDROSO. 2002. Op. Cit. p.123.

⁸⁷ O DISCURSO do interventor Rafael Fernandes Gurjão na concentração popular de domingo. *A Republica*. Natal, 12 nov., 1940.

⁸⁸ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada pelo Governador Raphael Fernandes Gurjão a Assembleia Legislativa do Estado, em 1º de Setembro de 1936. Natal: Imprensa Oficial, 1936.

⁸⁹ DA CASA de Detenção á Colonia Penal. *A Republica*. Natal, 5 out., 1940, p. 3.

fundamentais á regeneração do criminoso normal – lhes são aí proporcionados”⁹⁰. Sob o discurso da “regeneração” dos apenados pelo trabalho, a Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves” deveria ser uma das instituições penais que levariam para fora da cidade a sua delinquência comum e também política.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Colônia Penal seria utilizada para a reclusão de suspeitos de atentar contra a segurança nacional. De acordo como depoimento oral de Edgard Dantas⁹¹, professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na década de 1940, durante a fase de aproximação do governo nacional aos Aliados, no conflito mundial, cidadãos alemães e italianos suspeitos de envolvimento com os regimes políticos de seus países de origem foram reclusos na Colônia Penal. O memorialista Rivaldo D’Oliveira, professor fundador da Escola Agrícola de Jundiáí, instalada em 1949 nas proximidades da Colônia Penal, relata a ação de um desses reclusos:

Richard Burgers, de nacionalidade alemã foi responsável pela canalização por gravidade da água da Vertente. Em 1942, no período da Segunda Grande Guerra, ele permaneceu na Colônia Penal, em Jundiáí e idealizou um engenhoso sistema para a distribuição da água consumida pela população⁹².

Podemos perceber que a criação da Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves” sofre interferências de fatores ligados à política em níveis local e nacional. Entretanto, é possível observar outros interesses envolvidos na criação dessa instituição, interesses que envolviam não apenas a questão prisional e política, mas o espaço urbano da cidade de Natal.

As palavras de Rafael Gurjão contidas no *Relatório* de 1940, dirigido a Getúlio Vargas, destacadas no início deste capítulo, fazem pressupor a intenção não de conservar Casa de Detenção e Colônia Penal “Doutor João Chaves” funcionando

⁹⁰ RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório* apresentado ao Exmo. Presidente da República, Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal do Rio Grande do Norte, Dr. Rafael Fernandes Gurjão. Natal, 1940. p. 24.

⁹¹ Depoimento oral do professor aposentado Edgard Dantas.

⁹² D’OLIVEIRA Rivaldo. *Escola Agrícola de Jundiáí: ontem, hoje e amanhã*. Fundação José Augusto: Natal, 2009, p. 21.

simultaneamente, mas de “paulatinamente” desativar o presídio situado em Natal, considerado por ele um “velho pardieiro” de “impressão degradante”⁹³, sendo a “falta de recursos” do estado o motivo para que a desativação não ocorresse de imediato.

De forma semelhante, a intenção do interventor é expressa no jornal *A Republica*. A notícia divulgada no dia seguinte à publicação do decreto que criava a nova penitenciária, intitulada “Da Casa de Detenção á Colonia Penal Agricola”⁹⁴, ressaltava a necessidade de um “remédio definitivo” para a situação da Casa de Detenção, enfatizando a “impropriedade do estabelecimento aos fins a que se destina”, assim como o “sofrimento angustioso dos que se encontravam ali emparedados”. Tanto a notícia quanto o *Relatório* do interventor não mencionam a possibilidade de melhorias ou ampliação do prédio da Casa de Detenção, mas a urgência de uma nova penitenciária que a substituísse.

Essa velada rejeição à Casa de Detenção, porém, pode ser observada desde a década de 1910. Se em 1911, autoridades políticas e jornalistas aclamavam a arquitetura e a localização da Casa de Detenção, poucos anos depois, começam a ser apontados problemas nessa instituição, em relação às incoerências no tocante à pretendida “regeneração” dos apenados, mas também no que se refere ao local que ocupava na cidade. Os governadores subsequentes a Alberto Maranhão, responsável pela construção da Casa de Detenção, rapidamente passaram a utilizar esses problemas como justificativa para pretensões de afastamento da instituição em relação ao bairro de Cidade Nova.

Deve-se levar em conta a dimensão política dessas críticas feitas aos problemas observados na Casa de Detenção, já que esses governadores faziam oposição política ao grupo político-familiar Albuquerque Maranhão. Por outro lado, é possível perceber que é dentro do processo de ocupação e valorização do bairro de Cidade Nova, em que ocorriam esforços das elites pela homogeneização social do bairro, que a Casa de Detenção passava a ser considerada um elemento indesejado.

O bairro foi planejado “para a ocupação dos membros mais influentes da cidade, para que pudessem conviver com uma natureza aprazível, com uma área que não

⁹³ RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório* apresentado ao Exmo. Presidente da República, Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal do Rio Grande do Norte, Dr. Rafael Fernandes Gurjão. Natal, 1940. p. 23.

⁹⁴ DA CASA de Detenção á Colonia Penal Agricola. *A Republica*. Natal, 5 out., 1940, p. 3.

enfrentava os problemas característicos da cidade representada como ‘velha’”, tais como as péssimas condições sanitárias, propiciadoras de doenças⁹⁵. Gradualmente, esses grupos ocupavam o bairro com seus “palacetes” e espaços de sociabilidades.

Vale salientar que, segundo Gabriela Siqueira, o bairro de Cidade Nova não se configurou como território exclusivo das elites⁹⁶. Não ocorria a pretendida homogeneidade social. Na prática, desde o início do século, havia contradições a esse princípio, como a presença de camadas populares e suas práticas habituais no período, como construção de habitação popular, a criação de animais soltos, bem como comercialização dos mesmos⁹⁷.

Por outro lado, seu trabalho também nos mostra que desde a fundação do bairro, em 1901, ocorriam ações por parte dos grupos governantes que visavam a assegurar Cidade Nova como bairro distinto pela presença das elites, como as repetidas ações para a expulsão dessas camadas populares do bairro (especialmente retirantes provenientes do interior); bem como a criação de regulamentos que proibiam suas práticas cotidianas, além da violência policial contra esses indivíduos. Os altos valores das taxas de aforamento e as normas instituídas para a sociabilidade no bairro, próprias dos grupos mais abastados, configuravam “fronteiras de poder”, que deveriam dar preferência a esses grupos em relação à posse de terras e à frequência a espaços de sociabilidade que paulatinamente ocupavam e demarcavam socialmente o bairro, como bares, clubes e cafés. Nesse bairro, permanecia a Casa de Detenção.

Em novembro de 1917, o governador em exercício, Joaquim Ferreira Chaves, comunicava à Assembleia Legislativa a necessidade da construção de uma nova penitenciária, que substituísse a Casa de Detenção. A principal razão apontada pelo governador era, em primeiro lugar, a ausência, “por falta de espaço”⁹⁸ da prática do trabalho pelos detentos. Em segundo lugar, Ferreira Chaves assinalava problemas referentes às condições de higiene, agravadas pela superlotação, que contradiziam o

⁹⁵ A cidade considerada “velha” consistia, no início do século XX, nos dois então únicos bairros da cidade de Natal, Ribeira e Cidade Alta, bairros que, diferentemente de Cidade Nova, não passaram pelo mesmo processo de planejamento urbano. SIQUEIRA. Op. Cit., p. 26.

⁹⁶ Ibid., p. 58.

⁹⁷ Ibid., p. 44, 190.

⁹⁸ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da nona legislatura em 1º de Novembro de 1917 pelo Governador Desembargador Joaquim Ferreira Chaves. Natal: Typ. d’A Republica, 1917. p. 6, 7.

planejamento inicial da prisão⁹⁹. A Casa de Detenção, em poucos anos, deixava de ser a instituição prisional que “satisfaz plenamente seus fins”. As salas que Alberto Maranhão dizia não funcionarem como oficinas de trabalho por falta de “aparelhamento”¹⁰⁰ certamente eram utilizadas como celas no momento em que Ferreira Chaves escrevia à Assembleia.

O governador Ferreira Chaves, após denunciar as precárias “condições de higiene” e a “estreiteza das células” onde os reclusos se aglomeravam¹⁰¹, propõe “a construção, *em area apropriada*, de uma penitenciária capaz de satisfazer convenientemente ás exigências do regimen penal moderno...” [Grifo nosso]. Essas palavras revelam não apenas as incoerências entre o presídio e as diretrizes das leis penais vigentes, mas também o desejo de se afastar a prisão daquele ambiente.

Na década de 1920, os governadores reafirmam o anseio de substituir a Casa de Detenção, construindo uma nova penitenciária¹⁰². Em 1929, o governador Juvenal Lamartine de Faria relata a existência de um projeto já elaborado pelo governo (não encontrado durante nossa pesquisa), de edificação de uma penitenciária central do estado, que funcionaria na capital, onde se daria a prática do trabalho prisional, com a produção industrial de bens como móveis, calçados e uniformes para a manutenção de instituições do estado, como escolas e corporações militares¹⁰³. Apesar da elaboração do projeto, naquele momento não se efetivou nenhuma ação nesse sentido.

A ideia que envolvia o Monte Petrópolis de atributos curativos e moralmente reabilitadores, veiculada pelos grupos dominantes locais no início do século, deixa de ser sustentada quando o bairro de Cidade Nova passa a ser alvo de disputas por homogeneização social. A rejeição à Casa de Detenção acompanha o processo de

⁹⁹ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da Setima Legislatura em 1º de Novembro de 1911 pelo governador Alberto Maranhão. Natal: Typ. D’A Republica, 1911.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 15.

¹⁰¹ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da nona legislatura em 1º de Novembro de 1917 pelo Governador Desembargador Joaquim Ferreira Chaves. Natal: Typ. d’A Republica, 1917. p. 6, 7.

¹⁰² RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da undecima legislatura em 1º de Novembro de 1921 pelo governador Antonio J. de Mello e Souza. Natal: Typ. Commercial J. Pinto, 1921, p. 29; RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da 12ª legislatura em 1º de Outubro de 1927 pelo Presidente José Augusto Bezerra de Medeiros. [...] 1927. p. 89.

¹⁰³ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada pelo exmo. Dr. Juvenal Lamartine de Faria, Presidente doestado do Rio Grande do Norte á Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da 3ª Sessão da 13ª Legislatura em 1º de outubro de 1929. p. 81.

valorização do bairro de Petrópolis, que será melhor discutido no próximo capítulo, quando ela passa a ser um elemento heterogêneo às pretensões dos grupos dirigentes e camadas médias em relação ao bairro¹⁰⁴.

Segundo Jeanne Nesi, diante da crise nas condições de funcionamento, a Casa de Detenção foi transferida em 1945 para o prédio onde funcionava o Orfanato Padre João Maria, no Monte Petrópolis.

Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves”, um “quisto” a ser extirpado: espaços em conflito e a colônia penal que não “regenera”

Rafael Fernandes Gurjão pretendia criar uma colônia penal com capacidade para abrigar 100 presos, porém, a lotação máxima da penitenciária inaugurada era de 63¹⁰⁵ presos. A intenção inicial era transferir para a Colônia Penal os presos da Casa de Detenção de Natal e de cadeias do interior. O ato revelava então a intenção de transferir gradualmente seus detentos para a nova colônia penal, afastando-os da cidade. Assim como nas colônias penais de Dois Rios e de Fernando de Noronha, penitenciárias instaladas em ilhas, pretendia-se “regenerar” o preso distanciando-o de seu lugar de origem. Apesar das demonstrações de esperança na desativação da Casa de Detenção, a prometida transferência dos apenados não ocorreu durante os quinze anos em que funcionou a penitenciária.

Os problemas da Colônia Penal começam a incomodar o poder público quando foi fundada, também no Campo Experimental Otávio Lamartine, a Escola Prática de Agricultura, em 03 de abril de 1949¹⁰⁶, durante o mandato de José Augusto Varela como governador do estado. Segundo o professor Rivaldo D’Oliveira, que esteve entre seus fundadores, na construção da escola, foi utilizado “o trabalho dos apenados da

¹⁰⁴ NESI, Jeanne Fonseca Leite. *Natal monumental*. Natal: Fundação José Augusto, APEC, 1994, p. 44. (Coletânea de artigos publicados no jornal *O Poti*).

¹⁰⁵ RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório* apresentado ao Exmo. Presidente da República, Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal do Rio Grande do Norte, Dr. Rafael Fernandes Gurjão. Natal, 1940, p. 24.

¹⁰⁶ D’OLIVEIRA. Op. Cit., p. 37.

Colônia Penal ‘Dr. João Chaves’, o que tornava a mão-de-obra mais barata”¹⁰⁷. A coexistência das duas instituições vizinhas passou a ser um foco de tensão. Desde a inauguração da escola de desenvolvimento agrícola havia um conflito entre aqueles dois espaços, em razão das práticas e funções distintas que os caracterizavam.

Um fato ocorrido nas dependências da Colônia Penal exemplifica a relação de proximidade entre prisão e escola. Numa noite de janeiro de 1953, “durante uma dança na casa de um preso da Colonia Penal João Chaves”¹⁰⁸, o sentenciado Natanael Inacio foi assassinado por um ex-sentenciado, que era empregado do Aviário da Escola Prática de Agricultura de Jundiáí.

A possibilidade de o ex-sentenciado trabalhar na Escola Prática de Agricultura sugere a interação entre prisão e escola. A sociabilidade na Colônia Penal era marcada, então, pela relação direta com a escola, pois ex-presos conviviam com docentes e estudantes. É possível também observar que os apenados não se dividiam em celas, mas em casas, havendo a possibilidade de serem frequentadas por ex-sentenciados, inclusive à noite, o que indica uma diferença fundamental entre esse modelo arquitetônico de instituição penal e outros, como o da Casa de Detenção, penitenciária dividida em celas justapostas, e sua congênere anterior, a Cadeia Pública, em que os presos eram distribuídos em salões.

As interações humanas entre as duas instituições mostram que havia entre elas uma *fronteira* amplamente porosa, no sentido que Michel de Certeau dá a essa palavra¹⁰⁹, de figura ambígua, semelhante a uma ponte, que representa limite, mas também passagem, muito embora represente interação entre dois espaços. Em sua *Mensagem* de 1955, Sylvio Pedroza critica a instituição penal, indicando que, naquele lugar, fazia parte do cotidiano o convívio entre estudantes e presos, “o que não era recomendável”¹¹⁰.

A Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves” era mais um estabelecimento penal que se tornara obsoleto. Nos primeiros anos de funcionamento da escola, as *Mensagens*

¹⁰⁷ D’OLIVEIRA. Op. Cit., p. 34.

¹⁰⁸ CRIME na Colonia Penal João Chaves, de Jundiáí. *Tribuna do Norte*, Natal, 8 jan., 1953, p. 6.

¹⁰⁹ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. vol. I*. Petrópolis: Vozes, 1994. Terceira Parte: Práticas de Espaço, p. 208, 209.

¹¹⁰ RIO GRANDE DO NORTE, 1951-1955. *Introdução da Mensagem* apresentada à Assembleia Legislativa Estadual, na abertura dos seus trabalhos do ano de 1955 pelo Governador Sylvio Piza Pedroza. Natal, 1955. p. 188.

do governador Sylvio Pedroza à Assembleia Legislativa demonstram desconforto quanto à proximidade entre as duas instituições. Desde os primeiros anos de seu mandato, Pedroza demonstra o interesse de transferir a colônia penal:

Cogito sua transferência para outra região, medida que se impõe sem mais tardança. A continuar no estado de coisas atual seria de toda conveniência a extinção da atual Colonia ‘Dr. João Chaves’. Além da falta de segurança do presídio, não dispõe a administração da Colonia, para sua vigilância do necessário contingente policial, o que resulta em fugas constantes dos detentos¹¹¹.

As condições destacadas pelo governador são diametralmente opostas ao que previa o decreto que criava aquela instituição em 1940, que previa “um inspetor e tantos ajudantes quantos forem necessários”¹¹². Ainda em 1952, o governador destaca a “falta de meios e instalações adequadas”¹¹³, ausência quase completa de viaturas – o que indica um problema de mobilidade que reduzia a capacidade de controle do estado sobre os apenados. Cogita, então, a transferência ou a extinção da Colônia Penal. Numa entrevista à imprensa, em novembro de 1953, Sylvio Pedroza manifesta o desejo de construir outra colônia penal agrícola “... cogitando de fazê-la em Igapó [distrito de características rurais, então sob jurisdição do município de Macaíba], retirando de Natal a cadeia e acabando com a Colonia de Jundiá”¹¹⁴.

Em quinze anos de funcionamento, a Colônia Penal, de instalações consideradas “precaríssimas e insatisfatórias”¹¹⁵ nos últimos anos de funcionamento, é fechada, e seus quarenta presos são transferidos em 1955 para o primeiro pavilhão da penitenciária homônima, localizada em Igapó, sob argumento de total inadequação em relação ao que propunha a legislação penitenciária.

¹¹¹ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada a Assembleia Legislativa de 1952 pelo Dr. Sylvio Piza Pedroza, Governador do Estado. Natal, 1952. p. 142.

¹¹² RIO GRANDE DO NORTE. GURJÃO, Rafael Fernandes. Decreto-Lei nº 67, 4 out., 1940. In: *Diário Oficial*. Natal, 05 out, 1940.

¹¹³ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada a Assembleia Legislativa de 1952 pelo Dr. Sylvio Piza Pedroza, Governador do Estado. Natal, 1952. p. 141.

¹¹⁴ COMO falou à imprensa o gov. Silio Pedroza (sic). *A Ordem*, Natal, 6 nov. 1953.

¹¹⁵ PEDROZA, Sylvio Piza. *Introdução da Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa*. 1955, p. 125.

No ano em que ocorre a transferência dos quarenta sentenciados de Macaíba para o pavilhão construído em Igapó, planejada aos moldes arquitetônicos da prisão da Ilha Grande, no Rio de Janeiro¹¹⁶, Pedroza se refere à Colônia Penal já desativada como um “quisto” a ser extirpado¹¹⁷, um “entrave” que deveria ser eliminado¹¹⁸, já que além de apresentar os mesmos problemas de “falta de meios e instalações adequadas”, observados na Casa de Detenção e nas delegacias e cadeias do interior, representava perigo para a escola.

São traços comuns às prisões brasileiras o otimismo contido no discurso político no momento de sua inauguração, em comparação à precariedade com que se aparelham para os fins previstos, às exigências legais de suas respectivas épocas, e a pressa com que o poder público anuncia a necessidade de sua desativação e substituição por penitenciárias mais “modernas”, capazes de “regenerar” o sentenciado distanciando-o dos centros urbanos. O caso da Penitenciária do Monte Petrópolis, a Casa de Detenção, repete-se com a Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves”. Percebe-se que, em comparação ao otimismo de seus idealizadores, o tempo útil dessas prisões é curto, até que seus problemas internos ultrapassem seus muros, tornando-se publicamente conhecidos.

¹¹⁶ O QUE serão as instalações da Penitenciária Dr. João Chaves?. *Tribuna do Norte*, Natal, 26 jan. 1955 p. 5.

¹¹⁷ RIO GRANDE DO NORTE, 1951-1955. *Introdução da Mensagem* apresentada à Assembleia Legislativa Estadual, na abertura dos seus trabalhos do ano de 1955 pelo Governador Sylvio Piza Pedroza. Natal, 1955. p. 119.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 19.

Capítulo 2: Uma nova prisão, numa ‘outra cidade’ (1951-1955)

Como vimos, o projeto de desativação da Casa de Detenção e construção de uma nova penitenciária estava na pauta de governadores do estado desde a década de 1910. Ao longo da primeira metade do século XX, manteve-se o projeto de distanciamento da prisão, para uma “área apropriada”¹¹⁹. Em 1940, o interventor Rafael Gurjão define essa área, afirmando que a penitenciária deveria ser construída “nas proximidades da capital”¹²⁰, sem, no entanto, especificar o local. Na década seguinte, uma parte do plano – a construção do primeiro pavilhão da Colônia Penal Doutor João Chaves, em Igapó – foi executada pelo governador Sylvio Pedroza.

Entendemos que a escolha do lugar onde a prisão deveria ser instalada não resulta de acaso ou mera conveniência. Essa escolha pode ser associada às diretrizes da legislação penitenciária, mas também aos valores atribuídos historicamente a diferentes localidades dentro do município de Natal. Analisaremos o bairro de Petrópolis, com a Casa de Detenção, e o espaço ocupado por Igapó e Redinha, do ponto de vista da linguagem, pensando a maneira como são representados, buscando compreender as referências espaciais que perpassavam, na primeira metade da década de 1950 (período de construção do primeiro pavilhão da Colônia Penal em Igapó), a enunciação desses lugares, as paisagens que são evocadas, delimitando territórios simbólicos dentro do território formal da cidade.

O bairro de Petrópolis e as disputas em torno do espaço urbano

O “aprazível” bairro de Cidade Nova havia sido dividido em 1947 em dois bairros: Petrópolis e Tirol¹²¹. Durante a primeira metade da década de 1950, o bairro onde se localizava a Casa de Detenção permanecia sendo enunciado nos jornais como

¹¹⁹ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da nona legislatura em 1º de Novembro de 1917 pelo Governador Desembargador Joaquim Ferreira Chaves. Natal: Typ. d’A Republica, 1917. p. 6, 7.

¹²⁰ RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório* apresentado ao Exmo. Presidente da República, Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal do Rio Grande do Norte, Dr. Rafael Fernandes Gurjão. Natal, 1940. p. 21.

¹²¹ Câmara Municipal de Natal. *Projeto de Lei 251, de 20 de julho de 1947*. Natal: 1947.

ambiente de distinção social. Naquele momento, a cidade se complexificava. Sua população, de 103.215 habitantes, era praticamente o dobro da população que habitava a cidade no início da década anterior¹²². Naquele momento, crescia o número de seus bairros, na zona urbana e também no subúrbio, totalizando 11 bairros: Santos Reis, Rocas, Ribeira, Cidade Alta, Petrópolis, Tirol, Alecrim, Lagoa Seca, Lagoa Nova, Carrasco e Quintas¹²³.

Diante da diversidade dos novos bairros, Petrópolis e Tirol figuravam nos discursos dos jornais como objetos de desejo, privilégios ofertados àqueles que gostariam de “morar bem” na cidade. A Casa de Detenção, contradição do caráter idílico evocado desde a fundação do bairro de Cidade Nova, permanecia como elemento indesejado, como veremos no curso deste capítulo.

Notamos que imagens idealizadas, que envolviam os bairros de Petrópolis e Tirol numa atmosfera de inspiração poética, eram evocadas desde a primeira década do século XX. Apesar dos conflitos sociais e ambivalências presentes no bairro de Cidade Nova, analisados por Gabriela Siqueira, Cidade Nova era retratada nos jornais da primeira década do século XX, como “reduto de natureza em plena zona urbana”¹²⁴. Embora o bairro tenha recebido equipamentos técnicos como bondes, sobressaía nos discursos a elogiada paisagem envolta pela natureza bucólica. Quando a cidade de Natal emerge, em 1929, como uma totalidade espacial em *Roseira Brava e outros versos*, o segundo livro da poetisa Palmira Wanderley, a área de Cidade Nova então conhecida popularmente como Petrópolis era considerada o “bairro mais belo de Natal”, designado, no título de um poema, de “colina do sonho”¹²⁵.

Percebemos na primeira metade da década de 1950 a persistência de imagens idealizadas no tocante a Petrópolis e suas imediações. Uma delas surge no discurso do padre Nivaldo Monte como paraninfo da turma do curso de magistério que se formava em dezembro de 1953, na Escola Normal de Natal, situada em Petrópolis. Nesse discurso, intitulado “Algumas Verdades sôbre o Rio Grande do Norte”¹²⁶, o padre destacava aspectos geográficos e culturais do estado do Rio Grande do Norte que

¹²² SOUZA. Op. Cit., p. 18.

¹²³ CÂMARA Municipal de Natal. *Projeto de Lei 251, de 20 de julho de 1947*. Natal: 1947.

¹²⁴ SIQUEIRA. Op. Cit., p. 138.

¹²⁵ ARRAIS, Raimundo. *Do alto das dunas às margens do rio: a paisagem e a literatura na cidade de Natal (1929-1970)*. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales: Barcelona, 2015. p. 3.

¹²⁶ ALGUMAS verdades sôbre o Rio Grande do Norte. *Tribuna do Norte*, Natal, 22 dez. 1953. p. 6.

julgava pouco conhecidos pelos próprios conterrâneos, buscando elencar paisagens naturais do estado, associando-as às então consagradas belezas aclamadas como nacionais, a exemplo da “Guanabara”.

Dentre os elogios às paisagens do estado, proferidos no discurso, três menções são feitas à cidade de Natal. O rio Potengi e a praia de Ponta Negra são rápida e pontualmente citados. Já o conjunto de dunas cobertas de vegetação, contíguas ao bairro de Tirol, que se inicia entre a praia de Areia Preta e o bairro de Petrópolis, merecem menção poética em seu discurso: “São poucos os conhecedores (...) do colar de esmeralda das dunas do Tirol, ornamento que embeleza o colo da cidade presépio”.

Nesse discurso, as pedras preciosas funcionam como elemento de distinção social, representando nobreza, identidade espacial ligada ao belo, ao deslumbramento estético, a partir de um lugar de fala. Como ressaltou Pierre Bourdieu, as representações a partir de palavras variam segundo a posição dos agentes no mundo social¹²⁷. No *habitus* dos agentes, isto é, nas “estruturas mentais [socialmente estruturadas] através das quais eles apreendem o mundo social”¹²⁸, constrói-se o sentido do próprio lugar e o sentido do lugar do outro, sendo demarcadas as diferenças com *signos distintivos* que se inscrevem na linguagem¹²⁹. Com isso, Bourdieu nos mostra que o espaço social funciona como um espaço simbólico, cujas relações, como a luta pelo poder de impor o princípio legítimo de visão (de mundo, ou, no caso aqui estudado, da cidade), revela-se na linguagem.

É possível se perceber, dentro do mesmo discurso proferido pelo padre, a construção de demarcadores de identidade e alteridade socioespacial, na menção feita à música executada e ouvida nos diferentes ambientes da cidade. “Os sambas das favelas invadem a cidade, as ruas invadem os lares, entretanto são poucos, muito poucos os que podem admirar a suave melodia de nossas incomparáveis modinhas”. Aqui, o discurso contrapõe identidade e alteridade. O samba, algo que, segundo o padre, marcava a identidade espacial de aglomerações suburbanas é contraposto às modinhas, vinculadas implicitamente a espaços mais abastados, restritos a “poucos, muito poucos”. Ao estabelecer essa distinção, Dom Nivaldo Monte se localiza cultural e espacialmente na cidade, definindo quem seria o outro: a “favela”, com seu estilo musical incivilizado.

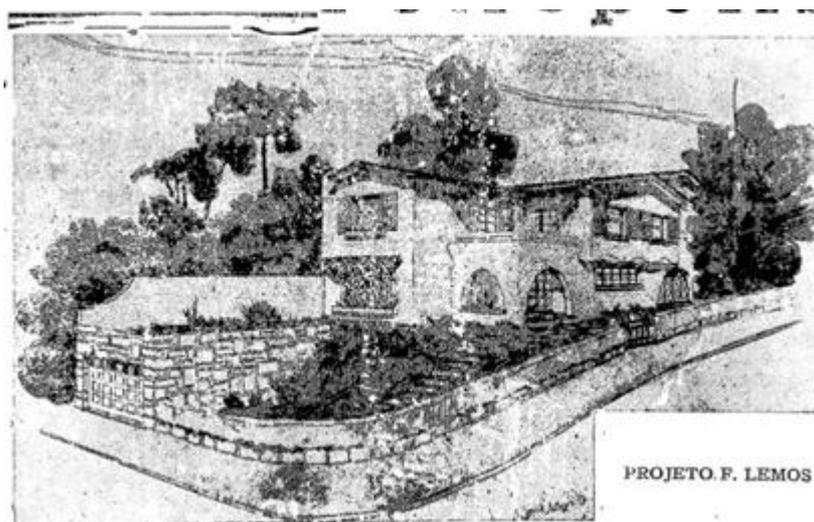
¹²⁷ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 158.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 158.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 160.

Os reclames publicitários de imóveis, publicados nos jornais, corroboram as marcas de distinção do bairro de Petrópolis. Dentre os anúncios de comercialização de terrenos e casas publicados entre 1953 e 1955, o bairro de Petrópolis destaca-se entre os demais bairros, contendo, em geral, expressões que sugerem valorização, semelhantes às contidas em anúncios de imóveis divulgados nas primeiras décadas de existência do bairro, que buscavam atribuir marcas de distinção social ao bairro¹³⁰. Termos como “muito bem localizado”, “casa confortável” são referências recorrentes. Nas colunas de compra e venda de imóveis, notamos que os anunciantes em busca de residência para compra ou locação demonstram preferência pelo bairro. O anúncio intitulado “Vende-se ou troca-se por um terreno de preferência nos bairros de Petrópolis ou Tirol uma pequena e confortável casa (...)”¹³¹ exemplifica essa valorização.

Figura 1: SUA Casa em Petropolis. *Tribuna do Norte*, Natal, 3 mar. 1953, p. 5.



A peça publicitária acima aparece no jornal *Tribuna do Norte* em diversas edições, ao longo dos anos de 1953 e 1954. A imagem compõe um anúncio de lotes acompanhados de projeto arquitetônico de imóvel residencial, assinado por F. Lemos, a serem vendidos em Petrópolis¹³². Precisamente, os lotes se localizavam na esquina da Avenida Nilo Peçanha com a Rua Joaquim Manuel, isto é, a poucos quarteirões da Casa

¹³⁰ SIQUEIRA. Op. Cit., p. 485.

¹³¹ SUA CASA em Petropolis. *Tribuna do Norte*, Natal, 15 jan. 1955. p. 4.

¹³² SUA CASA em Petropolis. *Tribuna do Norte*, Natal, 3 mar. 1953, p. 5.

de Detenção, que se localizava na Rua Aderbal Figueiredo. A imagem é acompanhada dos pregões “Apenas 11 lotes”, “Sua Casa em Petrópolis”, “O melhor Investimento de Capital”, e “O melhor loteamento no mais aprazível bairro da cidade”.

As palavras e a imagem contidas na peça publicitária são partes de um discurso que reforça a distinção social pretendida para o bairro, atribuindo-lhe um caráter privilegiado. O projeto exibido pela imagem parece realizar os atributos higiênicos e estéticos ambicionados para o bairro de Cidade Nova em seu planejamento. A casa sugere um estilo de vida “aprazível”: é espaçosa, arejada, com suas grandes janelas, possui espaços amplos, contato com a natureza em seu jardim e em seu quintal arborizado. Os muros baixos provocam a impressão de segurança. A imagem sugere amplitude, desperta sensação de conforto. A poucos quarteirões da Casa de Detenção, aquelas casas, cuja propaganda coincide com a fase de construção do primeiro pavilhão da Colônia Penal que deveria substituir aquela prisão, pareciam demarcar simbolicamente um território no qual não deveria ter lugar o presídio de “impressão degradante”.

Os discursos que indicam percepção de distinções sociais no espaço acabam por diferenciar os bairros de Petrópolis e Tirol em relação ao restante da cidade. As distinções não se encontram apenas nos discursos, mas nas práticas dos habitantes do bairro. Elementos que caracterizam as práticas culturais dos subúrbios eram evitados, como as fogueiras juninas. O cronista Rômulo Wanderley testemunha a fase de decadência dessa antiga tradição no centro da cidade, destacando que se mantinham nos “bairros mais afastados”, como Rocas, Alecrim, Quintas, Carrasco e Alto do Juruá. Wanderley atribui a decadência da tradição das fogueiras ao “progresso” representado pela pavimentação do bairro, destacando que, em Petrópolis e em Tirol, as poucas fogueiras existentes limitavam-se às ruas não pavimentadas¹³³.

Desde os anos 1940, ocorria um deslocamento das festas juninas para o ambiente privado dos clubes sociais. Segundo Luciana Chianca, esses clubes de lazer, que antes eram prioritariamente frequentados pelas camadas sociais altas, nesse período de incremento populacional na cidade, inclusive decorrente de migrações provindas do interior do estado, ampliaram seu público com o ingresso das camadas médias, num

¹³³ A MARGEM das bombas (sic). *Tribuna do Norte*, Natal, 23 jun. 1955. p. 8.

reforço à hierarquização interna da cidade¹³⁴. Nessas festas, em que as elites se fantasiavam com roupas “matutas”, “num misto de orgulho [rural] e humor depreciativo”¹³⁵. acentuava-se a distinção entre campo e cidade, “matuto” e cidadão. É possível que as festas de rua, com fogueiras, que ocorriam nos bairros populares, tenham se tornado então um elemento associado aos migrantes pobres que provinham do interior do estado, por essa razão estavam em decadência entre as camadas médias.

O período posterior à II Guerra Mundial é uma fase de intensificação da urbanização de capitais brasileiras, que é acompanhada por uma tendência à especialização dos espaços, que muitos autores denominam *zoneamento*. James Holston define esse conceito como “correlação ou tipologização das atividades sociais, das formas dos edifícios e das convenções urbanísticas” para uma “organização racional da vida urbana”¹³⁶, na qual destinam-se diferentes espaços a funções específicas, buscando-se homogeneizar cada setor da cidade de acordo com a sua finalidade para o corpo urbano. Nesse sentido, o autor faz um estudo sobre Brasília, cidade brasileira cujo planejamento urbano aplicava esse conceito de forma mais contundente.

Diferentemente de Brasília, a cidade de Natal não é fruto de um projeto urbanístico integral, ou seja, algumas áreas cresceram espontaneamente, enquanto outras foram planejadas pelo poder público. Natal vem se construindo desde o período colonial, quando era uma pequena vila de funções administrativas, com baixa concentração populacional.

No século XX, entre os anos de 1942 e 1945, durante a II Guerra Mundial, ocorre um momento de grande intensificação do crescimento físico-territorial e populacional da cidade, quando Natal é escolhida entre as cidades brasileiras para receber as bases aérea e naval norte-americanas. Receber as bases militares possibilitou um crescimento urbano acelerado, com taxa de urbanização correspondendo ao dobro da média nacional, “6,53% a.a. [ao ano] e 3,8% a.a., respectivamente” durante a década de 1940-1950,¹³⁷ já que a presença estrangeira impulsionava a vocação da cidade para o

¹³⁴ CHIANKA, Luciana. *A festa do interior: São João, migração e nostalgia em Natal no século XX*. Natal: EDUFRN, 2006. p. 47.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 50.

¹³⁶ HOLSTON, James. *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. Tradução Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 152.

¹³⁷ VIDAL, Maria do Socorro Carlos. *A ponte da exclusão*. Natal: Cooperativa Cultural UFRN, 1998. p. 18.

setor de serviços, atraindo contingentes de pessoas que se estabeleciam na cidade, a partir de fluxos migratórios provindos do interior do estado e de outros estados do país.

É necessário se considerar as transformações urbanas verificadas durante esse período, para fins de compreensão de seus efeitos sobre o mercado de terras e as representações do bairro de Petrópolis, onde se localizava a Casa de Detenção. Assim sendo, teremos alguns indícios para interpretar o significado desse lugar nos discursos sobre a cidade, tanto jornalísticos quanto políticos ou publicitários.

Às vésperas de sua participação na II Guerra Mundial, Natal era uma cidade de 55.000 habitantes, e de dimensões territoriais muito menores do que as que conhecemos hoje. A cidade era composta pelos bairros de Cidade Alta, Ribeira, Alecrim, Cidade Nova (já conhecida em suas subdivisões Petrópolis e Tirol), além das localidades de Rocas e Passo da Pátria. A presença de contingentes militares norte-americanos instalação de suas bases constituem um marco de transformação territorial e de níveis populacionais da cidade.

No tocante às transformações físico-territoriais, ocorrem, nessa época, fenômenos de expansão e reordenamento espacial na cidade. Equipamentos militares como a Base Aérea de Parnamirim e a Base Naval do rio Potengi tornaram necessária a abertura de vias de acesso na época não existentes. Assim, inauguram-se dois principais eixos viários perpendiculares: a rodovia Natal-Parnamirim, também chamada de *Parnamirim Road*, que ligaria a base aérea ao porto de Natal, passando pelos bairros de Tirol e Petrópolis; e a Avenida Alexandrino de Alencar, ligando a rodovia à Base Naval, passando pelo bairro do Alecrim.

Maria do Livramento Clementino salienta que essas duas vias tornaram-se *tendências* para o crescimento físico-territorial de Natal, sendo alvo da especulação imobiliária. Assim, loteadores lucravam com uma infraestrutura resultante da mobilização militar durante a Guerra. O capital especulativo, porém, concentrava-se no eixo Natal-Parnamirim, reservando-o para as camadas médias, e expulsando no sentido da Base Naval, no bairro do Alecrim, a população de baixo poder aquisitivo¹³⁸. A valorização do espaço urbano por investimentos públicos define, segundo Lúcio Kowarick, a configuração espacial que segrega populações inteiras, com base no valor

¹³⁸ CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70*. Natal, UFRN/CCHLA, 1995, p. 229-230.

da terra¹³⁹, havendo retenção especulativa do solo. A despeito da presença da Casa de Detenção, eram as terras do bairro de Petrópolis que passavam pelo processo de valorização fundiária.

Assim, os bairros cujas terras eram habitadas em geral pelas camadas médias recebem um incremento econômico importante a partir da aquisição da rodovia pavimentada, em 1942. O reclame publicitário que observamos mais acima, que anunciava terrenos com projetos arquitetônicos no bairro de Petrópolis, pode exemplificar o tipo de retenção especulativa a que Kowarick se refere.

As construções das bases militares, com sua oferta de emprego para mão de obra não qualificada, os soldos dos militares e sua busca por comércio e entretenimento, além da ocorrência de seca em 1942 – tudo isso contribuiu para o deslocamento de grandes massas humanas do interior para a capital, em busca de melhores condições de vida¹⁴⁰. Estima-se um incremento populacional de cerca de trinta mil habitantes na cidade, apenas entre 1941 e 1943. Em 1950, a cidade alcançou a marca de 103.000 habitantes, ou seja, a população praticamente dobrou em 10 anos. A mão de obra, no entanto, não foi “absorvida pelo mercado em sua plenitude”¹⁴¹, o que aumentou a taxa de desemprego na cidade para níveis sem precedentes.

Nesse momento, é marcante a formação de espaços empobrecidos nas periferias da cidade. Em livro publicado em 1947, Câmara Cascudo, cronista de sua época, mencionando uma “concentração ameaçadora ao pé do Morro de Petrópolis”, o autor chega a nomear esse processo como “panzer mocambo”, em analogia às invasões de tanques de guerra nazistas. Essa metáfora remetia à alteridade, ao perigo que se fazia representar a partir do crescimento de aglomerados humanos empobrecidos, sobretudo em torno dos bairros de Tirol e Petrópolis¹⁴², que ameaçavam a pretensão de homogeneidade social que os discursos e as normas criadas para o bairro mostravam desde sua criação.

Os espaços suburbanos que se formam na cidade durante e após a Guerra figuram como um elemento da disputa pelo espaço urbano, no qual os novos moradores

¹³⁹ KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 60.

¹⁴⁰ CLEMENTINO. Op. Cit.

¹⁴¹ Ibid., p. 215, 221.

¹⁴² TORQUATO, Arthur Luís de Oliveira. *O plantador de cidades e a criação do espaço moderno: a construção de uma Natal moderna na administração Sylvio Pedroza (1946-1950)*. – 2011. Dissert., p. 85.

buscavam usufruir das oportunidades surgidas a partir da presença militar norte-americana, através da ocupação da cidade. Esses espaços suburbanos que, anos depois, alcançariam a categoria de bairros, nascem sem a infraestrutura urbana de transporte, abastecimento, já presentes nos bairros de Cidade Alta, Ribeira, Alecrim, Tirol e Petrópolis. A disputa pelo espaço urbano dava-se também na prática do espaço através dos deslocamentos, do trânsito de pessoas pela cidade. Nesse ponto, a mendicância é relevante, tornando-se algo visível na cidade, inclusive em seus lugares socialmente privilegiados.

Entre os anos de 1952 e 1953, os milhares de migrantes passaram a ocupar a cidade fugindo da grande seca que se abatia ainda mais violentamente sobre o interior do estado. A presença desses “flagelados”, com o aumento da mendicância causava grande incômodo, sobretudo às elites, segundo o que é expresso em jornais do período. O tema é fartamente abordado nos jornais *Tribuna do Norte* e *A Ordem*, que parecem querer mostrar que os mendigos eram numerosos a tal ponto que alteravam a paisagem da cidade, corrompendo-lhe a tranquilidade e a beleza. Na citação abaixo, o jornalista e advogado Otto Guerra, no jornal *A Ordem*, observa como obviedade em Natal problemas sociais caracterizados pela circulação de indivíduos considerados indesejados pela cidade, classificando-os em diferentes categorias:

Dizer que vivemos assoberbados por um sem número de graves problemas de ordem social é truismo. Aqui são os menores abandonados e delinquentes. Mais além os pobres ou esmoleres, reais ou falsos, a encherem as ruas. Adiante, os desempregados. Depois, os criminosos: marreteiros, ladrões, caftens, e assim por diante¹⁴³.

O incômodo maior se dava em relação à mendicância nos bairros de Cidade Alta e Ribeira, voltados em grande medida para o comércio, mas também Petrópolis e Tirol, mais caracterizados pela função residencial. O repórter J. Castro noticia a presença de mendigos, dentre os quais, alguns eram retirantes:

¹⁴³ JOGO de empurra. *A Ordem*, Natal, 2 jan. 1953.

Levas inteiras de mendigos de todos os tipos se acham esmolando. Não podemos estar num café, num bar, na parada de ônibus nem fazer compras no mercado, pois logo somos abordados por insistentes pedintes que nos reclamam uma esmola, muitas vezes gente em bom estado de saúde alegando que não encontram trabalho, ou que *chegou de viagem*¹⁴⁴. (grifo nosso)

Enquanto isso, o jornal *Tribuna do Norte* afirma: “Lá no interior é que estão as estradas e os açudes a construir. Lá, portanto, é que devem ficar localizados os que a seca atingiu e deixou sem agricultura e sem criação”¹⁴⁵. Falas como essas delimitam simbolicamente o espaço urbano, definindo os sujeitos que possuem o direito de usufruí-lo, ao mesmo tempo, demarcando o outro, o indesejado na cidade, aquele considerado vagabundo, em geral, migrante interiorano. Os jornais, como espaço de fala das elites da cidade, eram fortes agentes dessa segregação simbólica.

Sylvio Pedroza afirma, em ocasião de sua ida em 1953 à capital federal para solicitar ao governo federal auxílios no combate aos efeitos da seca no Rio Grande do Norte:

Centenas de flagelados chegam diariamente a Natal, vindos sobretudo do bolsão norte-sul do Estado onde a vida se desorganizou. É um espetáculo dramático e constrangedor que oferece, por outro lado, uma ameaça permanente á ordem publica, pois, como se sabe, a fome é a grande mola que impulsiona sentimentos e reações em meu Estado¹⁴⁶.

Observamos que a disputa pela cidade parte não apenas dos grupos considerados indesejados, que buscavam se estabelecer na cidade, ocupando seus espaços, deslocando-se em lugares onde não eram esperados, como nas ruas, no comércio, ou se estabelecendo através da moradia considerada irregular. Essa disputa parte também do poder governamental e das camadas médias, tanto no campo das ações sobre o espaço físico quanto no campo simbólico, estabelecendo distinções sociais, como meios de se legitimar quem deveria e quem não deveria ter direito sobre determinados lugares da cidade. Nesse clima de desagrado com a mendicância que se avolumava em Natal, as

¹⁴⁴ NATAL e seus problemas: Apoio as iniciativas. A *Ordem*. Natal, 11 fev. 1953.

¹⁴⁵ NADA de paliativos. *Tribuna do Norte*, Natal, 22 mar. p. 3.

¹⁴⁶ MARCHA da fome no Rio G. do Norte. *Tribuna do Norte*, Natal, 29 mar. 1953. p. 7.

ações governamentais e da iniciativa privada sobre o bairro de Petrópolis colaboravam com seu *status* de lugar privilegiado.

A introdução da *Mensagem* anual apresentada à Assembleia Legislativa, em que o governador Sylvio Pedroza sintetiza ações de seu mandato (1951-1955), apresenta uma seção sobre as ações do governo do estado na capital em que são destacados melhoramentos urbanos voltados para o desenvolvimento turístico de praias próximas ao bairro de Petrópolis. O governador pretendia dar visibilidade turística às praias do Meio e de Areia Preta, as quais haviam sido tradicional recanto de veraneio das elites durante boa parte da primeira metade do século XX¹⁴⁷. O desejo, por parte do governador, de mudança da paisagem da cidade “e até [de] seus hábitos”¹⁴⁸, como mostra do anseio por “progresso”, era canalizado para essas praias, escolhidas para se tornarem o cartão postal a partir do qual Natal deveria ser vista:

Em relação às suas belíssimas praias, que fazem parte da existência de todos nós, a evocar, pelos nomes, etapas e circunstâncias da vida, Limpa, Praia do Meio, Areia Preta, - a estas praias, que tornam Natal conhecida e admirada em toda parte, dedicamos especial interesse¹⁴⁹.

No dia 24 de dezembro de 1953, era noticiada na imprensa a inauguração do trecho Praia do Meio-Areia Preta da Avenida Circular¹⁵⁰, um esforço iniciado ainda em seu mandato como prefeito de Natal (1946-1951), para o desenvolvimento turístico das praias, e, a partir do qual os governos estadual e municipal pretendiam alavancar a valorização fundiária do local, estimulando comercialização de terrenos e construção de imóveis.

Nos jornais, é semelhante o tom de entusiasmo com as ações de valorização da praia. Rômulo Wanderley registra em 1955 a construção de grandes casas residenciais

¹⁴⁷ Em 1947, Luís da Câmara Cascudo informa, em tom aparentemente lamentativo, a respeito de um bairro popular que se formava entre a praia e Petrópolis, um “mundo miúdo”, “onda de casinha paralela a Petrópolis”. Areia Preta, que havia sido “o mais delicioso passeio da época [1915]” continuava sendo “praia de banho sem complicações elegantes”. (CASCUDO. 1980, p. 243)

¹⁴⁸ RIO GRANDE DO NORTE, 1951-1955. *Introdução da Mensagem* apresentada à Assembleia Legislativa Estadual, na abertura dos seus trabalhos do ano de 1955 pelo Governador Sylvio Piza Pedroza. Natal, 1955. p. 25.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 25.

¹⁵⁰ COMPLETADA a Av. Circular. Tribuna do Norte, Natal, 24 dez. 1953. p. 4.

na Praia de Areia Preta¹⁵¹. Sua crônica é marcada pelo enaltecimento ao “progresso” da cidade expresso na ocupação da praia por setores abastados da sociedade.

A hierarquização espacial é expressa nas ações governamentais que promoviam intervenções no espaço urbano. Os espaços suburbanos recebiam equipamentos de infraestrutura básica, como abastecimento de água, pavimentação, linhas de ônibus que integravam esses espaços a outros bairros da cidade. Os bairros de Petrópolis e Tirol, por sua vez, eram espaços privilegiados da ação governamental naquele momento, recebendo equipamentos urbanos e instituições cuja importância para a cidade se demonstra facilmente nos elogios dispensados a essas ações em um periódico, como a *Tribuna do Norte*, de contundente oposição política aos mandatos dos governos estadual e municipal, respectivamente, de Sylvio Pedroza e Creso Bezerra.

Instituições educacionais de relevo para a cidade foram inauguradas em Petrópolis durante a administração de Sylvio Pedrosa, como o Jardim de Infância Modelo¹⁵², e o Instituto de Educação¹⁵³, onde deveriam funcionar os diversos cursos secundários da capital, aos quais eram, aos poucos, anexados prédios como a Biblioteca do Instituto de Educação¹⁵⁴ e o Ginásio Sylvio Pedroza¹⁵⁵, localizado na Praça Pedro Velho. Todas essas instituições eram largamente celebradas nas notícias de jornais, e não possuíam correspondentes em outras áreas da cidade, além do bairro contíguo de Tirol¹⁵⁶.

Era no bairro que recebia investimentos materiais e simbólicos que se localizava a instituição onde cerca de 120 detentos cumpriam penas durante a primeira metade da década de 1950. A partir desses dados, somos levados a algumas reflexões sobre a relação entre a Casa de Detenção e o bairro onde estava situada, acerca do impacto que causava a presença do presídio naquele lugar sobre o qual as ações do Estado e da iniciativa privada reafirmavam um caráter socialmente distinto.

¹⁵¹ O PAVOR da maresia. *Tribuna do Norte*, Natal, 3 jun. 1955. p. 6.

¹⁵² INAUGURADO o Jardim de Infância Modêlo. *Tribuna do Norte*, Natal, 24 maio 1953. p. 8.

¹⁵³ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* do Governador Silvio Piza Pedroza á Assembleia Legislativa, apresentada na sessão ordinária de 1951. Natal, 1951. p. 89.

¹⁵⁴ INAUGURADA a Biblioteca do Instituto de Educação. *Tribuna do Norte*, Natal, 5 mar., 1955, p. 4.

¹⁵⁵ O GINASIUM do Instituto. *Tribuna do Norte*. Natal, 27 jul. 1954. p. 3.

¹⁵⁶ O bairro de Tirol também é eleito para receber novas instituições. Em maio de 1953, a inauguração do Quartel Militar de Tirol recebe forte destaque nas páginas dos jornais. Tratava-se da transferência do Quartel do bairro de Paço da Pátria para o bairro de Tirol, planejada por Sylvio Pedrosa, segundo o jornal *Tribuna do Norte* ainda em seu mandato de prefeito da cidade de Natal. CONCRETIZA-SE a antiga aspiração da Polícia Militar. *Tribuna do Norte*, Natal. 30 maio 1953. p. 8.

“Vergonha para nossos foros de civilizados”: a Casa de Detenção como elemento indesejado no bairro de Petrópolis

Em suas *Mensagens* à Assembleia Legislativa, o governador Sylvio Pedroza dava destaque às condições sob as quais funcionava a Casa de Detenção. Ainda no início de seu mandato (1951-1955), observava seus problemas, reservando sempre para eles uma seção especial nos livros anuais de *Mensagem* à Assembleia Legislativa. No trecho a seguir, extraído da *Mensagem* apresentada em 1955, o governador começa expondo as deficiências do presídio, e a necessidade imediata de pequenos reparos:

Prédio de proporção para cem homens, no máximo, guarda, presentemente, o número aproximado de cento e cinquenta. [...] Impõe-se ao prédio uma medida inadiável de limpeza, isto é, caiação e pintura, de modo a melhorar as suas condições atuais, de vez que de há muito não se providencia nesse sentido¹⁵⁷.

Todavia, o que Sylvio Pedroza entendia como solução para os problemas da Casa de Detenção ia além de reformas estruturais internas. A intenção do governador, esclarecida na *Mensagem* lida para os deputados em 1955, era a extinção daquela instituição e o deslocamento dos detentos para um lugar afastado do bairro:

[...] Concluída a construção de mais um pavilhão da nova Penitenciária, em Igapó, espero até o fim deste ano, promover a transferência de muitos detentos, desafogando, com essa medida, a Casa de Detenção, que se manterá, então, com a sua lotação regular, até que se possa, em breves tempos, levar o recolhimento, desocupando-se, assim, o Presídio situado em Petrópolis¹⁵⁸.

Sylvio Pedroza identifica as duas instituições por meio de termos distintos: *presídio*, para a Casa de Detenção, e *penitenciária*, para a Colônia Penal “Dr. João

¹⁵⁷ RIO GRANDE DO NORTE, 1951-1955. *Introdução da Mensagem* apresentada à Assembleia Legislativa Estadual, na abertura dos seus trabalhos do ano de 1955 pelo Governador Sylvio Piza Pedroza. Natal, 1955. p. 126.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 126.

Chaves”. Com isso, o governador pretendia distinguir o velho do novo, assinalando sua administração estadual como um momento de ruptura para a história prisional da capital, no qual, a “regeneração” dos apenados seria parte importante de suas ações, por meio da construção de uma instituição cujas práticas seriam norteadas por ideais penitenciários, de transformação técnica dos indivíduos.

Os dois fragmentos em destaque acima suscitam indagações acerca das intenções governamentais quanto ao bairro de Petrópolis. O trecho grifado, em que o governador menciona a ausência do poder público - no qual ocupava importante cargo - em relação ao presídio, explica a situação precária da Casa de Detenção naquele momento, utilizada como justificativa para o plano de removê-la daquele bairro. A opção por uma reforma substancial no prédio, no entanto, não é cogitada, mas sua extinção.

Pedroza destaca desde a desproporção entre o número de presos e o efetivo policial até a precariedade das condições de vida dentro do presídio¹⁵⁹. Em 1952, enfatiza: “Não é só a insuficiência das instalações: é o próprio estado geral do edifício, cada vez mais ruinoso”¹⁶⁰. O estado de insalubridade era elevado. Em meio aos presos saudáveis, portadores de doenças epidêmicas viviam sem maiores cuidados, o que criava um abismo entre aquela realidade e os ideais de higiene e salubridade exaltados no momento de sua fundação, em 1911. Durante o governo de Sylvio Pedroza, o presídio superlotado chegou ao seu limite. De 120 detentos em 1952¹⁶¹, passa a aproximadamente 150, em 1955, sendo que, segundo o governador, a capacidade ideal seria de 100¹⁶². Ou seja, houve um aumento de cerca de 20% na lotação da penitenciária durante o exercício de seu cargo.

Em geral, as referências ao presídio, tanto por parte do governador Sylvio Pedroza quanto dos jornais da cidade de meados dos anos 1950, como *Tribuna do Norte* e *A Ordem*, são marcadas por um discurso dotado de comoção pela situação vivenciada

¹⁵⁹ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada a Assembleia Legislativa de 1952 pelo Dr. Sylvio Piza Pedroza, Governador do Estado. Natal, 1952. p. 140.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 140.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 140.

¹⁶² RIO GRANDE DO NORTE, 1951-1955. *Introdução da Mensagem* apresentada à Assembleia Legislativa Estadual, na abertura dos seus trabalhos do ano de 1955 pelo Governador Sylvio Piza Pedroza. Natal, 1955. p. 126.

pelos apenados da Casa de Detenção, confinados “sem qualquer requisito mínimo condizente com a vida humana”¹⁶³.

O aspecto humanitário envolvia discursos e práticas. Associações desenvolviam ações filantrópicas com o objetivo de tornar mais ameno o cotidiano dos apenados. Entre as associações, clubes e pessoas físicas que promoviam ações de amparo à Casa de Detenção, podemos citar associações como a Assistência Social Penitenciária, a maçonaria, o Lions Clube, os espíritas, a Igreja católica, e também Fany Cavalcante¹⁶⁴, a esposa do chefe de polícia do estado, major Ulisses Cavalcante. Os sujeitos envolvidos nessas ações filantrópicas, movidas pela ideia de caridade cristã, promoviam campanhas de auxílio à Casa de Detenção em eventos como a “Páscoa dos detentos”, o “Natal dos detentos”, arrecadando doações, como também, realizando celebrações católicas no âmbito do presídio.

Em um recinto da Casa de Detenção chamado pelo jornal *Tribuna do Norte* de “salão de festas”, os presos receberam presentes na celebração de Natal em 1953, assistiram a shows culturais e ouviram uma palestra pronunciada pelo padre Nivaldo Monte¹⁶⁵, tudo isso diante de jornalistas e de representantes do governo do estado. No ano seguinte, segundo o mesmo periódico, o padre Antonio Barbosa celebraria um ato religioso em comemoração à Páscoa, numa capela conjugada ao presídio, havendo em seguida um “café pascal” para os detentos¹⁶⁶. Após o café, o time de voleibol da Polícia Militar, *Tiradentes*, enfrentaria um time de detentos, organizado pelo Departamento Esportivo da Escola da Detenção, sob direção do professor Alberto Rodrigues¹⁶⁷.

Essas doações feitas ao presídio em suas principais datas comemorativas, a Páscoa e o Natal, era um recurso que rendia a seus praticantes a fama de benfeitores. As pessoas que promoviam essa filantropia sazonal costumavam receber menção nos jornais. Na Páscoa dos detentos de 1955, por exemplo, os ofertantes que participaram da

¹⁶³ CRÍTICA a situação da Casa de Detenção. *Tribuna do Norte*. Natal, 21 jan., 1955, p. 6.

¹⁶⁴ NATAL dos detentos será promovido pela sra. Fany Cavalcanti e a ASP. *Tribuna do Norte*. Natal, 22 dez., 1954, p. 6.

¹⁶⁵ NATAL dos presidiários. *Tribuna do Norte*. Natal, 24 dez., 1953, p. 4.

¹⁶⁶ HOJE, a páscoa dos detentos. *Tribuna do Norte*. Natal, 27 maio, 1954, p. 4.

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 4.

campanha do Lions Clube, bem como os presentes à celebração na Casa de Detenção, foram citados numa longa lista, cada um associado a seu donativo¹⁶⁸.

Se havia ações e discursos filantrópicos em relação ao presídio, havia também, por outro lado, um discurso que parece uníssono, presente nas palavras do governador assim como nos jornais. A Casa de Detenção era descrita em grande medida como um mal que irradiava problemas em direção à cidade, tais como fugas, atribuídas à insegurança e superlotação do presídio, e reincidência dos detentos, que, livres, passavam a circular pela cidade.

Os problemas na Casa de Detenção não raro aparecem nos jornais da cidade, tratados de maneira direta ou indireta. É evidente que, em se tratando de um jornal que exercia clara oposição ao governo estadual, como a *Tribuna do Norte*, os detalhes daquilo que é considerado inconveniente são mais ricos e numerosos.

A notícia destacada abaixo, assim como outras que eram publicadas com certa frequência, critica a falta de vagas no presídio, decorrente da superlotação, e a conseqüente soltura de muitos detidos, que, embora acusados de incorrerem repetidas vezes em delitos, e serem conhecidos seus locais de residência, não permaneciam instalados nas celas do presídio. As notícias veiculadas pela imprensa da época nos levam a perceber que a superlotação da Casa de Detenção, chamada de “antro de perdição”, era entendida como um motivo da soltura de muitos detidos acusados de incorrerem repetidas vezes em delitos:

Larápios se encontram em Natal ás topadas. Mas mesmo quando presos em flagrante são postos imediatamente na rua, pois a polícia não dispõe de verbas. E são tão familiarizados com a polícia, que quando ha notícia de determinado roubo ou furto, os investigadores mais antigos (o bastante é ter conhecimento do fato) sabem logo o nome do autor e o local onde é encontrado¹⁶⁹.

¹⁶⁸ ENTREGUE à penitenciária os donativos adquiridos pelo Lions Clube de Natal (sic). *Tribuna do Norte*. Natal, 22 maio, 1955, p. 8.

¹⁶⁹ DELINQUÊNCIA infantil: um caso de polícia? Ladrões, jogadores, cachaceiros e mendigos. *Tribuna do Norte*, Natal, 27 jan. 1953. p. 6.

É importante se considerar que a Casa de Detenção era um presídio estadual, portanto recebia com frequência contingentes de presos de todo o território sob jurisdição do estado do Rio Grande do Norte¹⁷⁰. A frequência com que presos do interior e da capital fugiam da Casa de Detenção era um dado assinalado pelo governador¹⁷¹, e largamente retratado também nos jornais, como causa de medo para a sociedade. Nos dias em que era construído o primeiro pavilhão da Colônia Penal “Doutor João Chaves”, em 1955, o repórter Adalberto Rodrigues demonstrava seu entusiasmo e sua crença, possivelmente compartilhada por seus leitores, no poder de isolamento da nova prisão: “... a sociedade potiguar dormirá mais tranquila sem que seja atormentada com a fuga de perigosos larápios, criminosos e malandros”¹⁷². Não era na reforma da Casa de Detenção, mas no afastamento da prisão, no isolamento dos apenados em ambiente distante, que a cidade parecia buscar sua tranquilidade.

As notícias veiculadas pela imprensa durante a primeira metade da década de 1950 descrevem a Casa de Detenção como uma instituição incapaz de conter os apenados. A atenção que esses jornais dispensavam às fugas ocorridas na Casa de Detenção permite vislumbrar o incômodo que causava a presença do presídio. Certas fugas recebem destaque e repercussão, como a do detento Abel Batista, bastante conhecido nos jornais como ladrão de automóveis, ao qual foi dedicada a seguinte manchete: “Atenção motoristas: Sensacional fuga de Abel Batista”¹⁷³ e diversas outras que buscavam acompanhar suas ações enquanto se encontrava na condição de fugitivo da Casa de Detenção.

O jornal *A Ordem*, por exemplo, relata a fuga de oito presos, que havia ocorrido em dezembro de 1952, noticiando sua recaptura em janeiro do ano seguinte. Esses presos haviam se deslocado para regiões distantes da cidade de Natal, como a cidade de Mossoró e o estado da Paraíba. O jornalista Otto Guerra acompanha a repercussão da entrada de fugitivos norte-rio-grandenses na Paraíba, por meio do jornal paraibano *A*

¹⁷⁰ RIO GRANDE DO NORTE, 1951-1955. *Introdução da Mensagem* apresentada à Assembleia Legislativa Estadual, na abertura dos seus trabalhos do ano de 1955 pelo Governador Sylvio Piza Pedroza. Natal, 1955. p. 125.

¹⁷¹ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada a Assembleia Legislativa de 1952 pelo Dr. Sylvio Piza Pedroza, Governador do Estado. Natal, 1952. p. 140.

¹⁷² O QUE serão as instalações da Penitenciária ‘Dr. João Chaves’. *Tribuna do Norte*, Natal, 26 jan. 1955 p. 5.

¹⁷³ ATENÇÃO motoristas: Sensacional fuga de Abel Batista. *Tribuna do Norte*, Natal, 25 maio 1954. p. 5.

*imprensa*¹⁷⁴. Esses deslocamentos para regiões distantes são frequentes. O próprio Abel Batista e outro fugitivo de alcunha “Tatá” são capturados no Recife, em janeiro de 1955. Mesmo deslocando-se para regiões distantes, os presos em fuga cruzavam a cidade, circulando primeiramente nos arredores do presídio.

Diversas eram as estratégias articuladas para as fugas. Cicero Soares de Lima, de alcunha “Baixa Verde”, tentou fugir da Casa de Detenção, “subindo ao telhado, à hora em que desabava forte chuva”¹⁷⁵. Havia tentativas de fuga em massa por meio de túneis escavados nas próprias celas¹⁷⁶. Dentre as tentativas abortadas, diversas fugas ocorriam efetivamente, nas situações mais diversas. Havia presos que, como Antonio Bezerra Brandão, vulgo “Carneiro 1º”, tramavam sua fuga de dentro do Hospital Miguel Couto, em Petrópolis, quando estavam internados em razão de doença¹⁷⁷. Os presos de alcunhas “Barrão” e “Verdelinho” abandonaram o presídio quando trabalhavam na reforma de seu muro de arrimo¹⁷⁸.

Um aspecto interessante do regime prisional da Casa de Detenção era a possibilidade de saída de detentos do presídio, acompanhados de guardas, situação também utilizada para a deserção, como vemos na coluna “Fatos Policiais”, do jornal *Tribuna do Norte*:

E’ extranhavel que a administração da Penitenciária facilite tanto a vigilância de individuos perigosos como Abel permitindo sua saída á rua acompanhado apenas de um soldado. (...) E mais extranhavel ainda é que o comando da Policia não mantenha na Detenção uma guarda numericamente suficiente para a vigilancia, pois, como se sabe, apenas oito soldados guardam quase uma centena de reclusos¹⁷⁹.

Com base nesses relatos, podemos perceber que, na prática, a experiência de estar detido na Casa de Detenção nesse período podia incluir em si certa interação com o espaço externo ao presídio, o que leva a entender que estar preso na Casa de Detenção não correspondia a uma reclusão absoluta, na qual os presos eram encerrados entre as

¹⁷⁴ JOGO de empurra. *A Ordem*, Natal, 2 jan., 1953.

¹⁷⁵ TENTOU fugir da Detenção. *Tribuna do Norte*, Natal, 6 fev.1954. p. 4.

¹⁷⁶ VARIOS presos tentaram fugir da Detenção. *Tribuna do Norte*, Natal, 9 fev. 1955. p. 5.

¹⁷⁷ FATOS Policiais. *Tribuna do Norte*, Natal, 5 nov. 1953. p. 5.

¹⁷⁸ FUGIRAM da detenção dois perigosos larapios. *Tribuna do Norte*, Natal, 29 mar. 1955. p. 4.

¹⁷⁹ FATOS policiais. *Tribuna do Norte*, Natal, 6 maio 1954. p. 5.

paredes do prédio. Isso porque havia, nos casos previstos pela administração e por legislação federal¹⁸⁰, permissão ao recluso para saída à rua acompanhado de um guarda, bem como a prática do trabalho prisional em área externa; e nos casos supostamente imprevistos, os detentos escapavam do presídio.

Relatos como esses, além de revelarem a interação entre os sujeitos reclusos na prisão com outras áreas da cidade, indicam o medo provocado pela presença da instituição prisional e também a crítica à maneira considerada branda como se exercia a punição dos “criminosos”. A prisão que o Estado pretendia desativar era retratada nos jornais como uma instituição que incomodava por favorecer a presença e circulação desses homens nos arredores da Casa de Detenção, em fuga do hospital ou do próprio presídio, percorrendo as ruas da cidade, cruzando o bairro “aprazível”, habitado por camadas médias e membros influentes da sociedade natalense.

Diante da situação em que se encontrava na década de 1950, toda referência feita à Casa de Detenção de Natal, mesmo partindo do poder governamental, é negativa, denunciadora de precariedade, de superlotação e insalubridade. A penitenciária chega a ser chamada de “vergonha para nossos foros de civilizados”, nas páginas do jornal *A Ordem*, expressão que demonstra o extremo embaraço causado pela presença daquela instituição¹⁸¹.

A precariedade material do prédio, marca que acompanhou de longa data a instituição, bem como as relações da Casa de Detenção com seu espaço externo são fatores que, relacionados, sobretudo, aos esforços pela homogeneização social daquele bairro, nos fornecem indícios para pensar por que, para o poder governamental, não bastava apenas reformar a prisão, mas desativá-la definitivamente.

Igapó e Redinha: uma “outra cidade”

No período em destaque, enquanto bairros situados à margem direita do rio Potengi recebiam equipamentos urbanos e instituições de ensino, Igapó, situado à

¹⁸⁰ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Código Penal Brasileiro (1940), e lei federal nº 3.274, de 02 de outubro de 1957, art. 12.

¹⁸¹ UMA ajuda para a Casa de Detenção. *A Ordem*, Natal. 6 ago. 1953.

margem esquerda do Rio Potengi, foi o lugar selecionado pelo governo do estado do Rio Grande do Norte para receber a primeira colônia penal do município de Natal, a Colônia Penal “doutor João chaves”, que seria transferida de Jundiá. Em 1954, o governo estadual começava a construir a penitenciária em uma área rural, a cerca de três quilômetros a nordeste da chamada Vila de Igapó, e a cerca de três quilômetros a oeste da povoação da Redinha.

Diante do exposto, questionamos: por que Igapó foi a região da cidade de Natal escolhida para a instalação da Colônia Penal, sendo que o território do município possuía diversas áreas ainda não ocupadas? A documentação oficial tampouco os jornais da cidade apresentam informações objetivas a esse respeito. Por isso, faz-se necessário investigar outros discursos, contidos em reportagens e crônicas, a respeito de Igapó, mas também de toda a área situada à margem esquerda do Rio Potengi, o que inclui a povoação da Redinha.

Até 1954, o conjunto territorial formado por Igapó, Redinha e as terras situadas entre essas duas localidades era, de certo modo, pouco perceptível para o restante da cidade, sendo comumente identificado pela expressão “o outro lado do rio”. Em reportagens, crônicas, e, supomos que também nas conversas cotidianas, eram compartilhadas expressões como “trafegando entre Natal e a Redinha”¹⁸², além de uma série de outras expressões e formas de nomear, de qualificar, que construía alteridade em relação ao que era entendido como “cidade de Natal”.

Não se trata de um desconhecimento absoluto entre a “cidade” e seu “outro lado”, pois pescadores em suas pequenas embarcações cruzavam o rio transportando mercadorias, ou passageiros, para as férias de verão na praia da Redinha. Além disso, a partir de 1916, ampliou-se o contato entre as duas margens do rio Potengi, por meio de uma ponte metálica, dando suporte a uma estrada de ferro que cruzava Igapó em direção a cidades do interior do estado¹⁸³, como Ceará Mirim e Touros, por onde se trens de carga transportavam açúcar, produtos agrícolas e sal para Natal, e querosene, sabão e

¹⁸² TRIBUNA DO NORTE. *A pavimentação da estrada da Redinha*. 19 jan., 1954, p. 3.

¹⁸³ SANTOS, R. M. B. ; ANDRADE, A. K. G. ; ARRAIS, R. P. A. ; MORAIS, H. N. B. . *A ponte sobre o Potengi: natureza e técnica na Belle Époque natalense*. In: Anais do III Encontro Estadual de História: História e Ética, 2008, Mossoró. III Encontro Estadual de História: História e Ética, 2008, p. 1-11. p. 4 e 5.

banha para o interior¹⁸⁴. Igapó era um local de passagem, sendo escassa nos jornais da cidade a circulação de notícias sobre essa povoação.

Na primeira metade da década de 1950, a região situada à margem esquerda do rio ainda era marcada por ocupação escassa. Em 1955, o cronista Rômulo Wanderley estimava que a população da Redinha era composta de “pouco mais de mil pessoas”¹⁸⁵, enquanto a população total da cidade de Natal estava em torno de 103 mil¹⁸⁶. Não havia loteamentos residenciais¹⁸⁷ ou conjuntos habitacionais na área. Nas páginas dos jornais da cidade, não ocorria divulgação de suas terras para venda. Não havia, tampouco, uma efetiva integração de suas áreas internas, por falta de estradas. Tratava-se, pois, de um lugar de baixa interação com o restante da cidade.

A região possuía fortes características rurais, “onde só havia algumas casas de farinha, pequenas plantações de feijão e milho e criação de gado para leite”¹⁸⁸. A rotina rural marcava a povoação. Periodicamente ocorriam vaquejadas em Igapó, atraindo pessoas de outras localidades para esses eventos¹⁸⁹.

Igapó e Redinha não são mencionados na lei municipal de 1947, N° 251/47, que definia as áreas urbana e suburbana do município¹⁹⁰. Igapó corresponde ao primeiro núcleo de moradores da margem esquerda do rio, um dos povoados mais antigos do município de Natal, “existindo referências a esta comunidade desde os tempos da Colônia”¹⁹¹, quando era chamada de Aldeia Velha, tendo sua população indígena sofrido conversão a uma missão jesuítica.

As referências sobre a povoação de Igapó são parcas no período estudado, sobretudo anteriormente à construção da penitenciária. Tratava-se de uma região rural do município de Macaíba¹⁹², incorporada ao município de Natal pela lei n° 981/53,

¹⁸⁴ SANTOS, R. M. B. ; ANDRADE, A. K. G. ; ARRAIS, R. P. A. ; MORAIS, H. N. B. . *A ponte sobre o Potengi: natureza e técnica na Belle Époque natalense*. In: Anais do III Encontro Estadual de História: História e Ética, 2008, Mossoró. III Encontro Estadual de História: História e Ética, 2008. p. 7.

¹⁸⁵ REDINHA, uma vila esquecida. *Tribuna do Norte*, Natal, 5 fev. 1955. p. 6.

¹⁸⁶ CLEMENTINO. Op. Cit., p. 215, 221.

¹⁸⁷ Segundo Alessandro Silva, o primeiro loteamento de Igapó, Parque Floresta, foi fundado em 1957. SILVA, Alessandro. Op. Cit., p. 106. Porém, sua ocupação por moradia fez parte de um processo posterior de loteamento, ou seja, novo parcelamento dos lotes.

¹⁸⁸ SILVA, 2003. Op. Cit., p. 106.

¹⁸⁹ CORRIDA em Igapó. *Tribuna do Norte*, Natal, 11 jan. 1955. p. 6.

¹⁹⁰ SILVA, 2003. Op. Cit., p. 100.

¹⁹¹ Ibid., p. 106.

¹⁹² Ibid., p. 106.

publicada no Diário Oficial do estado em 10 de dezembro de 1953¹⁹³, que ampliava os limites territoriais de Natal. Igapó não figurava nem mesmo nas colunas policiais dos jornais da cidade, possivelmente por não possuir delegacia. Existe uma espécie de silêncio nos jornais sobre a povoação que abrigaria a “penitenciária modelo”.

A Redinha, por sua vez, era uma povoação situada à beira-mar, frequentada sobretudo nos verões, quando pessoas residentes nos bairros situados ao lado direito do rio rumavam em botes, em busca da praia. Era um reduto frequentado por poetas e boêmios, dentre os quais se destaca Newton Navarro, que, além de veranejar na praia “do lado de lá”¹⁹⁴, cantava-a em seus versos.

Até 1953, praticamente inexistia a comercialização de imóveis nessas terras, devido à “dificuldade de comunicação viária e total inexistência de vias carroçáveis”¹⁹⁵ para deslocamento de veículos. Em 1952, a abertura da via ainda não pavimentada ligando Redinha à ponte de ferro, passando por Igapó, conhecida posteriormente como Estrada da Redinha, constitui um marco da expansão para essa região. Porém, nesse momento, as terras eram ainda comercializadas a baixos preços, o que favoreceu, décadas depois, à especulação imobiliária, já que os investidores as adquiriam para revender posteriormente em forma de lotes, possibilitando “um ganho muito maior ao que se obtinha com as terras rurais”¹⁹⁶. A expansão dá-se de maneira lenta e gradativa, por meio de loteamentos, sendo que o primeiro deles, em 1957, foi transformado em granjas e pequenos sítios¹⁹⁷; e conjuntos habitacionais, que começaram a surgir na segunda metade da década de 1970¹⁹⁸. As povoações seriam incluídas entre os bairros da área urbana da capital somente cerca de duas décadas depois, através da Lei municipal de 1974, nº 2.221/74, que ampliava o número de bairros urbanos da capital¹⁹⁹.

¹⁹³ SILVA, Aleksandro. Op. Cit., p. 102.

¹⁹⁴ NAVARRO, Newton. *Do outro lado do rio entre morros*. In: _____. *Obras completas*. Natal, Fundação José Augusto/ FIERN, 1998, p. 119.

¹⁹⁵ SILVA, Aleksandro. Op. Cit., p. 106.

¹⁹⁶ Ibid., p. 100.

¹⁹⁷ Ibid., p. 106.

¹⁹⁸ Segundo Aleksandro Silva, o primeiro loteamento (Parque Floresta), foi fundado em 1957; Por sua vez, os primeiros conjuntos habitacionais Igapó, Panorama I e Potengi, tiveram sua implantação em 1977. (SILVA, Aleksandro, p. 106, 112).

¹⁹⁹ Ibid., p. 102-106.



Fonte: Acervo CAERN. Abastecimento d'água de Natal – revisão – localização das zonas – 1952. Apud. FERREIRA, 2008, p. 216, 217.

Podemos ter uma noção do caráter externo de Igapó e Redinha em relação à cidade por meio de um mapa da cidade de Natal em 1952, produzido pelo departamento de águas do estado do Rio Grande do Norte. Os mapas são discursos, portanto, são carregados de significados. São objetos de investigação histórica e ponto de partida para a análise das relações espaciais. A relevância desse gênero de fonte, enquanto registro iconográfico que revela representações e interesses de seus produtores reside na possibilidade de se interpretar e mapear o passado e as relações espaciais, políticas e culturais nele estabelecidas, bem como, interpretar, em sua historicidade, a geografia mental que repercute em sua produção. O mapa, com suas ênfases e omissões, é um texto no qual são impressos valores e intenções no que se refere às relações de poder e a maneiras de se relacionar com o espaço²⁰⁰.

²⁰⁰ BLACK, Jeremy. Mapas e história: construindo imagens do passado. Trad.: Cleide Rapucci. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

O mapa da cidade de Natal em 1952 mostra todo o traçado urbano do lado direito do rio Potengi, no intuito de representar a rede de abastecimento de água da cidade. Podemos observar que o mapa omite as povoações de Igapó e Redinha, situadas à margem esquerda do rio, representando apenas um espaço vazio na parte inferior da imagem, correspondente à região onde se encontra a vegetação de manguezal, próxima a Igapó, e que se estende até a praia da Redinha, margeando o rio Potengi. Essa omissão se explica pelo fato de essas povoações serem desprovidas da rede de abastecimento de água naquele momento.

O que mais chama atenção, no entanto, é a maneira como o mapa foi organizado, apresentando-se ao observador por meio da inversão da posição clássica dos pontos cardeais, na qual o norte costuma ser representado na parte superior do mapa. Se seguisse a posição tradicional, o lado mais urbanizado da cidade, correspondente às direções leste e sul – formado por Petrópolis e Tirol, mas também Cidade Alta, Ribeira, Alecrim, Quintas, Lagoa Seca e Passo da Pátria – seria representado na parte inferior do mapa; enquanto o manguezal da fração norte apareceria na parte superior. Vemos assim, que a inversão da posição do mapa põe em destaque a área mais urbanizada, mantendo, o silêncio acerca do “outro lado” do Rio Potengi.

Os silêncios do mapa, mas também dos jornais da cidade sobre esse lugar, as ações no campo dos discursos que lhe conferem identidade e constroem alteridade em relação ao que se entendia como “cidade de Natal” são importantes indícios para pensarmos as representações do lugar definido para a nova Colônia Penal. Essas representações não podem ser pensadas como idiossincráticas apenas dos editoriais dos jornais aqui estudados, mas devem ser entendidas como compartilhadas coletivamente – já que os jornais são meios de difusão de ideias, agindo sobre o imaginário dos habitantes da cidade.

No ano de 1953, no jornal *A Ordem*, ocorrem apenas duas menções a Igapó, referindo-se à pretensão do governador do estado Sylvio Pedroza de construir uma nova penitenciária²⁰¹; e também ao projeto de lei do deputado Antônio Soares Filho para reincorporação de Igapó ao território de Natal²⁰². Somente três fatos relacionados à praia da Redinha chamaram a atenção dos redatores dos jornais: a festa de sua

²⁰¹ COMO falou à imprensa o gov. Silio Pedroza. *A Ordem*, Natal, 6 nov. 1953.

²⁰² PARA Igapó voltar a Natal. *A Ordem*, Natal, 19 nov. 1953.

padroeira, Nossa Senhora dos Navegantes, visitada por moradores do lado direito do rio, que o cruzavam em pequenas embarcações; uma cena de violência na praia, por “falta de polícia”²⁰³; e um incidente ocorrido a uma família humilde, que teve sua casa incendiada²⁰⁴. No mesmo ano, o jornal *Tribuna do Norte* não se refere a Igapó, exceto no momento de sua reincorporação a Natal, numa breve nota publicada no dia 10 de dezembro de 1953²⁰⁵.

É nos anos de 1954 e 1955, após a reincorporação de Igapó ao município de Natal, que as referências a essa região aumentam nas páginas dos jornais. Uma maior frequência nos jornais, em notícias, mas principalmente em crônicas, como as que analisaremos abaixo, é acompanhada de significados dados a essas povoações que lhes conferem identidade espacial e social dentro do conjunto do município de Natal. As expressões utilizadas em alusão ao conjunto formado por Redinha e Igapó e terras limítrofes em geral retratam a alteridade, o lugar do “outro”, atribuindo através delas *signos distintivos* a esses lugares, o que impõe um princípio legítimo de visão²⁰⁶ (da cidade) que segrega e exclui simbolicamente os lugares “outros” dentro do próprio perímetro do município.

*Na Praia da Redinha*²⁰⁷ é uma crônica publicada em novembro de 1954, escrita pelo jornalista Pedro Pereira de Araújo, que apresenta uma visão idealizada da praia que era balneário sazonal, como lugar de memória de veraneios da mocidade. O cronista confere um ar poético à localidade, transportando logo de início o seu leitor através da frase atribuída a Victor Hugo “... tendo por orquestra o planger das vagas”, que liga a praia a um plano idílico, pintado com as mais belas cores e formas. Seu olhar é seletivo, direcionado. A praia é lugar de descanso, de prazer para o forasteiro, tendo a paisagem marcada por elementos paradisíacos. A natureza é personificada e metaforizada. Os coqueiros, comparados a “leques”, sussurram. O rio mergulha no mar, espreguiça-se como “serpente”. O mar possui “cabelos brancos” e deseja “sepultar a terra”. A ventania “diz segredos” nos ouvidos das moças. “Tudo *ali* é bom” [grifo nosso] é a ideia que parte daquele que se desloca de seu lugar e vai à praia para usufruí-la. Como existe uma

²⁰³ A REDINHA sem policiamento. *Tribuna do Norte*, Natal, 10, dez., 1953, p. 8.

²⁰⁴ PEGOU fogo a casa e palha na Redinha. *A Ordem*, Natal, 16 dez. 1953.

²⁰⁵ ATOS do governo. *Tribuna do Norte*, Natal, 10 dez. 1953. p. 2.

²⁰⁶ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 160.

²⁰⁷ NA PRAIA da Redinha. *Tribuna do Norte*, Natal, 7 nov., 1954, p. 3.

população “simples”, que disponibiliza “frutas, peixe, convivência”, a praia é, para o veranista, lugar de folga, de deleite fácil.

Na primeira semana de janeiro de 1955, o cronista Rômulo Wanderley, que escrevia em uma coluna semanal no jornal *Tribuna do Norte*, intitulada *A nota da manhã*, inicia uma série de crônicas sobre passeios de verão na Redinha, em que menciona também a povoação de Igapó, por onde passava o acesso terrestre, recém aberto, para a praia, e que proporcionava uma nova experiência com a área situada à margem esquerda do rio. Wanderley dá um tom otimista e elogioso a esses lugares, e parece querer salientar apenas aquilo que lhe era agradável. A posição de escritor Rômulo Wanderley se coloca sempre a partir da “cidade” para o “outro lado do Potengi”, fazendo com que fique claro que trata da alteridade, do exótico.

O exótico se expressa tanto no conteúdo das falas do cronista, como nas expressões que ele utiliza. No texto *Um domingo na Redinha*²⁰⁸, quando se refere à vestimenta de banho das mulheres na praia, o autor busca mostrar que o afrouxamento moral faz parte do caráter da praia: “[...] resumidos maiôs, conduzidos por mulheres de diferentes idades e diferentes maneiras de olhar o mundo e as convenções sociais”. A praia é chamada de “feudo”, palavra que a associa a uma temporalidade deslocada do presente. A ideia de distância surge em expressões como “resolvi *alcança-la* de automovel” [grifo nosso], que enfatiza certa dificuldade no deslocamento do automóvel até a praia aonde se costumava ir por meio de pequenas embarcações. Wanderley menciona a distância, e também se refere aos sulcos da estrada aberta havia menos de três anos, que ameaçavam a integridade dos veículos que passavam por ela:

Contámos 18 quilômetros, nu’a marcha vagarosa, em que raramente atingíamos 40 klms. por hora. E’ que à nossa frente ia um jipe, guiado por um motorista veterano chamado Cancão, que temia quebrar os feixes de mola ou aprofundar os sulcos da estrada²⁰⁹.

²⁰⁸ UM DOMINGO na Redinha. *Tribuna do Norte*, Natal, 4 jan. 1955. p. 6.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 6.

Na semana seguinte, é publicada na coluna *A nota da manhã* a crônica intitulada *Corrida em Igapó*²¹⁰. continuação da narrativa sobre sua aventura que começa com a travessia de Igapó para se chegar por terra à Redinha, pela manhã, e termina com uma visita vespertina a uma vaquejada em Igapó. Para se referir ao trajeto, o cronista utiliza o recurso literário da hipérbole: “... para ir-se de Natal à Redinha, de automovel, dá-se quase uma volta ao mundo”.

Na mesma crônica, ao tratar de Igapó, o cronista dá ênfase a seus aspectos pitorescos e exóticos. A região sediava vaquejadas às quais, segundo o cronista, comparecia “gente dos mais distantes sertões”. O destaque era dado à simplicidade da região rural do município de Natal: a “singeleza das linhas arquitetônicas da igreja”, o “pequeno porte” dos animais, “com ‘Caixa’ para oito ou dez arrobas somente”; a “pequena extensão” da pista de corrida dos animais. O cronista ameniza esses detalhes elogiando o potencial atrativo dos eventos realizados na localidade.

Ainda no verão de 1955, Rômulo Wanderley publica outra crônica sobre a Redinha, desta vez sobre uma travessia realizada por via fluvial. Os *signos distintivos* de identidade e alteridade aparecem neste texto de forma contundente, a começar pelo título *Do outro lado do Potengi*,²¹¹ no qual o cronista se posiciona espacialmente, revelando de qual lado da cidade se sentia parte, embora não se encontrasse no local durante o momento de escrita da crônica. “Natal”, significando a margem direita do rio, é comparada a uma joia que brilha em sua riqueza, em contraste com o espaço de alteridade social onde o cronista se encontrava.

Na travessia do rio Potengi, duas coisas chamam a atenção do cronista: a luz e a escuridão. As luzes da cidade de Natal, às quais se refere Wanderley, pertencem ao bairro de Petrópolis e a seus arredores. Essas luzes têm seu foco, por exemplo, no Farol de Mãe Luíza, no Hospital Miguel Couto, e nos automóveis da avenida balaustrada Getúlio Vargas, parte da então nomeada Avenida Circular que margeava o bairro de Petrópolis, de onde se podia ver o mar.

²¹⁰ CORRIDA em Igapó. *Tribuna do Norte*, Natal, 11 jan. 1955. p. 6.

²¹¹ DO OUTRO lado do Potengi. *Tribuna do Norte*, Natal, 2 fev. 1955. p. 6.

Natal vista à noite, do outro lado do Potengi, parece uma jóia de milhões de diamantes, faiscando ao sol. O farol de Mãe Luíza projeta seu feixe de luz muito distante, como sentinela indormida dentro da noite imensa. O Hospital Miguel Couto se destaca no meio das luminárias e, de momento a momento, percebe-se a passagem de veículos pela Avenida Getúlio Vargas²¹².

A metáfora da “jóia de milhões de diamantes” faz uma oposição velada ao espaço que ficava para trás do cronista, durante a travessia do rio. Naquele momento, a luz elétrica era privilégio dos bairros situados à margem direita do rio. Esse recurso que marcou os esforços pela “modernização” da cidade de Natal desde as primeiras décadas do século XX²¹³ só chegaria à Redinha “em 1959, por meio de gerador a diesel, instalado pelo Governo Djalma Maranhão”, sendo que a energia elétrica deslocada por fios, gerada na Companhia de Paulo Afonso, chegaria à praia, e também a Igapó, em 1968²¹⁴.

De frente para as luzes e de costas para a escuridão da praia da Redinha, Wanderley descreve detalhadamente uma cena cotidiana ocorrida no bote que o transporta de volta para casa. Seus olhos e ouvidos se voltam para a tripulação, formada, ao que tudo indica, por ribeirinhos. As palavras do cronista, que dão destaque à pele morena do piloto, revelam a construção de identidades sociais que marcam os diferentes lugares da mesma cidade: “[...] passaram *eles* a conversar sobre peixeiras, como *nós* conversamos sobre livros, política, mulheres, etc.” [grifos nossos]. Indiretamente, Rômulo Wanderley atribui ao *outro*, como elementos de distinção, o analfabetismo ou a ausência do hábito de ler jornais, na medida em que exclui aqueles trabalhadores de seu público leitor, ao contrapor os pronomes “eles” e “nós”. O rio que dava passagem ao bote que levava o cronista de volta para casa, unindo as duas margens de Natal, era também fronteira, demarcava a alteridade social.

Na crônica “Redinha, uma vila esquecida”²¹⁵, Wanderley enfatiza a condição externa da praia em relação à cidade, bem como seu lugar na “cidade” enquanto escritor, embora em situação de frequentador da “vila”: “Estou escrevendo ‘do outro

²¹² DO OUTRO lado do Potengi. *Tribuna do Norte*, Natal, 2 fev. 1955. p. 6.

²¹³ ARRAIS, Raimundo et al. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFERN, 2008, p. 96.

²¹⁴ FREITAS, Viltany; ARRAIS, Raimundo. *Boemia na praia: memórias e crônicas de Newton Navarro*. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH, 2013.

²¹⁵ REDINHA, uma vila esquecida. *Tribuna do Norte*, Natal, 5 fev. 1955. p. 6.

lado do Potengi' com o pensamento voltado para *esta* capital, *por trás da qual* existe uma vila que poucos veranistas conhecem” [grifos nossos]. As expressões em destaque excluem a “vila” do território da cidade, enfatizando a alteridade. A “cidade”, portanto, era entendida pelo cronista como que estando posicionada de costas para a região ocupada pela praia da Redinha. As aspas na expressão “do outro lado do Potengi”, utilizadas para designar a praia, sugerem compartilhamento de uma expressão já utilizada, possivelmente, nas conversas cotidianas a respeito da região pouco conhecida, à esquerda do rio.

O cronista estabelece uma diferenciação entre duas áreas da “vila”, que sobreviviam “sem luz elétrica, sem um posto telefônico, sem um posto médico”: a praia, que lhe proporcionava clube de danças, peixe fresco no Mercado, e descanso em casa de veraneio; e a “outra” Redinha “constituída de casebres de barro e palha de coqueiro”, que abrigava “talvez mais de mil pessoas, algumas das quais vivem da tarefa perigosa e ingrata de pescar, umas, de servir aos veranistas, fornecendo-lhes água, carvão, caju, mangabas, peixe [como comerciantes intermediários]”. A exclusão simbólica dessa área em relação ao município de Natal, nesses discursos, vem acompanhada de estigmatização social.

Igapó também atraía visitantes periodicamente para jogos de futebol. A matéria “Derrotado o Igapó pelo Brasil F. C” indica a existência de um campo de futebol na povoação, destacando a derrota do clube que levava seu nome para outro com sede no bairro do Alecrim. Lê-se: “O referido encontro levou até *aquela cidade* numerosa assistência para assistir aquele embate de real valor entre os dois quadros *suburbanos*” [grifos nossos]²¹⁶. A ênfase no caráter suburbano dos clubes de futebol é clara, e promove diferenciação em relação aos clubes mais ligados a regiões privilegiadas, demarcando socialmente sua localização. Igapó chega a ser identificado como outra cidade, o que acentua sua distância simbólica, mais que geográfica, em relação ao lugar de fala dos sujeitos responsáveis pela redação do jornal consumido na cidade.

O poder simbólico das palavras e expressões analisadas consiste em classificar diferentes lugares, atribuindo a eles identidades distintas, dentro de uma totalidade territorial, compartilhadas e reproduzidas por toda a sua extensão. Ora lugares idílicos, ingênuos e bucólicos, ora a simplicidade que denota pobreza, precariedade, distância

²¹⁶ DERROTADO o Igapó pelo Brasil F. C. *Tribuna do Norte*, Natal, 28 jul. 1955. p. 5.

geográfica, o conjunto formado por Igapó, Redinha e demais terras não pertence à cidade, nesses discursos. Dessa maneira, embora o primeiro pavilhão da penitenciária que deveria substituir a Casa de Detenção tenha sido fundado internamente ao perímetro do município de Natal, como pretendiam os governadores Ferreira Chaves e Juvenal Lamartine, simbolicamente, a Colônia Penal encontrava-se em outra cidade.

Como podemos observar, certas palavras e imagens evocadas repetidamente nessas crônicas e notícias, e que remetem à alteridade, cumprem a função de símbolos de distinção social de determinados lugares da cidade. Como ressalta Pierre Bourdieu, “... as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e divisão legítimo”²¹⁷. Assim, o poder simbólico da nomeação, de classificar e estigmatizar lugares através de palavras, é capaz de construir realidade social, cuja representação é permeada por relações sociais.

Portanto, pensando no caso aqui estudado, se palavras são capazes de representar realidade social, denominações de lugares, e expressões linguísticas como pronomes e preposições que enfatizam a distância, criam inclusão e exclusão, demarcam o “outro”, classificando-o, assim como revelam relações de poder definidas pelo lugar social dessas palavras. A linguagem não só exprime distâncias no espaço social, mas as cria simbolicamente²¹⁸, homogeneizando lugares, demarcando alteridades.

A estigmatização social na linguagem de representação de lugares tem o poder simbólico de criar uma “outra cidade”, externa à cidade que se pretende ordenada. Assim, aqueles que detêm o poder de escrita e divulgação dessas crônicas e notícias, ao criarem uma outra cidade através da linguagem, criam também a sua própria, e, dessa maneira, salvaguardam simbolicamente seu privilégio sobre ela.

A partir da análise que fizemos até aqui, foi possível perceber que o planejamento de transferência dos presos de Petrópolis para a região rural de Igapó envolve mais que a simples vontade da administração pública, expressa sem muitos detalhes nos documentos oficiais, mas que as próprias ações dessa vontade podem estar permeadas pelas representações dos diferentes espaços envolvidos, compartilhadas por leitores de toda a cidade. As palavras que conferem identidade espacial não definem o

²¹⁷ BOURDIEU. Op. Cit., p. 162.

²¹⁸ Ibid., p. 162.

lugar da prisão na cidade, mas tornam possível compreender o imaginário que cerca esse lugar. Existe certa coerência entre as ações sobre o espaço que passa a ser negado à prisão e o espaço reservado para sua instalação e as formas como são enunciados ou silenciados.

Em 1955, ao se aproximar o fim de seu mandato de governador do estado, Pedroza inaugura apenas o primeiro pavilhão da penitenciária, que recebera os 40 presos da Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves” de Macaíba, mas não seria capaz de comportar os apenados da Casa de Detenção, e em poucos anos perderia sua função. Permaneceu, todavia, a perspectiva de afastamento definitivo do contingente de apenados da Casa de Detenção, conforme pretendiam os governadores das primeiras décadas do século XX, o que só viria a ocorrer na década seguinte.

Capítulo 3 - E a prisão segregada interage com a cidade: expectativas e práticas em torno da Colônia Penal “Doutor João Chaves”

As expectativas em relação à Colônia Penal Doutor João Chaves de Igapó

A construção do primeiro pavilhão da Colônia Penal “Doutor João Chaves” em 1955, em Igapó, assim como a penitenciária homônima anterior, instalada em Macaíba, não pôs em prática o projeto de desativação da Casa de Detenção. No último ano de seu mandato, Sylvio Pedroza não inaugura um prédio completo, mas apenas um pavilhão, que perde seu uso em poucos anos. No ano de 1960, o governador Dinarte de Medeiros Mariz (1956-1961) destaca a permanência de apenas três presos no pavilhão – marcado por “irregularidades” e “deficiências de instalações”²¹⁹ –, que trabalhavam para sustentar suas famílias, com as quais residiam na área de trabalho agrícola da penitenciária²²⁰.

Nos anos finais da década de 1960, enquanto permanecia em funcionamento a Casa de Detenção no bairro de Petrópolis, jornalistas natalenses e governo do estado reafirmavam, em uníssono, aquilo que se repetia desde seus primeiros anos de funcionamento: a distância entre as condições da penitenciária e o papel penitenciário de “reforma” do indivíduo desviado da lei, seja pela superlotação das celas ou pela falta de higiene, seja pela ausência da prática sistemática do trabalho, que mantinha os presos na ociosidade, acusada por criminalistas e pelo senso comum de estimular os mais torpes vícios.

No percurso de tentar ouvir as vozes dos sujeitos que experienciavam a cidade naquele momento, e que, de uma forma ou de outra, se relacionavam à prisão, surge-nos um caminho tortuoso, habitado por sujeitos que falam e por outros que são silenciados. Os sentimentos dos presidiários da Casa de Detenção, por exemplo, às vésperas da inauguração da Colônia Penal, configuram uma lacuna substancial que aqui

²¹⁹ Os referidos presos cumpriam medidas de segurança. RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada pelo Governador Dinarte de Medeiros Mariz à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em 1º de junho de 1960. Natal, 1960. p. 162.

²²⁰ *Ibid.*, p. 162.

encontraremos, devido à ausência de relatos escritos por eles. O único breve relato provém de uma reportagem, fruto de entrevista dada por presos da Casa de Detenção, meses antes de iniciar-se o funcionamento da penitenciária. Segundo o repórter anônimo, os presos revelavam ansiedade pela nova penitenciária. Após ouvi-los, o repórter se referia à Colônia Penal como “uma maneira de amenizar os muitos sofrimentos que todos estão enfrentando com as péssimas condições” da Casa de Detenção²²¹.

Michelle Perrot nos sugere os possíveis motivos, que cercam, de longa data, o universo de silêncio dos presidiários, que faz com que poucos relatos sejam preservados, e, talvez, produzidos pelos mesmos: o analfabetismo e a “vergonha social”²²². Essa vergonha, ou, talvez, o medo, pode ter sido o fator fundamental para o autossilenciamento de dois homens, atualmente vivos, indicados a mim durante a pesquisa, por pessoas ligadas à Colônia Penal “Doutor João Chaves”. Trata-se de um preso e um ex-carcereiro, que preferiram não compartilhar comigo a experiência que tiveram com aquela instituição. Ocupavam lugares distintos na hierarquia social da instituição, no entanto, as relações de poder em que estavam inseridos certamente tornavam o silêncio a opção mais viável.

Nesse sentido, os discursos a partir dos quais é possível vislumbrar a expectativa em relação à Colônia Penal não vêm dos presos, tampouco de sujeitos advindos das camadas populares que se relacionavam com os presos de alguma forma, visitando parentes na prisão. Esses discursos irradiavam dos escritórios de redação dos jornais *A Republica* e *Tribuna do Norte*, em direção aos leitores, que podiam também atuar como agentes de compartilhamento desses discursos, que eram marcados por toda uma carga político-partidária. O jornal *Tribuna do Norte* posicionava-se de modo favorável às chapas governamentais que encabeçaram a retomada da construção da Colônia Penal na década de 1960, a saber, o governador e proprietário do jornal, Aluizio Alves (1961-1966), que, na primeira metade da década de 1960, retoma a obra interrompida com o fim do governo Sylvio Pedroza²²³; e o governo Walfredo Gurgel (1966-1971), que finaliza e inaugura a obra.

²²¹ NADA certo para mudança dos detentos para a Colônia. 1 abr., 1970, p. 5.

²²² PERROT. Op. Cit., p. 238.

²²³ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* Anual lida perante a Assembleia Legislativa a 1º de junho de 1963 pelo Governador Aluizio Alves. Natal, 1963. p. 152.

Tomando os jornais como meios de difusão de ideias, podemos entender que as expectativas nele expressas passavam por um processo de compartilhamento por parte de seus leitores. Embora não tenhamos seus testemunhos escritos, é possível imaginar a expectativa dos cidadãos que habitavam as proximidades da Casa de Detenção quando liam as notícias sobre a nova penitenciária às vésperas de sua inauguração, que prometiam a segurança desejada por esses moradores, por meio de uma penitenciária supostamente capaz de impedir as fugas dos detentos e sua circulação pela cidade. Podemos imaginar também certo receio por parte de parentes de presos, residentes em bairros situados na região à direita do rio Potengi, temendo a distância e dificuldade de acesso que passariam a ter para visitar os presos em Igapó, por falta de uma linha de ônibus que os conduzisse à Colônia Penal, que começa a funcionar apenas 1974²²⁴. Podemos também conjecturar o possível temor que passavam a sentir os moradores dos distritos de Redinha e Igapó, que receberiam em suas proximidades a nova penitenciária.

Um dos homens mais envolvidos com o planejamento da Colônia Penal Doutor João Chaves foi Ulisses Cavalcante, chefe de polícia durante o governo Sylvio Pedroza²²⁵, e secretário de segurança durante os governos de Aluizio Alves e Monsenhor Walfredo Gurgel. Em 1963, momento de retomada da construção do prédio, durante o governo Aluizio Alves, Cavalcante informa: “Está sendo edificada dentro dos rigores arquitetônicos das suas congêneres, e a sua administração aplicará os métodos aprimorados da moderna ciência penitenciária”²²⁶. Ulisses Cavalcante estava se referindo ao regime adotado em diversas capitais brasileiras desde o século XIX, provindo de modelos punitivos caracterizados sobretudo pela divisão dos presos por categoria de crime, pela prática do trabalho, e pelo regime de progressão de pena.

A prisão existe para além da função de deter. Nesse aspecto, Foucault acentua que, através da prisão, mantém-se o ciclo de produção da delinquência, que conserva a estrutura de poder responsável pela manutenção da prisão. No entanto, outros usos se

²²⁴ O primeiro indício que temos da existência de linha de ônibus que cruzava Igapó em direção à Redinha, passando pela Colônia Penal data do ano de 1974. CAMINHÃO desgovernado apanha três em Igapó. *Tribuna do Norte*. Natal, 15 out., 1974, p. 8.

²²⁵ O QUE serão as instalações da Penitenciária “Dr. João Chaves”. *Tribuna do Norte*. Natal, 26 jan., 1955, p. 5.

²²⁶ CAVALCANTE, Ulisses. *Secretaria de Estado da Segurança Pública*. In: RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem Anual* lida perante a Assembleia Legislativa a 1º de junho de 1963 pelo Governador Aluizio Alves. Natal, 1963. p. 152.

fazem da prisão. A historiografia brasileira especializada na temática já revelou que a análise da prisão é uma forma também de se “detalhar os meandros da política”²²⁷. A prisão “... durante muito tempo serviu aos governos como exibição de sua modernidade, de sua adesão aos princípios liberais”²²⁸. No tocante às prisões do Rio Grande do Norte, é possível perceber, sobretudo nas notícias sobre inaugurações, que revelam tensões, disputas e os modos como os governos responsáveis buscam imprimir na prisão inaugurada a imagem de sua administração, o que pudemos observar no capítulo 1.

Na década de 1960, os ideais de progresso, integração nacional e ordem social, fortemente aclamados durante o Regime Militar, deixam suas marcas na cidade de Natal e em sua nova prisão. Grandes obras da construção civil, como a ponte Rio-Niterói, portos, rodovias, ferrovias promoviam integração, mas também ordenamento e controle do espaço nacional. No Rio Grande do Norte, as obras de construção civil estavam conectadas ao fenômeno nacional, através da intencionalidade das mesmas, como a ordem social, no caso da Colônia Penal “Dr. João Chaves”, e a integração do território, como a ponte rododiferroviária de concreto, que passaria a substituir a ponte metálica de Igapó a partir de 1970, permitindo a ampliação do território de interação entre as áreas da cidade separadas pelo rio. O nome dado à ponte, Presidente Costa e Silva, mostra a ligação com os ideais do Regime.

O discurso que envolve as expectativas pela inauguração da Colônia Penal se veste de humanitarismo, do elogio da capacidade de “regeneração” que aquela penitenciária “modelo” possuía, para reencaminhar os desviados da lei. Esse discurso laudatório é emitido tanto pelo governo do estado quanto pelas páginas do jornal *Tribuna do Norte*, cujas palavras sobre a inauguração da Colônia Penal parecem mesclar-se ao discurso governamental, ao qual o jornal se relacionava por meio do deputado federal Aluízio Alves, então aliado político do governador do estado, Walfredo Dantas Gurgel, ambos ligados à associação política ARENA (Aliança Renovadora Nacional), egressos do partido PSD. O redator anônimo acentua sobre a penitenciária: “agigantada no empreendimento, portentosa no esforço de seus realizadores e na destinação humana que objetiva”²²⁹.

²²⁷ PEDROSO. Op. Cit., p. 28.

²²⁸ MAIA [et. al.]. Op. Cit., p. 9.

²²⁹ UMA COLONIA Penal. *Tribuna do Norte*. 16 jan., 1968, p. 5.

Com frequência, as reportagens em que a expectativa pela Colônia Penal se manifesta, citam direta ou indiretamente o então senador pela ARENA Dinarte Mariz, egresso da UDN, que, segundo o jornal, teria abandonado as obras da Colônia Penal durante seu mandato de governador, realizado entre 1956 e 1961. O jornalista Woden Madruga escrevia:

De lá [1954, ano de construção do primeiro pavilhão da penitenciária] para cá, a penitenciária atravessou 4 govêrnos. Na administração Dinarte Mariz, não foi colocado um tijolo a mais sequer. A obra esteve totalmente paralizada. Mas foi no govêrno seguinte, o do Sr. Aluízio Alves, que a penitenciária modêlo sofreu o seu grande impulso, para agora, na administração do Monsenhor Walfredo Gurgel, ser finalmente inaugurada²³⁰.

Como vemos, as matérias de jornal, que demonstram a expectativa pela inauguração da “penitenciária modêlo”, “mais moderna do norte-nordeste do país”²³¹ (nas palavras do redator anônimo do jornal *Tribuna do Norte*), agiam também como objeto de propaganda político-partidária do deputado federal Aluízio Alves, do prefeito da capital, seu irmão Agnelo Alves, e do governador Walfredo Gurgel. Por meio dessas matérias, o governo do estado do Rio Grande do Norte apresentava-se no âmbito do estado, mas também para outros estados e o país.

Se essa querela político-partidária teria figurado nos discursos das autoridades oficiais proferidos durante a cerimônia de inauguração da Colônia Penal, não sabemos. Discursaram na cerimônia autoridades nacionais e locais, como o ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, o governador Monsenhor Walfredo Gurgel, e o deputado federal Aluízio Alves, e o então secretário de segurança do estado, Ulisses Cavalcante, sendo publicados somente pequenos trechos desses discursos.

A presença de uma autoridade de nível federal, o ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, mostrava que a Colônia Penal Doutor João Chaves estava inserida numa lógica que a vinculava a interesses que ultrapassavam o perímetro da

²³⁰ JORNAL de WM. *Tribuna do Norte*. 28 abr., 1968, p. 9.

²³¹ GAMA e Silva chegará hoje para a inauguração da nova penitenciária. *Tribuna do Norte*. 28 abr., 1968, p. 12.

cidade, algo que deveria torna-la grande e parte integrante da preocupação com relação à segurança pensada nacionalmente.

Não apenas se buscava diferenciar politicamente os governos Aluízio Alves e Walfredo Gurgel através da construção da Colônia Penal, mas também utilizar essa obra como vitrine de exposição da “modernidade” dos governos que a encabeçaram. Autoridades como as acima mencionadas foram convidadas para a cerimônia de inauguração que ocorreria no feriado de 21 de abril de 1968, dia de Tiradentes, sobre o qual as notícias enfatizavam o sentido cívico, embora a inauguração tenha ocorrido somente no dia 28 de abril do mesmo ano²³², tendo repercussão inclusive num jornal de grande circulação na cidade de Recife, o *Diário Pernambucano*²³³. Meses antes da inauguração, o secretário de Segurança Ulisses Cavalcante recebeu um grupo de jornalistas de Recife, levando-os ao canteiro de obras da Colônia Penal, para mostrar-lhes a realização do governo²³⁴.

A inauguração da Colônia Penal “Doutor João Chaves”, cuja administração era estadual, ocorre em meio à implementação de obras de infraestrutura do governo municipal nos diversos bairros da cidade. De acordo com Wesley Silva, na década de 1960 “cada vez mais a municipalidade efetivava ações no sentido de se fazer presente nos bairros suburbanos da cidade, principalmente a partir da administração do Prefeito Agnelo Alves, iniciada no ano de 1966”²³⁵. Essas ações se configuravam em iniciativas ligadas a componentes simbólicos, como a presença do prefeito em eventos festivos realizados *in loco*²³⁶.

Igapó, na época, distrito de Natal²³⁷, também foi uma área atingida por essas ações. Em 1968, o prefeito de Natal, Agnelo Alves, inaugurava a rede de energia elétrica provinda da usina de Paulo Afonso (estado da Bahia) para Igapó, a pretexto de inserir a povoação num programa governamental que visava a tornar Natal a capital mais iluminada do país²³⁸. Para a cerimônia, foi convidado, além do ministro da Justiça, o prefeito de Recife, Augusto Lucena, juntamente com sua esposa, o Vice-Prefeito do

²³² SEGURANÇA Pública. *Diário Oficial*. 28 abr., 1968, p. 15.

²³³ DE ADMINISTRAÇÃO Pública. *Diário Pernambucano*. 28 abr., 1968, p. 5.

²³⁴ JORNAL DE ____ WM. *Tribuna do Norte*. 19 jan., 1968, p. 5.

²³⁵ SILVA, Wesley. Op. Cit., p. 90.

²³⁶ Ibid., p. 90.

²³⁷ Pela Lei Estadual n.º 2.987, de 03 de dezembro de 1963, é criado o distrito de Igapó e anexado ao município de Natal.

²³⁸ LUCENA em Natal. *Tribuna do Norte*. 21 abr., 1968, p. 2.

Recife, Aristofanes Andrade, o Presidente da Câmara Municipal de Olinda e 12 vereadores do Recife²³⁹.

Naquele momento, toda a região localizada à esquerda do rio – hoje, uma das regiões administrativas de Natal, chamada Zona Norte – possuía população estimada de 7.000 habitantes. Buscando ressaltar a baixa densidade populacional e os amplos ermos da região, o padre Tiago Theisen, a quem a arquidiocese de Natal confiou a região como parte de sua paróquia, em 1968, afirmava, décadas depois: “Não existia Zona Norte. Só tinha 7.000 pessoas”²⁴⁰.

Ao ler as páginas do jornal *Tribuna do Norte*, os leitores anteviam uma “metrópole” completamente integrada por rede elétrica e vias pavimentadas, na qual, os subúrbios viveriam uma nova era, de união ao corpo da cidade:

Igapó era apenas um aglomerado de casas margeando a estrada. Agora se integra na metrópole. Outros vilarejos cedo se confundirão com a metrópole e tudo não será senão uma metrópole consolidada em seus grandes anseios de evolução, assinalando um passo gigantesco para sua afirmação cosmopolita²⁴¹.

As inaugurações da rede elétrica e da Colônia Penal são diretamente associadas nas notícias. A inauguração da rede elétrica de Igapó é marcada para o dia 21 de abril de 1968, a data para a qual primeiramente foi marcada a inauguração da Colônia Penal, dando a entender a relação que se estabelecia entre as duas obras:

O Gabinete do Prefeito já está elaborando o programa de inaugurações, que complementarás as festividades do Govêrno do Estado, na inauguração da Colônia Penal Dr. João Chaves, naquele mesmo dia. Os cabos de energia também foram estendidos até a Penitenciária²⁴².

²³⁹ IGAPÓ tem carnaval hoje para receber novas luzes. *Tribuna do Norte*. Natal, 21 abr., 1968, p. 12.

²⁴⁰ ARAÚJO, Josélia Carvalho de. *Outra leitura do “Outro lado”*: o espaço da Zona Norte em questão. Natal, 2004, p. 39. UFRN, Dissert. p. 39.

²⁴¹ A INTEGRAÇÃO da Cidade. *Tribuna do Norte*. Natal, 26 mar., 1968, p. 6.

²⁴² PREFEITO inaugura domingo a nova iluminação de Igapó. *Tribuna do Norte*. Natal, 17 abr., 1968, p. 8.

Ademais, nos meses anteriores à inauguração, enquanto a obra de construção da Colônia Penal estava em estágio avançado, é demonstrado no jornal o forte interesse de iluminar Igapó:

A propósito de iluminação, revelou o sr. Jenockins que até o dia 24 deste será feita a ligação até a Penitenciária Modelo João Chaves, que o governo do Estado constrói a margem da estrada Igapó-Redinha. Para supervisionar a parte final desses serviços está em Natal, o eng. Cid Nei Ramos, chefe do Serviço de distribuição da CAEEB²⁴³.

(...) a Companhia Fôrça e Luz informou que a rêde de transmissão de Energia para a Colônia Penal João Chaves, de lá partindo a rêde de distribuição de energia que vai servir praia da Redinha²⁴⁴.

O interesse dos governos estadual e municipal na fluidez dos transportes em Igapó coincide com a fase de inauguração da Colônia Penal. Assim, segundo o jornal *Tribuna do Norte* o governo do estado planejava a pavimentação de estradas da cidade, entre elas, a Estrada da Redinha²⁴⁵, onde era situada a obra de construção da Colônia Penal. Ao mesmo tempo, começava naquele momento a figurar nos jornais o interesse pela construção da ponte rodoferroviária que substituiria a ponte metálica que cruzava o rio Potengi²⁴⁶.

A Colônia Penal parece ter sido o elemento que levou a Igapó uma necessidade de luz elétrica reconhecível ao poder estatal, muito mais do que a antiga presença de população, que coexistia na cidade às escuras enquanto brilhavam as luzes do lado direito do rio. Assim, ocorre uma aproximação entre o Estado e a população de Igapó, na qual se passa a assegurar uma necessidade considerada básica na época, mas, isso, através da implantação da primeira instituição pública de grande porte fundada nesse local da cidade, a Colônia Penal “Doutor João Chaves”. Assim, a construção de uma instituição criada com a intenção de disciplinar foi o meio escolhido pelo Estado para expandir sua presença à última região a fazer parte do território da capital.

²⁴³ JORNAL de ____ WM. *Tribuna d Norte*. Natal, 1 mar., 1968, p. 5.

²⁴⁴ APÓS inaugurar a Felizardo Moura prefeitura vai iluminar Redinha. *Tribuna do Norte*. 24 mar., 1968, p. 12.

²⁴⁵ ESTRADAS. *Tribuna do Norte*. Natal, 18 fev., 1968, p.5.

²⁴⁶ RÊDE também deseja ponte rodo-ferroviária em Igapó. *Tribuna do norte*. 1 mar., 1968, p. 8.

Embora haja essa relação entre a implantação do fornecimento de luz elétrica em Igapó e a inauguração da Colônia Penal, no discurso que emerge das linhas do jornal *Tribuna do Norte*, os moradores do distrito são indicados como alvo da ação governamental promovida pelo prefeito Agnelo Alves. Uma cerimônia de inauguração, com presença de várias autoridades políticas pernambucanas, com apresentação de escolas de samba, “num verdadeiro carnaval”, lembraria, segundo o jornal da antevéspera, “o não esquecimento da *gentinha* de Igapó²⁴⁷ (grifo nosso), que receberia 12 lâmpadas de mercúrio na área central da “vila”, e outras “64 incandescentes nas ruas secundárias”²⁴⁸.

Com a designação *gentinha*, comumente utilizada em notícias do jornal *Tribuna do Norte* daquela década para designar populações pobres da cidade²⁴⁹, os moradores de Igapó eram integrados simbolicamente ao conjunto dos bairros pobres da cidade, como Rocas, Carrasco, Quintas. Todavia, no dia da solenidade, o jornal designa o mesmo morador de “natalense de Igapó”²⁵⁰, numa estratégia de inclusão do morador de Igapó à cidade, da qual a povoação era simbolicamente excluída. Tal estratégia de inclusão era útil do ponto de vista do uso político daquela inauguração. Apaga-se, com esse discurso, a relação entre a iluminação de Igapó e a inauguração da Colônia Penal, instituição cuja presença passaria a reforçar a identidade do local, que, marcada por pobreza e exclusão, circulava nos jornais.

Trabalho e disciplina nas expectativas pela Colônia Penal Doutor João Chaves de Igapó

Agora, felizmente, veremos desaparecer a velha Casa de Detenção, que através dos anos se tem configurado como um insulto aos direitos humanos, dada a sua precariedade de instalações, às suas condições

²⁴⁷ IGAPÓ ganha novas luzes mostrando samba natalense a prefeito Lucena. *Tribuna do Norte*. Natal, 19 abr., 1968, p. 8.

²⁴⁸ IGAPÓ tem carnaval hoje para receber novas luzes. *Tribuna do Norte*. Natal, 21 abr., 1968, p. 12.

²⁴⁹ “Na grande vigília da despedida a *gentinha* vai agradecer a Aluizio o seu gov. de esperança. [...]. A *Gentinha* das Quintas, das Rocas, do Alecrim, do Carrasco, da Conceição, de toda a cidade sairá com o Governador Aluizio Alves logo pela manhã permanecendo nas ruas até o dia 31, quando será inaugurada a Cidade da Esperança e, logo após, será empossado o Governador eleito Monsenhor Walfredo Gurgel”. *Tribuna do Norte*. Natal, 26 jan. 1966, p. 8.

²⁵⁰ IGAPÓ tem carnaval hoje para receber as novas luzes. *Tribuna do Norte*. Natal, 21 abr., 1968, p. 12.

higiênicas e as condições deprimentes, dificilmente capazes de inculcar na mente do presidiário a necessidade do reencontro de si mesmo²⁵¹.

O relato acima, extraído do jornal *Tribuna do Norte*, às vésperas da cerimônia de inauguração da Colônia Penal, em 1968, assim como os textos do Estado, que fazem referência à obra inaugurada, demonstram um acentuado sentimento de ruptura em relação à prática anterior do sistema penal. Um dos condicionantes, como foi dito anteriormente, era a forte necessidade do governo estadual (também por meio de seus aliados, como o jornal *Tribuna do Norte*) de ostentar a “modernidade” de sua administração. A prisão era um elemento dessa exposição. Importava, pois, sua enunciação: que fosse noticiada dentro e fora do estado. Importava que fosse inaugurada na presença de muitas autoridades, embora ainda não estivesse devidamente adequada para receber seus sentenciados, os quais adentrariam seus portões mais de dois anos após a inauguração do prédio²⁵².

Velhos discursos, comumente evocados nas inaugurações de prisões, eram reativados naquele momento. As palavras “regeneração”, “recuperação” e “reabilitação” repetem-se exaustivamente nas notícias da inauguração, associadas às novas dependências físicas e à disciplina que os hábitos de trabalho deveriam suscitar no interior dos apenados:

A partir de agora, felizmente, a Secretaria de Segurança Pública disporá de uma instituição à altura das reais necessidades do Estado: uma penitenciária modelo, capaz de estimular a quantos por ali venham a passar o desejo de reabilitação.²⁵³

A chamada “penitenciária modelo” deveria ser um modelo ideal de penitenciária, uma “antítese”²⁵⁴ da Casa de Detenção, desde a arquitetura, que comportaria os elementos previstos pela ciência penitenciária da época, como higiene, saúde, trabalho e lazer, até a ética de uma supostamente nova corporação de guarda,

²⁵¹ COLONIA Penal. *Tribuna do Norte*. Natal, 28, abr., 1968, p. 9.

²⁵² POLÍCIA – Trânsito – Justiça. Colônia Penal funciona bem. *Tribuna do Norte*. Natal, 4 set. 1970, p. 4.

²⁵³ COLONIA Penal. *Tribuna do Norte*. Natal, 28 abr., 1968, p. 9.

²⁵⁴ NOVA penitenciária ameaçada de não ser inaugurada. *Tribuna do Norte*. Natal, 5 jan., 1968, p. 4.

oposta à sua congênera que atuava na Casa de Detenção, acusada de facilitar fugas e fornecer bebida e maconha para os detentos²⁵⁵. Sua extensão, de cerca de 7.000 m²²⁵⁶, comportava, além do bloco principal de celas, “corpo de guarda, enfermaria, gabinete médico e dentário”²⁵⁷, sendo que os pavilhões de oficinas de trabalho e de bem estar social ainda não haviam sido edificadas quando a instituição foi inaugurada.

A extensão da Colônia Penal e sua capacidade para abrigar 400 sentenciados (quatro vezes a lotação ideal da Casa de Detenção de Petrópolis²⁵⁸) não somente refletem demandas por vagas naquele momento, mas também a crença de seus planejadores na ciência penitenciária e, portanto, na eficácia daquele estabelecimento penitenciário em sua pretensão de “regenerar” os que ali se estabelecessem, mesmo tendo aquele modelo penitenciário passado por sucessivos fracassos durante os séculos XIX e XX, fora e dentro do Brasil.

A prisão, para Michelle Perrot, mesmo quando existe a prática do trabalho, embora “feita para punir, mas também para reintegrar os delinquentes à sociedade [...], acaba por excluí-los”²⁵⁹. Perrot refere-se à alta taxa de reincidência observada na França, no final do século XIX, sinal, para a autora, de fracasso dos objetivos das instituições penitenciárias. O fracasso da prisão, como disjunção entre as aspirações dos reformistas e a realidade sórdida vivida nas prisões, já era percebido no Brasil das primeiras décadas do século XX²⁶⁰. Apesar dos sucessivos fracassos da prisão no Rio Grande do Norte, observados pela imprensa, mas também por autoridades do governo, mais uma vez, uma penitenciária era enunciada como símbolo de um novo momento histórico para a prisão na cidade. Às vésperas de sua inauguração, a Colônia Penal figurava como um “sonho”²⁶¹ realizado, um “reclamo de longa data”²⁶², desejado

²⁵⁵ NOVA penitenciária ameaçada de não ser inaugurada. *Tribuna do Norte*. Natal, 5 jan., 1968, p. 4.

²⁵⁶ Ofício 64/68, de 10 de abril de 1968. Relatório de atividades do superintendente de obras do estado Roberto de Araujo Lima ao secretário executivo da Assessoria de Planejamento, Coordenação e Contrôlo do Rio Grande do Norte.

²⁵⁷ RIO GRANDE DO NORTE. SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO ESTADO. Of. 67/68. Natal, 20 de janeiro de 1968. Relatório resumido.

²⁵⁸ Que não era cumprida, pois na época, contavam-se cerca de 160 detentos (5 jan., 1968, p. 4), chegando a 12 a lotação de estreitas celas.

²⁵⁹ PERROT. Op. Cit., p. 236.

²⁶⁰ BRETAS, Marcos. *O que os olhos não veem: Histórias das prisões do Rio de Janeiro*. In: MAIA [et al]. Op. Cit., p. 188.

²⁶¹ GAMA e Silva chegará hoje para a inauguração da nova penitenciária. *Tribuna do Norte*. 28 abr., 1968, p. 12.

²⁶² UMA COLONIA Penal. *Tribuna do Norte*. Natal 16 jan., 1968, p.5.

por governos estaduais anteriores, e que somente o “Padre Governador”²⁶³ teria sido capaz de inaugurar.

Nas páginas dos jornais, assim como nos discursos de autoridades na cerimônia de sua inauguração, dentre os quais Dom Nivaldo Monte, então arcebispo metropolitano do estado, a Colônia Penal figurava entre palavras dotadas de valores religiosos, como “salvação”, “redenção”²⁶⁴. Em frases como “... os condenados [...] guardam no recôndito da alma um sentido de dignidade que vale a pena tomar entre as mãos e salvar”²⁶⁵, ou afirmações como “eles também são homens, também têm um mínimo de direitos a resguardar”²⁶⁶, os futuros habitantes da Colônia Penal são envolvidos numa atmosfera de humanidade oposta à imagem dos detentos que o próprio periódico veiculava – de malandros, viciados – por meio de títulos burlescos e jocosos de reportagens, como “Mudaram detento maconheiro de prisão e êle escapuliu”²⁶⁷, ou “Agricultor quis ser Django e foi preso sem dar fuga aos detentos”²⁶⁸.

Tal demonstração de piedade cristã mesclada à propaganda de eficiência administrativa oculta, em contrapartida, relações de poder nas quais está inscrito o desejo de controle do “outro” e afastamento do estabelecimento penal em relação ao centro de poder no espaço urbano, essa tendência que norteia, desde o início do século XX, o planejamento da prisão na cidade de Natal.

Os ditos “sonhos” de “redenção” se traduziam, já em 1911, no distanciamento da prisão da Cidade Alta para o Monte Petrópolis, onde se reuniam as instituições de controle, quando as elites políticas afastam a velha cadeia do então centro de poder do espaço urbano; e na tentativa de afastamento da Casa de Detenção por meio da construção da Colônia Penal Agrícola “Dr. João Chaves”, de Jundiáí, em 1940. Não eram considerados, porém, os desejos e temores das comunidades que receberiam esses estabelecimentos em suas proximidades. Os presos deveriam ser disciplinados, mas à distância do centro de poder do espaço urbano.

²⁶³ NOVA penitenciária. *Tribuna do Norte*. *Tribuna do Norte*. 30 abr., 1968, p. 2.

²⁶⁴ NADA certo para mudança dos detentos para Colônia. *Tribuna do Norte*. 1 abr., 1970, p. 5.

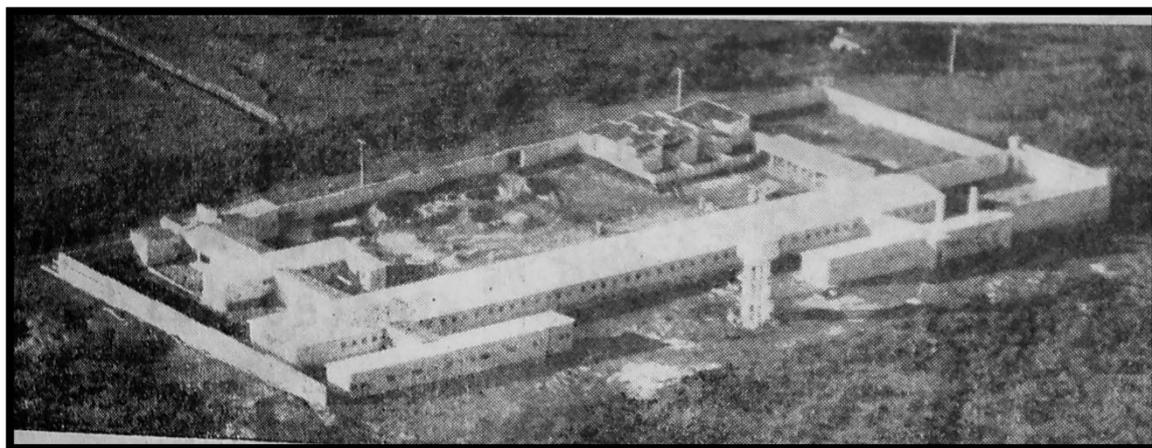
²⁶⁵ GAMA inaugura Colônia lembrando João Chaves. *Tribuna do Norte*. 30 abr., 1968, p. 8.

²⁶⁶ GAMA inaugura Colônia lembrando João Chaves. *Tribuna do Norte*. 30, abr., 1968, p. 8.

²⁶⁷ MUDARAM detento maconheiro de prisão e êle escapuliu. *Tribuna do Norte*. 28 mar., 1968, p. 5.

²⁶⁸ AGRICULTOR quis ser Django e foi preso sem dar fuga aos detentos. *Tribuna do Norte*. 22 dez., 1968, p. 4.

A estrutura física da penitenciária do “outro lado” do rio foi apresentada no jornal *Tribuna do Norte*, por meio da fotografia abaixo, sem identificação de seu autor. Nela, percebemos a intenção de demonstrar a grandiosidade da obra, através de uma perspectiva de vista aérea, feita certamente durante o voo baixo de uma aeronave, que mostra uma edificação como que isolada pela vegetação nativa do local.



Detalhe de fotografia. In GAMA e Silva chegará hoje para inauguração da nova penitenciária. *Tribuna do Norte*. 28 abr., 1968, p. 12.

Na fotografia acima, podemos perceber as diferenças entre a forma física e distribuição dos espaços da Colônia Penal e das prisões que a precederam. A Colônia Penal não seria um “casarão” ao modo da Cadeia Pública, onde os presos se acumulavam em salões. Tampouco, as celas estariam distribuídas em torno de um pátio central, como na Casa de Detenção. Aquela Colônia Penal também não repetiria a forma física da primeira Colônia Penal “Doutor João Chaves”, de Jundiaí, onde os presos viviam em casas.

A fotografia nos mostra janelas distribuídas ao longo de um grande pavilhão, certamente composto de celas distribuídas por toda a extensão de um longo corredor. Essa galeria mais longa, disposta na construção paralelamente à parte frontal, é descrita, anos depois, em um livro composto por contos e depoimentos, pelo ex-presos político François Silvestre, que esteve ali preso em 1974: “A galeria dos chamados presos comuns é um corredor comprido e estreito, com celas de um lado e do outro olhando-se

entre si. O corredor é muito estreito, mas é suficiente para dar passagem diária aos restos de homens ali almoçarifados”²⁶⁹.

Como vemos, não se trata de um estabelecimento penal *panóptico*, ou seja, que possibilitasse a vigilância a partir de um único ponto, uma torre central. Ali, o olhar, não seria totalizante, nem a disciplina impessoal, mas imposta de perto, por guardas, pelo som dos coturnos, que faria os apenados preverem a presença dos guardas²⁷⁰.

Elementos que parecem corredores de ligação integram o pavilhão a outros cômodos, que não podemos definir se eram outros pavilhões de celas, ou de alojamentos para a corporação de guarda, ou ainda se seriam dedicados às atividades previstas, de educação, trabalho e atendimento médico. Há um amplo espaço vazio, ao centro, entre pavilhões e muro, o que, mais tarde, seria ocupado pela quadra de esportes da Colônia Penal. Uma imensa caixa d’água suspensa distribuiria água para os ambientes.

Durante a construção do primeiro pavilhão da Colônia Penal “Doutor João Chaves”, na década de 1950, o jornal *Tribuna do Norte* afirmava que a prisão da Ilha Grande havia sido a inspiração para a nova Colônia Penal de Natal²⁷¹. Não possuímos indícios para afirmar que o prédio inaugurado em 1968 consistia na realização do primeiro projeto, iniciado em 1954. Apenas, a partir de um fragmento de notícia publicada pela *Tribuna do Norte*, em 1971, é possível supor que a estrutura do segundo prédio não continuou a do primeiro, isso porque se afirma que esposas de presos viviam no “antigo presídio” próximo à Colônia Penal²⁷², o que faz pensar no primeiro e único pavilhão inaugurado em 1955 durante o governo Sylvio Perdroza. Entretanto, de fato o prédio da Colônia Penal, inaugurado em 1968, assemelhava-se em grande medida às penitenciárias construídas em vários estados brasileiros durante a década de 1930, como a Colônia Penal Agrícola da Ilha Grande, Rio de Janeiro, cujo projeto também previa um longo pavilhão com celas dispostas frente a frente, além de prédios como refeitório, casas para diretores, alojamentos para guardas²⁷³. Percebemos que aquele padrão de estrutura física da prisão conservou-se ao longo de décadas.

²⁶⁹ SILVESTRE, François. *Rio de sangue*. Natal: Ed. Universitária, 1981, p. 17.

²⁷⁰ SILVESTRE, François. *Luz da noite ao Vento Norte*. São Paulo: Editora Critério Ltda., 1979, p. 55.

²⁷¹ O QUE serão as instalações da Penitenciária “Dr. João Chaves”. *Tribuna do Norte*. Natal, 26 jan., 1955, p. 5.

²⁷² DOMÉSTICA passa por aflições porque seu marido não pode sair da Colônia. *Tribuna do Norte*. Natal, 19 mar., 1971, p. 7.

²⁷³ SEPÚLVEDA. Op. Cit., p. 232.

O regime de isolamento celular não seria praticado na Colônia Penal “Doutor João Chaves”. Dados de 1973 revelam que havia 260 detentos distribuídos nas celas cuja quantidade podemos supor por meio das aberturas das janelas dispostas no pavilhão central²⁷⁴. A se julgar pela quantidade de celas, e por notícias que mencionavam o compartilhamento das mesmas, seria impossível a prática do isolamento noturno, que havia sido praticada em algumas penitenciárias brasileiras²⁷⁵ – também previsto no Código Penal de 1940, inspirada no regime inaugurado no século XIX em Auburn, New York²⁷⁶, no seio do qual juristas brasileiros como Antonino José Miranda Falcão iriam instruir-se a serviço do governo brasileiro, em meados do século XIX.

A expectativa pela disciplina através do trabalho, “independência” dos detentos “para sustentar-se”, moldava o espaço prisional. A estrutura física da penitenciária lembra a ideia da *cidade penitenciária* prevista na década de 1930 pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que deveria contar com “assistência médica, dentista, esporte, educação, trabalho e lazer”. Os próprios elementos do prédio da Colônia Penal “Doutor João Chaves”, descritos nas notícias e nos documentos que circulavam entre secretarias do Estado – como oficinas de trabalho, campo para trabalho agrícola, quadra de esportes, sala de aula, quarto para visitas íntimas –, demonstram que sua intenção vai além de deter, incluindo o ideal de *transformação técnica* dos que viessem a habitar suas dependências, no sentido da prática do trabalho, mas não somente:

Existe, também, na penitenciária, apartamentos com objetivos de atender às necessidades sexuais dos detentos, que poderão receber visitas das esposas, evitando o homossexualismo, comum nos presídios coletivos.²⁷⁷

²⁷⁴ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA.

Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, Dr. Lauro Gonçalves Bezerra, do Departamento de Medicina Preventiva e Social (UFRN). Of. 121/73. Natal, 15 out., 1973.

²⁷⁵ A Penitenciária do Estado de São Paulo, mais tarde denominada Presídio do Carandiru, inspirada no modelo norte-americano de Auburn (Nova York), que propunha “isolamento celular à noite e o trabalho coletivo e silencioso durante o dia”²⁷⁵, ostentava em seu frontispício: “Instituto de Regeneração – aqui, a bondade, a disciplina e o trabalho resgatam a falta cometida e reconduzem o homem à comunhão social”. Cf. SANTOS, Myrian Sepúlveda. *Os porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 160.

²⁷⁶ O sistema de Auburn previa isolamento noturno e trabalho coletivo durante o dia; no de Philadelphia, o preso sofria isolamento permanente. Foucault, 1999, p. 200. Foucault, 1999, p. 200.

²⁷⁷ A PENITENCIÁRIA. *Tribuna do Norte*. 28, abr., 1968, p. 12.

De acordo com Michel Foucault, a disciplina é uma tecnologia de poder que se relaciona com o espaço na medida em que o fragmenta. O espaço fragmentado e complexo da prisão do século XX era um espaço de controle, organizado de modo a suscitar a disciplina, a sugerir comportamentos previstos. Nessa disciplina inscrita no espaço prisional, portanto, os corpos deveriam se tornar dóceis, moralizados, formatados não apenas no sentido da prática do trabalho, mas também da sexualidade heteronormativa. Os cercamentos, quadriculamentos, localizações funcionais de coisas ou pessoas no espaço são demonstrativos da arte das distribuições que a disciplina exerce com o objetivo de vigiar para controlar. Mais que extrair e acumular o tempo dos corpos, a disciplina busca otimizá-lo em seu favor, fabricando indivíduos dóceis e úteis²⁷⁸.

Existe vida após a ponte: As interações a partir da Colônia Penal “Doutor João Chaves”

Nosso olhar volta-se agora para o impacto da Colônia Penal “Doutor João Chaves” sobre as interações entre as duas partes da cidade separadas pelo rio, com o objetivo de analisar em que medida a dinâmica da vida nessa penitenciária intensificou a relação entre Igapó e a região localizada à direita do rio Potengi, alterando a experiência da cidade com seu “outro lado”. Interessa-nos perceber os fluxos de pessoas e objetos que se davam na cidade em função da presença da Colônia Penal em Igapó.

A despeito de sua inauguração em 1968, a Colônia Penal só recebe seus presos dois anos depois, a partir da segunda metade do ano de 1970²⁷⁹, quando é terminada a construção da ponte de concreto²⁸⁰, obra que facilitou o transporte dos 157 presos que habitavam a Casa de Detenção naquele momento. No momento em que os presos chegaram à Colônia Penal, não havia ainda loteamentos residenciais e conjuntos habitacionais próximos aos distritos de Igapó e Redinha, que, na época, permaneciam separados por uma “um espaço eminentemente rural”²⁸¹ de cerca de seis quilômetros de

²⁷⁸ FOUCAULT (1987). Op. Cit., p. 143

²⁷⁹ COLÔNIA Penal funciona bem. *Tribuna do Norte*. Natal, 4 set., 1970, p. 4.

²⁸⁰ PONTE terminou no prazo certo. *Tribuna do Norte*. 4 ago., 1970, p. 8.

²⁸¹ ARAÚJO. Op. Cit., p. 39.

extensão, no centro do qual fora construída a Colônia Penal; ao passo que a área da cidade à direita do rio Potengi cidade experimentava o adensamento populacional e ações urbanizantes por parte da municipalidade, inclusive em seus subúrbios²⁸², como a criação de conjuntos habitacionais.

No início da década de 1970, embora persistisse na região da cidade onde foi instalada a Colônia Penal a paisagem rural de “sítios, chácaras, salinas”²⁸³, com raras moradias, os núcleos populacionais de Igapó e Redinha estavam recebendo certos investimentos em infraestrutura que contribuía para uma integração mais efetiva em relação ao restante da cidade. Dentre esses investimentos, destacam-se a instalação de rede elétrica, que ligava Igapó a Redinha através da Estrada da Redinha, e a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, inaugurada em 26 de setembro de 1970. As mudanças na infraestrutura, porém, chegavam gradualmente. A Estrada da Redinha permanecia sem pavimentação. Por isso, era difícil a locomoção de veículos, sobretudo em dias chuvosos²⁸⁴. Tanto é que o preso político François Silvestre, narrando sua chegada à Colônia Penal, durante uma madrugada do ano de 1974, conduzido na escuridão da parte traseira de uma viatura policial, percebe sua chegada a Igapó quando sente os solavancos provocados pelas ondulações da estrada de barro²⁸⁵.

Embora formalmente Igapó fizesse parte do município de Natal desde 1953, a ponte que ligava ambas as margens do rio permanecia sendo uma fronteira, símbolo, sobretudo, de alteridade, fronteira social, o que fica bastante claro em reportagens de jornais da época, que prosseguiram reproduzindo os estereótipos que remetiam ao “outro lado”. Se a fronteira representada por uma ponte carrega em si a ambiguidade de ser limite e passagem, como afirma Michel de Certeau, podemos pensar a ponte Presidente Costa e Silva como fronteira aberta numa cidade em expansão. A ponte tornava mais rápida a passagem e comunicação entre as duas áreas da cidade separadas pelo rio, entretanto demarcava um limite simbólico de pertencimento e de não pertencimento à cidade.

²⁸² SILVA, Wesley. Op. cit., p. 90.

²⁸³ ARAÚJO, Josélia Carvalho de. *Outra leitura do “Outro lado”*: o espaço da Zona Norte em questão. Natal, 2004, p. 39. UFRN, Dissert.

²⁸⁴ MAU tempo impediu que advogados visitassem Edmar na Colonia Penal. *Tribuna do Norte*. Natal, 10 nov., 1971, p. 10.

²⁸⁵ SILVESTRE, François. *Rio de sangue*. Natal: Editora Universitária, 1981, p. 15-17.

Segundo Josélia Araújo, o marco da urbanização na futura Zona Norte costuma ser localizado no final da década de 1970, com a implantação da política industrial e da política habitacional promovida pelo SFH [Sistema Financeiro de Habitação]. Para a geógrafa, a implantação da Ponte Presidente Costa e Silva, em 1970, marca o “início efetivo da formação do espaço da Zona Norte”²⁸⁶, que vai se consolidar no fim da década, quando o surgimento de conjuntos habitacionais e indústrias que atraem contingentes populacionais provindos do interior do estado em busca de emprego²⁸⁷.

Em contrapartida, sabemos que durante todo o período situado entre a inauguração da ponte e dos conjuntos habitacionais, sendo os primeiros inaugurados em 1977 – Igapó, Potengi e Panorama –, funcionava a Colônia Penal em Igapó, com toda a dinâmica que caracteriza esse tipo de instituição. Com a presença da instituição, nos anos anteriores à implantação das políticas habitacional e industrial, ocorria uma alteração na dinâmica dos fluxos de pessoas e veículos entre Igapó e a região à direita do rio Potengi, por meio da ponte. A nova *vida* que animava a *materialidade* do distrito de Igapó tinha seu centro na penitenciária, já que a movimentação de sujeitos ligados a ela extrapolava seus muros, em função dos deslocamentos da equipe dirigente, que se faziam necessários para a promoção do trabalho prisional e do ensino, mas também o deslocamento de presos. Começamos pela equipe dirigente, buscando compreender de que maneira as ações que resultavam de suas expectativas por aquilo que se chamava de “regeneração” dos apenados alteravam as relações a entre Igapó e a região situada à direita do rio Potengi.

A Colônia Penal caracterizou-se, durante a década de 1970, por ser uma instituição não apenas de reclusão, mas um centro penitenciário no qual atuava uma equipe especializada, autorizada a instituir a ordem por meio de um atendimento dito “humano” aos apenados. A equipe dirigente, formada por diretor, guardas e especialistas era responsável pela execução de uma série de medidas legalmente previstas para a ressocialização dos presos. A assistência social, como também médica, educacional e laboral eram alguns dos serviços prestados aos presos. Tais ações eram efetivadas por meio do apoio de instituições de nível federal vinculadas à promoção do trabalho, assim, o Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado – DEPE (que a partir de agora, designaremos apenas por DEPE), órgão que funcionou entre 1972 e

²⁸⁶ ARAÚJO. Op. Cit., p. 41.

²⁸⁷ Ibid., p. 41.

1974 entre os muros da penitenciária, estabelecia convênios com o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Serviço Social do Comércio (SESC), o Ministério da Justiça, o Ministério da Educação, o Senado Federal.

A Colônia Penal mantinha intensa correspondência com essas instituições o que reflete as expectativas no tocante à “regeneração” dos apenados. Erving Goffman afirma que por trás de cada contrato social existem suposições não contratuais a respeito do caráter de seus participantes²⁸⁸. Pensando a internação ou o aprisionamento como um contrato social, as equipes dirigentes de instituições como manicômios, prisões ou conventos – *instituições totais*, segundo Goffman – esperam um determinado perfil de comportamento e de práticas de seus internados.

Um trecho extraído de um ofício que circulou entre a Colônia Penal e o Ministério da Justiça exemplifica as expectativas da equipe dirigente da Colônia Penal em relação à “regeneração” dos apenados. Nesse ofício emitido em 1974, o diretor do DEPE, José Euber Pereira Soares, envia informações solicitadas por Armando Falcão, então Ministro da Justiça, sobre o sistema penitenciário do estado. Buscando sensibilizar o ministro para a necessidade de investimentos no sistema penitenciário, José Soares informa-lhe que a instituição procurava dar ao preso:

[...] um sentido mais humano de vida, levando-o sempre pelo caminho mais correto e acima de tudo, fazendo-o, aos poucos, se libertar de sua culpa interior que fica martelando sempre em sua mente. [...] Fazemos tomadas de medidas preventivas à ociosidade, na implantação de casos que aprimorarão uma mão-de-obra especializada, que será de grande utilidade para a evolução, aos poucos, do *interno* em seu próprio ambiente, bem como, fora dele²⁸⁹. (grifo nosso)

Como vemos, a equipe dirigente é caracterizada como agente capaz de interferir na vida do preso não apenas na dimensão social, através do trabalho, mas também em sua dimensão espiritual, expurgando através de suas ações uma suposta culpa da parte

²⁸⁸ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987, p. 11.

²⁸⁹ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para o Ministro da Justiça Armando Falcão. Ofício sem numeração, datado de 10 out., 1974, p. 5.

dos apenados. Na maioria dos ofícios expedidos diariamente entre 1972 e 1974, por meio dos quais o DEPE solicitava materiais, equipamentos, assistência de especialistas, junto às instituições às quais a Colônia Penal era vinculada, os presos recebiam a denominação de “internos”, em geral, enfatizada com letras em caixa alta. A palavra “interno” indica situação contrária a externo, ou seja, aquele que está situado dentro, nesse caso, em situação prisional, e que, portanto, não tendo formalmente autonomia para transitar pela cidade e conseguir seu sustento, necessita dos amparos solicitados às ditas instituições. A palavra, por outro lado, possui conotação humanizante, pois, ao se adotar a denominação “interno” no lugar de “detento”, dá-se outro *status* ao preso, diferente da condição de detido, mas um significado que comporta a condição de ser humano inserido num processo de aprendizagem ou de purificação, à semelhança de alunos que residem na instituição de ensino onde estudam, ou doentes internados em um hospital.

Entretanto, a denominação dada ao preso varia conforme as intenções dos sujeitos que a redigem. Nas notícias, os sentenciados são invariavelmente chamados de detentos, não importando se se trata do periódico oficial *A Republica* ou o jornal oposicionista *Tribuna do Norte*. É possível traçar a distinção que permeia a nomeação de “interno” ou “detento” nos ofícios expedidos pelo DEPE. O termo “interno” surge justamente marcado por carga humanizante quando os ofícios tratam da “regeneração” dos presos por meio do trabalho ou do estudo. O interno é enunciado como máxima preocupação do sistema penitenciário, que deveria conduzi-lo em sua recuperação durante a pena. Já a palavra “detento”, de carga estigmatizante, costuma aparecer quando se trata o sentenciado do ponto de vista de sua condição de preso, pessoa à qual o direito à liberdade de transitar é restrito. Isso ocorre, por exemplo, em pedidos de escolta para traslado de “detentos” a tribunais²⁹⁰. Quando o DEPE solicita a transferência de sentenciados “indisciplinados”, “os quais incentivam os demais a fugas, ao uso de entorpecentes” e “balbúrdia de modo geral”²⁹¹, a palavra “interno” não é utilizada, mas sim “detento” e “preso”.

²⁹⁰ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para Dr. Raimundo Jovino de Oliveira, juiz da comarca de São Paulo do Potengi. Of., 136/74. Natal, 15 mar., 1974.

²⁹¹ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de

A noção de trabalho penal expressa no trecho destacado na página anterior mescla elementos distintos que norteavam as ações da estrutura organizativa da Colônia Penal “Doutor João Chaves” no tocante à prática do trabalho penal. Embora essa noção de trabalho passe pelo sentido religioso de liberação do preso em relação à sua da “culpa interior”, como destacava o diretor José Soares, ocorre uma intensa formalização e especialização no tocante ao fomento ao trabalho, que liga o trabalho penal a funções práticas do mundo do trabalho livre. O trabalho na Colônia Penal, segundo o diretor, deveria ser uma “medida preventiva à ociosidade” através de sua prática em oficinas e horta, assim como sua participação em cursos profissionalizantes.

O trabalho a ser praticado na Colônia Penal era entendido pela equipe dirigente como elemento indispensável à “pessoa humana”²⁹², razão pela qual preocupava à equipe dirigente o homem que sairia da Penitenciária para a cidade, ao final de sua pena, se um homem “corrompido pelo ócio” ou alguém disciplinado pela rotina do trabalho, portanto, habilitado a ser cidadão, a fazer parte da cidade. Esse sentido dado ao trabalho reatualizava a seu modo a noção de trabalho livre característica da Era Vargas, já discutida no capítulo 1.

O Regime Militar conservava essa concepção nacionalista do trabalho. Nos anos do Regime, com os quais coincide a inauguração e os primeiros anos de funcionamento da Colônia Penal “Doutor João Chaves”, o trabalhador brasileiro era ideologicamente cooptado a ser participante do “milagre econômico” para o crescimento do país. De acordo com Carlos Simões, políticas como a do PIS/PASEP, sob pretexto de participação do trabalhador nos lucros das empresas, tinham a intenção de conciliar o trabalhador com o governo, na “expectativa de criar sentimentos de esperança e confiança no poder político (...)”²⁹³

Nos discursos da equipe dirigente da Colônia Penal Doutor João Chaves, o trabalho prisional era entendido como algo que deveria preceder o trabalho livre, a ser continuamente praticado após o cumprimento da sentença pelo preso. O trabalho concederia cidadania ao preso, ao devolvê-lo à cidade, além de lhe garantir, mesmo na

Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para Cel. Rubens Pereira, Secretário de Interior e Justiça. Of. 007/73. Natal, 28 mar., 1973.

²⁹² Projeto técnico-financeiro sem anexação a ofício, sobre reformas estruturais na instituição para promoção do trabalho entre internos. 26 fev., 1973.

²⁹³ SIMÕES, Carlos. *A lei do Arrocho: Trabalho, previdência e sindicatos no Regime Militar (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 93.

prisão, o pertencimento ao conjunto dos trabalhadores brasileiros. Em correspondência ao Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, o diretor que atuava no DEPE em 1972, Rodolfo Pereira de Araújo, invoca os interesses nacionais, ao solicitar investimentos em livros e materiais técnicos para a Penitenciária, argumentando que o “interno”, ao sair de sua sentença, seria um dos profissionais de nível médio de que a “Pátria” necessitava²⁹⁴.

Assim, a causa da reintegração social através do trabalho não era um fenômeno puramente local. Ela vinculava-se ao projeto nacionalista de fortalecer o progresso do país por meio da formação de mão de obra, ocupando um lugar importante nesse processo o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO), que era um plano de educação profissional de alcance nacional, responsável pela realização de cursos profissionalizantes. O PIPMO foi criado durante o governo João Goulart²⁹⁵, permanecendo durante os governos militares, atuando também em penitenciárias brasileiras, dentre as quais, a Colônia Penal aqui estudada.

Toda essa ação despendida a partir de uma ideia nacionalista de trabalho demandava a participação de uma equipe de especialistas na Colônia Penal. Além dos profissionais da guarda, médicos, dentistas, assistentes sociais, socióloga, assessora jurídica, enfermeiros, professores e instrutores de ensino técnico atuavam na Colônia Penal diariamente, num total de cerca de 62 funcionários no ano de 1974²⁹⁶, o que faz supor o deslocamento diário desses profissionais pela cidade, em direção a Igapó. A região de Igapó passava então a receber diariamente pessoas, muitas das quais não a conheciam nem a costumavam frequentar. Por esse motivo, é possível perceber que ocorre um incremento no tráfego de veículos que cruza Igapó e a ponte Presidente Costa e Silva. É importante salientar que a estação ferroviária de carga mais próxima

²⁹⁴ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do Bacharel Rodolfo Pereira de Araújo. Departamento de Estabelecimentos Penais. Ofício 025/72. 21 jul., 1972.

²⁹⁵ SANTOS, Simone Valdete dos. Da Educação Profissional para o emprego, no PIPMO, para a Educação Profissional para a empregabilidade no PLANFOR. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

²⁹⁶ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para o Ministro da Justiça Armando Falcão. Ofício sem numeração, datado de 10 out., 1974. p. 5.

localizava-se a cerca de quatro quilômetros da Colônia Penal²⁹⁷, e que até o ano de 1974²⁹⁸ não havia linhas de ônibus que passassem pela Estrada da Redinha, onde se localizava a penitenciária. Portanto, os deslocamentos de trabalhadores davam-se por meio de veículos da Secretaria de Segurança²⁹⁹. O primeiro indício que temos da existência de linha de ônibus que cruzava Igapó em direção à Redinha, passando em frente à Colônia Penal data do ano de 1974.

O fluxo de pessoas em veículos intensificava-se devido à presença da sede do DEPE no âmbito da Colônia Penal até o ano de 1974³⁰⁰, órgão que mantinha com outras instituições uma ativa troca de correspondências – das quais pudemos obter na pesquisa apenas os ofícios expedidos – que indica deslocamentos de pessoas entre as duas partes da cidade. Podemos supor os percursos realizados pela equipe dirigente entre a Colônia Penal e outros pontos da cidade, rumo a tribunais, fazendo o traslado de presos para julgamentos, levando diariamente documentos com solicitações à Secretaria de Interior e Justiça, à Secretaria de Educação, ou à Assembleia Legislativa. A equipe de especialistas trocava correspondências sobre saúde e alimentação dos presos com os cursos de Medicina Preventiva e Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e solicitava impressão de diplomas dos cursos internos à sede em Natal do Centro de Educação Técnica do Nordeste. Além da troca de correspondências, a Colônia Penal atraía estudos *in loco*, como um levantamento topográfico feito por estudantes em suas proximidades³⁰¹. Cada troca de correspondências, cada deslocamento, intensificava o movimento da Estrada da Redinha, cruzando a ponte.

Naquele momento, o sistema prisional do estado do Rio Grande do Norte era composto de diferentes estabelecimentos penais, como cadeias e presídios (estabelecimentos onde a pena resumia-se à supressão da liberdade através da detenção), além de penitenciárias, nas quais havia a prática do trabalho. No estado do Rio Grande do Norte, durante a primeira metade da década de 1970, o sistema penal era composto

²⁹⁷ Informação oral de Dulce Helena C. C. de Albuquerque.

²⁹⁸ CAMINHÃO desgovernado apanha três em Igapó. *Tribuna do Norte*. Natal, 15 out., 1974, p. 8.

²⁹⁹ Informação oral de José Euber Pereira Soares.

³⁰⁰ Em junho de 1974, o órgão muda-se para o bairro de Tirol. RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, Dr. José Euber Pereira Soares para o delegado de polícia não nomeado. Of. Circular nº 01/74. Natal, 12 jun., 1974.

³⁰¹ “CORTE D’água” fugiu da Colônia. *Tribuna do Norte*. Natal, 9 maio, 1972, p. 8.

por dois presídios (nos municípios de Mossoró e Pau dos Ferros)³⁰², diversas cadeias municipais no interior, e a Colônia Penal “Doutor João Chaves”, situada na capital. Esta última era a única penitenciária do estado, o que significa dizer que a instituição era privilegiada em relação aos demais estabelecimentos penais no que diz respeito aos investimentos materiais que se justificavam pela promoção da “regeneração” dos apenados.

Apesar de ter sido elaborada a proposta de “regeneração” voltada para o trabalho e para o estudo profissionalizante, é importante esclarecer que a Colônia Penal era uma instituição onde o trabalho não se estendia a todos os apenados. Segundo informação oral de José Euber Pereira Soares, o trabalho era concedido aos presos de “bom comportamento”³⁰³. Os cursos profissionalizantes, por sua vez, eram realizados em regime de revezamento, já que costumavam oferecer um baixo número de vagas, em comparação à população de presos. Repetidamente, o DEPE emitia ofícios à Secretaria de Justiça solicitando investimentos em estrutura para ampliação da prática do trabalho na Penitenciária³⁰⁴. Em 1973, 170 dos 260 detentos não possuíam ocupação laboral, enquanto 90 trabalhavam diariamente, das 07h às 17h (com intervalo das 11h às 12h), como cozinheiros, fabricantes de móveis de ferro e de madeira, serventes de limpeza, mecânicos, marceneiros, artesãos, almoxarifes, auxiliares de enfermagem, auxiliares de escritório e de biblioteca, operadores de caldeira e de eletricidade, distribuidores de água³⁰⁵.

Como podemos perceber, parte desses ofícios corresponde a serviços de manutenção da própria instituição. Erving Goffman afirma que apesar do argumento baseado na “reabilitação” dos internos, a natureza dos trabalhos nas instituições totais decorre das necessidades de trabalho do estabelecimento³⁰⁶. Segundo a lista de trabalhos

³⁰² RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para o Ministro da Justiça Armando Falcão. Ofício sem numeração, datado de 10 out., 1974, p. 5.

³⁰³ Informação oral de José Euber Pereira Soares.

³⁰⁴ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Projeto técnico-financeiro sem data, nem anexação a ofício, sobre reformas estruturais na Colônia Penal “Doutor João Chaves, para promoção do trabalho entre internos.

³⁰⁵ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, Dr. Lauro Gonçalves Bezerra, do Departamento de Medicina Preventiva e Social (UFRN). Of. 121/73. Natal, 15 out., 1973.

³⁰⁶ GOFFMAN. Op. Cit., p. 82.

exercidos na Colônia Penal, datada de 1973, quase metade dos trabalhadores da penitenciária ocupavam-se em serviços de manutenção da instituição. Até mesmo atividades como marcenaria eram voltadas em parte para a instituição. Era no “setor industrial” onde ficavam a “fábrica de cadeiras” e “setor de marcenaria”³⁰⁷, que os presos construía suas próprias camas³⁰⁸ e as estantes e prateleiras da biblioteca que funcionaria no interior da Penitenciária³⁰⁹.

Tanto o trabalho para manutenção do estabelecimento quanto os trabalhos voltados para produção eram fator de estímulo à interação da prisão com o restante da cidade. Entregadores em seus veículos chegavam com frequência à Colônia Penal, seja para fornecer a matéria-prima utilizada nas oficinas de móveis, como o ferro e a madeira, seja para entregar equipamentos, como o maquinário para carpintaria e marcenaria doado em 1973 pela Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte³¹⁰. Frequentemente, chegavam alimentos para serem preparados no “rancho” da penitenciária pelos 13 detentos responsáveis por esse serviço. Presos de “bom comportamento” eram escalados informalmente para descarregar mantimentos de caminhões que chegavam³¹¹. Antes da construção do rancho da Colônia Penal, os alimentos, preparados no rancho da Polícia Militar³¹², eram fornecidos nos horários das refeições, que promovia uma circulação intensa de veículos.

Além do trabalho, o lazer também era um instrumento adotado dentro de um conjunto de ações da equipe dirigente para a “reabilitação” dos apenados. Esportes, eventos comemorativos e exibição de programas televisivos destacavam-se entre as atividades de lazer para os presos. No momento da instalação do aparelho televisor na Colônia Penal, o jornal *Tribuna do Norte* destacava: “os detentos da Colônia Penal terão

³⁰⁷ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para o Superintendente de Obras do Estado Dr. Jerildo Alexandre da Costa Lyra. Of. 052/73. Natal, 10 jul., 1973.

³⁰⁸ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para o secretário de Interior e Justiça Rubens Pereira de Araújo. Of. 001/74. Natal, 10 jan., 1974.

³⁰⁹ BIBLIOTECA para detentos será inaugurada hoje. *A Republica*. Natal, 10 jun., 1972, p. 8.

³¹⁰ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para o secretário de Interior e Justiça Rubens Pereira de Araújo. Of. 055/73. Natal, 23 jul., 1973.

³¹¹ PROMOTOR aponta sargento como responsável pela fuga de criminoso da CP. *Tribuna do Norte*. Natal, 17 abr., 1972, p. 8.

³¹² COLONIA Penal funciona bem. *Tribuna do Norte*. Natal, 4 set., 1970, p. 4.

uma mudança de comportamento, com duas televisões que serão ofertadas pela Secretaria de Segurança”³¹³. Em 1973, existia uma sala de esportes, na qual treinava uma equipe de futebol de salão³¹⁴.

Periodicamente, a penitenciária era palco de eventos que reuniam artistas, intelectuais, e autoridades políticas e policiais. Num momento em que os festivais musicais exibidos na televisão mobilizavam as atenções de grandes públicos, penitenciárias brasileiras criavam suas versões desses festivais, buscando revelar os talentos musicais de seus presos. O Instituto Penal Lemos Brito, situado no Rio de Janeiro, que organizava o Festival de Música do Penitenciário contou, em sua segunda edição, no ano de 1970, com a presença de Roberto Carlos, um dos artistas de relevo no âmbito dos festivais de música naquele momento³¹⁵.

Não há indícios de que os festivais de música fossem um acontecimento sistemático na Colônia Penal “Doutor João Chaves”. Entretanto, segundo informa José Euber Pereira Soares em depoimento oral, os cantores Roberto Carlos e Luís Gonzaga participaram de eventos musicais na Penitenciária³¹⁶. Num domingo de 1974, o pátio da Colônia Penal foi palco para a gravação do programa de rádio “Mesa de Botequim”, apresentado pelo radialista Adeodato Reis, que fazia parte da programação da rádio local, Cabugi³¹⁷. O evento contou com a presença dos jogadores de futebol Alberi e Gilson Porto, pertencentes a times de futebol da cidade. A gravação do programa teve formato de festival de música, com a apresentação de músicas cantadas pelos presos, entre os quais, o ex-jogador de futebol, Luiz Marques, que mais se destacou, segundo o jornal *Tribuna do Norte*.

Nos feriados religiosos como a Páscoa e o Natal, eram realizadas festas religiosas cristãs, sob coordenação de Clotilde Pereira de Araújo, esposa do Secretário de Justiça Rubens Pereira. O material para preparação das festas, bem como os brindes entregues aos presos, vinha de doações como resposta a solicitações prévias. As doações

³¹³ O CONSELHO Penitenciário reúne-se hoje para julgar os cinco primeiros indultos. *Tribuna do Norte*. Natal, 15 dez., 1971, p. 7.

³¹⁴ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS. Biblioteca Câmara Cascudo. Colônia Penal “Dr. João Chaves”. Correspondência de Francisco Ferreira Nunes (interno, aux.de biblioteca) a Dr. Romero Pedro Moreira Coutinho, juiz de Direito (PB). Of. 038/73. Natal, 25 maio, 1973.

³¹⁵ ROBERTO CARLOS encontra velho amigo nas grades. *TN Ilustrada*. In: *Tribuna do Norte*. Natal, 29 nov., 1970, p. 4.

³¹⁶ Depoimento oral de José Euber Pereira Soares.

³¹⁷ “BOTEQUIM” na Colônia. *Tribuna do Norte*. Natal, 28 set., 1974, p. 8.

que chegavam às festividades realizadas na Colônia Penal eram feitas por pessoas físicas, órgãos públicos e empresas de pequeno, médio e grande porte, sendo órgãos públicos como o DETRAN, prefeituras de cidades do interior do estado, e empresas como mercearias, padarias, supermercados, inclusive a multinacional Coca Cola.

A inauguração da biblioteca Câmara Cascudo na Colônia Penal, em 10 de junho de 1972, foi um momento forte de deslocamento de pessoas em direção à Penitenciária. A reportagem do periódico oficial *A Republica* destaca a presença de intelectuais potiguares, como o próprio Luís da Câmara Cascudo, além de Nilo Pereira, norte-riograndense com atuação política em Pernambuco, e o sociólogo pernambucano de renome internacional Gilberto Freyre³¹⁸, além da imprensa e de várias autoridades policiais.

A noção de penitenciária que a equipe dirigente defendia deveria acompanhar as “mudanças” pelas quais passava a sociedade no campo educacional. Para os profissionais responsáveis por promover o trabalho na Colônia Penal “Doutor João Chaves”, a função da penitenciária deveria ir além da reclusão e do cuidado dos corpos, sendo a educação uma necessidade para a vida do preso. A instrução dos apenados compreendia da alfabetização ao “ginasial”, que corresponde hoje ao Ensino Fundamental anos finais. Nas palavras da assistente social, Maria das Graças Pereira Araújo, chefe da biblioteca que funcionava na Colônia Penal,

“Não é suficiente, apenas, sanear o “habitat”, afim de assegurar condições de saúde e higiene, indispensáveis à decorrência normal da vida, ou estabelecer simples mercados de trabalho para o exercício do labor cotidiano, ou, ainda, proporcionar-lhe alguns motivos de divertimento e recreação que permitam aparente impressão de conforto”³¹⁹.

Segundo o discurso da equipe dirigente, a penitenciária era um ambiente para nascimento de “novos homens”, a partir de uma pedagogia ainda não utilizada nas

³¹⁸ BIBLIOTECA para detentos será inaugurada hoje. 10 jun., 1972, p. 8.

³¹⁹ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Respostas de questionário, enviadas ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação/ Conselho Nacional de Pesquisas/ Presidência da República. Ofício 19/72, de 17 de novembro de 1972.

prisões da cidade, que envolvia, além de trabalho, atividades educativas ligadas à escrita e à leitura³²⁰, cujas diretrizes provinham do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), programa que enviava materiais didáticos de alfabetização para a Penitenciária. Ao fomentar a alfabetização dos presos, a penitenciária conectava-se às mudanças da prática educacional que ocorriam no país naquele momento, que tinha no MOBRAL seu carro-chefe.

O MOBRAL havia sido instituído pela Lei federal 5.379 de 15 de dezembro de 1967, durante o governo do presidente Arthur da Costa e Silva, como iniciativa à alfabetização de jovens e adultos por todo o país, e tinha como objetivo a erradicação do “mal do analfabetismo”, visto como impeditivo ao progresso. Esse programa, entretanto, era marcado por aspectos do regime de governo no qual foi fundado. De acordo com Leide Rodrigues dos Santos, os mecanismos de alfabetização, nesse momento, ocultavam em suas entrelinhas a ideologia de um regime autoritário, que visava ao controle e direcionamento da população à produção econômica do país. Por isso, a educação era um forte “instrumento de difusão e manutenção do Regime Militar”³²¹. Segundo a autora,

O regime ditatorial estava escondido e estampado em cada página dos livros, cartilhas e de outras publicações que conduziram a educação nesse período. Através desses materiais, o ensino estava sendo guiado junto às intencionalidades do Governo. Veneração aos heróis nacionais, patriotismo, civismo, exaltação ao governo, eram mensagens inculcadas nas entrelinhas de cada um dos materiais didáticos³²².

O ambiente que parecia centralizar as ações educativas na Colônia Penal era a Biblioteca Câmara Cascudo, dedicada ao uso de “internos, funcionarios e familiares

³²⁰ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA.

Departamento de Estabelecimentos Penais. Respostas de questionário, enviadas ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação/ Conselho Nacional de Pesquisas/ Presidência da República. Ofício 19/72, de 17 de novembro de 1972.

³²¹ SANTOS, Leide Rodrigues dos. MOBRAL: A representação ideológica do Regime Militar nas entrelinhas da alfabetização de adultos. In: *Revista Crítica Histórica*. Ano V, nº 10, dezembro/2014. ISSN 2177-9961. Salvador: UFAL, 2014, p. 310.

<<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/222/MOBRAL%20A%20REPRESENTA%C3%87%C3%83O%20IDEOL%C3%93GICA%20DO%20REGIME%20MILITAR%20NAS%20ENTRELINHAS%20DA%20ALFABETIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20ADULTOS.pdf>> Acesso: 23 jul., 2015.

³²² *Ibid.*, p. 313.

destes, e militares pertencentes a guarnição”³²³. Na biblioteca, eram realizados cursos de Alfabetização (MOBRAL), de Integração e de Datilografia, este último, fomentado pela SUDENE, com doação de 15 máquinas de datilografia em 1972³²⁴. Por não ter verba fixa do governo do estado³²⁵, apesar de repetidas solicitações do DEPE à Assembleia Legislativa³²⁶, o funcionamento da biblioteca dependia de doações de livros e de material escolar, solicitados por meio de ofícios, endereçados pelo DEPE a particulares como editoras, jornais, supermercados, padarias e também a órgãos públicos, como prefeituras municipais³²⁷. A frequência de doações multiplicou e diversificou seu acervo de 1700 livros, em novembro de 1972 (em maioria, didáticos e profissionais) para 3000 em maio de 1973³²⁸ (com exemplares de literatura brasileira e estrangeira).

A Biblioteca era um espaço de iniciativas culturais, pois além de disponibilizar livros para leitura e estudo e promover cursos, promovia exposições de trabalhos artesanais dos presos (talhas, cerâmica, madeira, sapataria, mosaico), para venda aos visitantes da Penitenciária.

É possível perceber que a Biblioteca dinamizava o ambiente interno da prisão, com o movimento diário de presos nos cursos, nas exposições de artesanato ou em suas leituras e estudos rotineiros. Entretanto, esse movimento extrapolava os muros da Penitenciária, pois as atividades praticadas na biblioteca demandavam uma intensa movimentação de pessoas e veículos, que cruzavam a ponte em direção ao “outro lado” da cidade. A Biblioteca promovia não apenas o deslocamento esporádico de pessoas, gerado pela doação de livros e equipamentos como as máquinas de escrever, mas o

³²³ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Questionário enviado ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação/ Conselho Nacional de Pesquisas/ Presidência da República. Ofício 19/72, de 17 de novembro de 1972. Departamento de Estabelecimentos Penais.

³²⁴ Ibid.

³²⁵ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para Silda Lopes, dir. Departamento Cultural do Estado. Of. 10/74. Natal, 05 set., 1974.

³²⁶ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência de Rodolfo Pereira de Araújo ao presidente da Assembleia Legislativa, Dr. Moacir Duarte. Ofício 061/72. 22 jul., 1972.

³²⁷ A biblioteca recebia doações de livros e material escolar de prefeituras do Rio Grande do Norte, Instituto Nacional do Livro,

³²⁸ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS. Biblioteca Câmara Cascudo. Colônia Penal “Dr. João chaves”. Carta de Francisco Ferreira Nunes (interno, aux.de biblioteca) a Dr. Romero Pedro Moreira Coutinho, juiz de Direito (PB). Of. 038/73. 25 maio, 1973.

deslocamento diário dos profissionais responsáveis pela instrução desses cursos e por sua administração.

A Biblioteca era um ponto de contato entre o *dentro* e o *fora* da Penitenciária, já que nela ocorriam as exposições frequentes de objetos artesanais para venda aos familiares dos presos e aos demais visitantes. Os frutos do trabalho prisional eram elementos de integração socioeconômica entre a Colônia Penal e a vida comunitária da cidade, pois ampliavam a interação entre suas partes, sendo vendidos dentro e fora da instituição. Os objetos artesanais fabricados pelos apenados, como as talhas, cruzavam periodicamente os muros da penitenciária em exposições organizadas por sua administração, que aconteciam na Biblioteca Pública do Estado, em Petrópolis; no SESC, em Cidade Alta; e na Escola Industrial, no bairro de Morro Branco. Vale salientar que poucos presos artesãos recebiam permissão para participar dessas exposições. De todo modo, com a venda dos artigos fabricados na Colônia Penal, novos fluxos de pessoas, veículos e objetos se davam, cruzando a ponte, integrando, por meio desse movimento, a cidade ao seu “outro lado”.

A movimentação gerada pela presença da Penitenciária altera a fronteira entre a cidade e o seu território “outro”. Os fluxos resultantes das atividades previstas de pessoas da equipe dirigente, além de visitantes, entregadores e repórteres, eram responsáveis por intensificar as interações entre as duas partes da cidade separadas pelo rio. No entanto, além dos deslocamentos desses sujeitos, havia também o movimento de muitos presos em direção ao ambiente externo à prisão, o que poderia ocorrer de maneira prevista pela instituição, mas não somente.

Nesse ponto, com frequência, as práticas se contrapõem às expectativas dos planejadores da prisão e da equipe dirigente. As práticas muitas vezes se contrapõem à passividade, à obediência e à ordem, objetivos do regime penitenciário sob o ideal de “regeneração”. Segundo Erving Goffman, dentro das instituições totais, os internados desenvolvem uma vida própria, “que se torna significativa, razoável e normal”³²⁹, estruturando um “eu” mesmo diante das restrições impostas pela instituição³³⁰, e compondo, assim, o seu *mundo*, um mundo próprio dos internados, formado pelas relações sociais desenvolvidas por si.

³²⁹ GOFFMAN. Op. Cit., p. 8.

³³⁰ Ibid., p. 11.

O *mundo* dos apenados, com suas práticas e negociações, faz parte daquilo que Erving Goffman entende como a maneira de o indivíduo preso ou internado enfrentar a definição de si mesmo, cunhada pela instituição que o detém³³¹. Essa busca pela interpretação do cotidiano do preso tem lugar na historiografia atual sobre prisões, na qual muitos trabalhos levam em conta a complexidade das maneiras de se enfrentar as condições de vida dentro das prisões. A interpretação das atitudes dos presos não se reduz ao par resistência-acomodação. Para o historiador Carlos Aguirre, por exemplo, a interpretação do cotidiano dos presos deve considerar a complexidade das relações desenvolvidas na prisão³³².

O *mundo* dos apenados tem sido estudado nas últimas décadas, tanto na historiografia brasileira quanto por autores estrangeiros. Em trabalhos como o de Carlos Aguirre, com seus estudos sobre prisões na América Latina, e diversos trabalhos produzidos no Brasil, como o de Cláudia Trindade, que estuda o cotidiano dos presos na Bahia do século XIX³³³, os presos têm protagonizado como sujeitos históricos em seu cotidiano, no universo de suas práticas, de suas relações particulares e negociações com as equipes dirigentes dos estabelecimentos penais. Em geral, pesquisas como essas se tornam possíveis devido à existência de relatos escritos pelos presos, como cartas, ou transcrições de falas desses sujeitos, por exemplo, em depoimentos dados à Justiça. Faz-se importante destacar que, na carência de relatos produzidos pelos presos da Colônia Penal “Doutor João Chaves”, o aspecto cotidiano de saídas da prisão é aqui sondado por meio de reportagens de jornais e de ofícios do DEPE.

Os internos de instituições totais possuem diferentes maneiras de lidar com aquilo que a instituição espera deles. Tais comportamentos são separados por Goffman em dois grupos: *ajustamentos primários* e *ajustamentos secundários*³³⁴. Um indivíduo com *ajustamentos primários* à instituição “contribui, cooperativamente, com a atividade exigida” por ela, e sob as condições exigidas³³⁵, tornando-se “o participante ‘normal’, ‘programado’ ou ‘interiorizado’”³³⁶. Sendo assim, ele contribui para a estabilidade da

³³¹ GOFFMAN. Op. Cit., p. 148.

³³² AGUIRRE, Carlos. *Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940*. In: MAIA [et. al.] Op. Cit., p. 64.

³³³ TRINDADE, Cláudia. *Ser preso na Bahia no século XIX*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2012.

³³⁴ GOFFMAN. Op. Cit., p. 160.

³³⁵ Ibid., p. 159.

³³⁶ Ibid., p. 160.

instituição. Por outro lado, os *ajustamentos secundários* consistem em “qualquer disposição habitual pela qual o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins não-autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser”³³⁷. Segundo Goffman, esses conceitos não são isolados um do outro. Muitas vezes, um ajustamento primário ocorre para que se possa burlar disfarçadamente uma regra da instituição.

Na Colônia Penal “Doutor João Chaves” os presos que trabalhavam tinham a possibilidade de locomoção por vários ambientes da penitenciária, e interação com um número maior de pessoas do que o de seus colegas de cela que não trabalhavam. Os ganhos financeiros também eram um atrativo para que se dedicassem ao trabalho. Um preso comercializava artigos como café, cigarros e fósforos³³⁸ dentro da instituição, o que também lhe rendia permissão de saídas para compras de mercadorias; outros vendiam objetos artesanais para os visitantes, sendo que dez por cento do valor apurado na venda de objetos artesanais seriam absorvidos pela instituição³³⁹.

É possível se pensar que alguns presos se ajustavam à ordem estabelecida com a intenção de ampliar suas relações pessoais e travar contatos com a vida extramuros. Alguns presos que cumpriam pena de prisão em regime fechado recebiam permissão para trabalhar fora das dependências da penitenciária, prestando serviços a órgãos estatais, como a Base Naval³⁴⁰ e o Instituto de Medicina Legal e Criminalística da Secretaria de Interior e Justiça³⁴¹, sendo empregados, sobretudo, em serviços de construção civil. A prática do trabalho extramuros era justificada pela equipe dirigente através de ordenamentos jurídicos como o Código Penal Brasileiro (1940) e a lei federal nº 3.274, de 02 de outubro de 1957, art. 12³⁴².

³³⁷ GOFFMAN. Op. Cit., p. 160.

³³⁸ *Tribuna do Norte*.

³³⁹ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA.

Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares para o Secretário do Estado de Interior e Justiça, Coronel Rubens Pereira. Ofício nº 200/74. 22 out., 1974, p. 5.

³⁴⁰ NATAL dos detentos já está sendo organizado. *Tribuna do Norte*. 17 set., 1971, p. 4. Segundo o jornal *Tribuna do Norte*, trinta e cinco presidiários trabalhavam na Base Naval na data da reportagem.

³⁴¹ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA.

Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares para o Secretário do Estado de Interior e Justiça, Coronel Rubens Pereira. Of. 132/73. Natal, 23 out., 1973.

³⁴² RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA.

Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de

Era possível aos presos estabelecer ou tentar estabelecer contatos com o mundo exterior também por meio de trabalhos realizados dentro da Colônia Penal. O preso Francisco Ferreira Nunes trabalhou na biblioteca Câmara Cascudo desde a fase de trabalhos de construção e organização de seu acervo, em 1972. Juntamente com o preso Silveira Pereira, fez parte da assistência técnica na organização dos livros pelo método Melvin Dewey, caracterizado pelo ordenamento alfabético dos autores por sobrenome³⁴³. Uma reportagem do jornal *Tribuna do Norte* mostra que um ano antes de inaugurada a biblioteca, Francisco Nunes demonstrava comportamento ajustado ao que dele se esperava na prisão. Naquele momento, o preso se dispôs a testemunhar contra um sargento lotado na Colônia Penal, Francisco Canindé da Silva, que era acusado de tentativa de homicídio contra o diretor da instituição, Juvenal Andreino de Souza³⁴⁴, tema que retomaremos mais a diante.

Quando inaugurada a Biblioteca Câmara Casacudo, Francisco Nunes tornou-se auxiliar de biblioteca, trabalho que lhe dava a possibilidade não apenas de estar num ambiente movimentado da Colônia Penal, mas também de redigir correspondências oficiais. Numa delas, Francisco Nunes comunica-se com o juiz Romero Pedro Moreira, situado numa comarca da Paraíba que sediaria um simpósio sobre Direito Penal. O preso e auxiliar de biblioteca expôs ao juiz seu pensamento sobre a necessidade de vinculação da Penalogia à prática penitenciária, sugerindo em seguida a participação do secretário de Segurança, do diretor do DEPE e de um interno da Colônia Penal no simpósio que ocorreria no estado vizinho. Certamente, o preso pretendia ser convidado para o evento, e, buscando sensibilizar o juiz, argumentava: “Por mais inteligentes que sejam nossos Criminalistas e Juristas, não sentiram na propria pele o que ocorre entre as quatro paredes do cárcere fechado”³⁴⁵.

De acordo com Erving Goffman, “se qualquer estabelecimento social pode ser considerado como um lugar onde sistematicamente surgem suposições a respeito do eu,

Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares para o juiz auditor da 7ª CJM, Dr. José Bolívar Régis. Of. 023/74. Natal, 06 fev., 1974.

³⁴³ BIBLIOTECA para detentos será inaugurada hoje. 10 jun., 1972, p. 8.

³⁴⁴ SARGENTO descontente com demissão quis matar Diretor da Colônia Penal. *Tribuna do Norte*. 2 set., 1971, p. 8.

³⁴⁵ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS. Biblioteca Câmara Cascudo. Colônia Penal “Dr. João chaves”. Carta de Francisco Ferreira Nunes (interno, aux.de biblioteca) a Dr. Romero Pedro Moreira Coutinho, juiz de Direito (PB). Of. 038/73. 25 maio, 1973.

podemos ir adiante e considerar que é um local onde tais suposições são sistematicamente enfrentadas pelo participante”³⁴⁶. Esse enfrentamento nem sempre se dá de modo radical, mas pode ocorrer de maneira a conciliar-se com regras da instituição. Ao ajustar-se à ordem instituída, um preso colabora, ainda que inconscientemente, para a estabilidade da instituição³⁴⁷, entretanto, o “bom comportamento” é também uma forma de conquistar determinados privilégios pessoais que rompem com a ideia prévia de “preso”, de pessoa que vive sob restrição de liberdade. Ajustando-se à ordem, o preso Francisco Nunes garantia uma vida ativa na Colônia Penal, e buscava, com isso, reduzir a sensação de estar encarcerado. Como Francisco, havia presos que, pelo “bom comportamento” que apresentavam, somente eram recolhidos às celas à noite, após um toque de campainha, permanecendo nos corredores da Penitenciária durante o dia³⁴⁸.

Como afirmado acima, a cada ano, alguns presos artesãos eram convidados a participar de exposições externas de objetos artesanais produzidos nas oficinas da Colônia Penal. Na exposição de trabalhos artísticos em madeira talhada, ocorrida em 23 de março de 1972, na Biblioteca Pública da Fundação José Augusto, em Petrópolis, comparecem 9 dos 47 presos que trabalhavam com artesanato na Colônia Penal³⁴⁹. Certamente o “bom comportamento” (ou seja, o ajustamento às regras da prisão) era o critério de seleção daqueles presos para o trabalho na exposição. Com isso, os presos retornavam, ainda que temporariamente, ao lado direito da cidade, sem criar conflitos com a equipe dirigente da Penitenciária, ocupando um ambiente externo aos muros da instituição. A prisão afastada para o “outro lado” interagiu com a cidade.

Alguns presos encontravam no ajustamento às regras da prisão um meio não apenas de se comunicar ou sair temporariamente do ambiente da prisão, mas também de evadir-se mentalmente da pena que cumpriam³⁵⁰, envolvendo-se com atividades que Goffman chama de “mundos de fuga”³⁵¹. A leitura e os estudos pareciam ser meios para essa evasão. No mês de janeiro de 1973, possível momento de férias da escola,

³⁴⁶ GOFFMAN. Op. Cit., p. 158.

³⁴⁷ Ibid., p. 167.

³⁴⁸ EDMAR e mais dez fogem da Colônia Penal após esfaquearem sentinela. *Tribuna do Norte*. Natal, 20 dez., 1974, p. 8.

³⁴⁹ ARTE pode ser caminho para a recuperação dos detentos. *Tribuna do Norte*. 23 mar., 1972.

³⁵⁰ Erving Goffman comenta várias formas de evasão realizadas no âmbito de instituições totais, muitas vezes incentivada pela equipe dirigente. Goffman. Op. Cit., p. 250-260.

³⁵¹ GOFFMAN. Op. Cit., p. 250.

cinquenta por cento dos livros acessados livremente na biblioteca pertenciam ao gênero Romance Brasileiro, sendo que a biblioteca dispunha de livros pertencentes a vários outros gêneros: Obras Gerais, Estudo e Ensino da Língua, Matemática, Ciências Aplicadas, Literatura Brasileira, Poesias Brasileiras, Geografia do Amazonas. Já no mês de abril, a maior parte dos livros consultados era de Matemática (30%), seguida por Estudo e Ensino da Língua (20%)³⁵², o que sugere um suposto empenho no aprofundamento dos estudos iniciados em sala de aula.

Em entrevista³⁵³ feita pelo repórter Natanael Virgínio aos presos que expunham seus objetos artísticos na Biblioteca Pública da Fundação José Augusto, um deles, Ivan Barros de Lima, expressa a perspectiva da evasão, ao falar sobre sua experiência com a prisão. Ivan informa que passava a maior parte do tempo na Colônia Penal envolvido na confecção de talhas ou em leituras, fazendo questão de citar *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint Exupéry como um dos livros que teria lido, acrescentando: “Gosto muito de arte”.

O fato de o ajustamento de Ivan Lima ter se dado de modo a favorecer à “ordem” prevista passou a interessar ao jornal *Tribuna do Norte*. Tanto que, na exposição de talhas ocorrida em outubro de 1974, dois anos após a primeira exposição de “arte popular”, em meio aos comentários sobre os “novos talentos artísticos”, o jornal menciona o então ex-presos, que já havia cumprido sua pena e trabalhava naquele momento com exposições de arte no Rio de Janeiro³⁵⁴.

A participação nessas atividades de reintegração, no entanto, não livrava o preso de seu estigma, que era o crime pelo qual cumpria pena. Em geral, as reportagens sobre presos destacavam os crimes que haviam praticado. Mesmo diante de um ajustamento às regras da prisão, ao ponto de o preso tornar-se, diante da instituição, merecedor de uma atividade externa, este teria o(s) crime(s) de sua ficha divulgado(s) nas mesmas notícias que convidavam a população a comparecer às exposições. Tais notícias mediavam simbolicamente a relação entre os presos e a sociedade extramuros,

³⁵² RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS. Biblioteca Câmara Cascudo. Colônia Penal “Dr. João Chaves”. Of. 015/73. 02 maio, 1973. Do auxiliar de biblioteca, Francisco Ferreira Nunes ao diretor do Departamento de Estabelecimentos Penais, Dr. José Euber Pereira Soares. Relatório em anexo.

³⁵³ ARTE pode ser caminho para a recuperação dos detentos. *Tribuna do Norte*. 23 mar., 1972.

³⁵⁴ A ARTE na Colônia Penal. *Tribuna do Norte*. Natal, 13 out., 1974.

funcionando como uma janela através da qual os leitores observavam a prisão e seus detentos.

Como vemos, embora distanciada do centro de poder da cidade de Natal, a Colônia Penal mantinha com ela laços que se configuravam a partir de relações sociais previstas em seu planejamento. Um movimento frequente eram as saídas de detentos da Colônia Penal “Doutor João Chaves”, previstas formalmente pela instituição, e para as quais os próprios presos faziam solicitações a juízes. Havia ordenamentos jurídicos de alcance nacional por meio dos quais os juízes do estado permitiam a saída de detentos para visita às suas famílias ou ainda atendimento jurídico ou de saúde, que variavam, no caso da Colônia Penal, de uma vez por semana a uma vez por mês para cada preso que conseguia o direito³⁵⁵. A condição imposta ao preso era a escolta de um guarda durante todo o percurso e estada no lugar de destino, além do uso do uniforme azul que caracterizava os presos da Colônia Penal. Assim, os presos que então viviam na prisão do “outro lado” do rio Potengi cruzavam a ponte, voltando à área central da cidade, a seus bairros de origem e a instituições, como o Hospital das Clínicas³⁵⁶ e instituições policiais como a Polinter³⁵⁷.

Embora as “saídas de rua” fossem previstas pela administração da Penitenciária, os usos que se faziam delas nem sempre correspondiam a seu estatuto formal. Segundo Erving Goffman, “em todo estabelecimento social os participantes utilizam os artefatos disponíveis de uma maneira e para um fim que não são oficialmente destinados, e assim modificam as condições de vida programadas para eles”³⁵⁸. Essa ressignificação dos artefatos por parte dos presos poderia dar-se em relação a objetos, como os instrumentos de trabalho, por vezes utilizados para tentativas de lesão corporal³⁵⁹ ou suicídio³⁶⁰, e

³⁵⁵ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS. Colônia Penal “Dr. João Chaves”. Correspondência do diretor José Euber Pereira Soares para o juiz da 4ª Vara Criminal de Natal, Dr. Geraldo Lago de Oliveira. Ofício nº 132/74. Natal, 14 mar., 1974.

³⁵⁶ FALSÁRIO sai da Colônia sem permissão e empreende fuga com ajuda de comparsa. *Tribuna do Norte*. Natal, 3 go., 1974.

³⁵⁷ Segundo o jornal *Tribuna do Norte*, Armênio Soares Tomé, um preso de origem portuguesa, saía escoltado semanalmente para tratar com o coronel Bento Medeiros, chefe da Polinter, sobre sua situação no Brasil. FALSÁRIO português que aguardava expulsão do país fugiu da Colônia. *Tribuna do Norte*. Natal, 12 set., 1974, p. 8.

³⁵⁸ GOFFMAN. Op. Cit., p. 173-174.

³⁵⁹ PRESIDÁRIO cortou inimigo com formão dentro da penitenciária. *Tribuna do Norte*. Natal, 17 jan., 1975, p. 8.

³⁶⁰ CRIMINOSO com duas mortes tenta suicídio na Colônia. *Tribuna do Norte*. Natal, 13 jan., 1972, p. 8.

ainda a talheres, que facilmente se tornavam armas de crimes fatais³⁶¹; mas também se dava em relação a direitos, como o de saída. Os redatores dos jornais – sobretudo a *Tribuna do Norte*, que naquele momento fazia oposição política ao governador em exercício, Cortez Pereira de Araújo – costumavam noticiar preferencialmente as saídas que resultavam em fuga ou tentativa de fuga por parte dos apenados. Uma das primeiras notícias de tentativa de fuga divulgadas após a transferência dos presos da Casa de Detenção para a Colônia Penal, intitulada “‘Guabiraba’ não fugiu: tentou, mas sem êxito”, destaca:

O marginal Francisco Alves da Silva, cuja profissão é a de arrombador atualmente recolhido à “Colônia Penal Dr. João Chaves”, não fugiu, como divulgou um matutino da cidade, embora tenha tentado a fuga quando conseguiu licença na colônia para visitar sua mãe³⁶².

Supostamente acreditando em um descuido do guarda de escolta, “Guabiraba” teria tentado pular o muro da casa, o que foi impedido pelo guarda, sob ameaças de morte. A notícia destaca ainda a passagem dos dois pelo Hospital das Clínicas (localizado no bairro de Petrópolis), devido a um “enjôo estomacal” de “Guabiraba”.

Há muitos casos semelhantes entre os anos de 1970 e 1975. Em 1971, o jornal divulga a fuga do preso Severino Fernandes de Lima, que, com autorização judicial, teria saído da Colônia Penal para casar-se, aproveitando a oportunidade para fugir³⁶³. O jornal comenta, em 1972, a fuga do preso de alcunha “Zé Crente”, autorizado a visitar seus familiares no bairro do Alecrim. Segundo o jornal, “Zé Crente” teria efetivamente aproveitado o movimento da feira livre para “desaparecer da vista do soldado que o escoltava”³⁶⁴. Em 1974, o preso Abel Vieira Batista, que havia conseguido autorização para trabalhar na granja de Ary Correia da Silva, próxima à Colônia Penal, também aproveitaria uma das saídas para empreender fuga³⁶⁵.

³⁶¹ LATROCIDA vai a Juri por assassinar colega de cela. *Tribuna do Norte*. Natal, 20 jul., 1972, p. 7.

³⁶² “GUABIRABA” não fugiu: tentou, mas sem êxito. *Tribuna do Norte*. Natal, 25 out., 1970, p. 6.

³⁶³ DETENTO pediu licença para casar e findou indo embora. *Tribuna do Norte*. Natal, 4 fev., 1971, p.7.

³⁶⁴ FUGIU da Colônia o criminoso condenado pelo júri de Caicó. *Tribuna do Norte*. Natal, 14 mar., 1972, p. 8.

³⁶⁵ CONTINUA foragido o puxador de carro Abel que fugiu da Colônia. *Tribuna do Norte*. Natal, 13 dez., 1974, p. 8.

As notícias de fugas e tentativas de fuga, em geral trazem nome, sobrenome e alcunha dos acusados, além de destacarem os crimes pelos quais cumpriam pena, sob qualificações degradantes, como “marginal”. Acima de tudo, essas notícias relatam o retorno dos presos como elementos indesejados para o lado direito do rio Potengi, seu fluxo e interferência direta sobre a região da cidade da qual muitos haviam saído. Com seu tom jocoso e que explicita a oposição ao direito de saída dos presos, essas notícias pareciam mostrar ao leitor que o efeito do distanciamento da prisão não era efetivamente sentido, já que elementos da “humanização” da pena de prisão, como as “saídas de rua”, que criavam movimentos rotineiros de apenados para fora da prisão, entravam em choque com a sensação de segurança dos cidadãos.

Nesse sentido, o jornal *Tribuna do Norte* tece um elogio à “antiga” Casa de Detenção. Para o redator anônimo, apesar das condições consideradas inadequadas em que viviam os detentos, a Casa de Detenção não permitia a mesma mobilidade característica da Colônia Penal³⁶⁶. A mesma reportagem qualifica a Colônia Penal como um “paraíso”. Não se tratava de ironia. A Colônia Penal era vista como uma instituição que concedia “privilégios” e “regalias” a seus internados – como “shows de cantores nacionais, televisão, alimentação franca, mecanização de uma cozinha sofisticada, assistência médica, jurídica e social”, “privilégios” que, para o repórter, não permitiam compreender o número de fugas que os presos efetuavam, buscando sair daquele “paraíso”.

A metáfora do “paraíso” buscava apagar a memória da decadência material e moral do presídio anterior, a Casa de Detenção, fazia esquecer as denúncias que o próprio jornal fazia à sua corporação de guarda, acusada de facilitar fugas e fornecer bebida e maconha aos presos. Essa metáfora apagava também o caráter violento que o jornal muito frequentemente atribuía aos policiais em serviço na Colônia Penal, com denúncias frequentes de tortura³⁶⁷, maus tratos e espancamentos³⁶⁸ dentro da Penitenciária, como também fora de seus muros. Numa dessas notícias, um ex-presos de nome Danilo Antonio de Souza Santos revela que foi levado à praia da Redinha por

³⁶⁶ FUGAS na Colônia: Três ainda estão foragidos e a polícia ainda não tem pistas. *Tribuna do Norte*. Natal, 20 out., 1974, p. 8.

³⁶⁷ *Tribuna do Norte*. Natal, 16 jul., 1971, p. 8.

³⁶⁸ ESTELIONATÁRIO denuncia ante juiz espancamentos que sofreu na prisão. *Tribuna do Norte*. Natal, 16 jul., 1971, p. 8.

policias da Colônia Penal, onde foi espancado até desmaiar³⁶⁹, além de ter ficado por vários dias numa cela de isolamento, ironicamente alcunhada “lua”. Sobre a Colônia Penal, afirma: “A Colonia Penal “João Chaves” é um lugar onde os presos são espancados e sofrem sevícias, de todas as espécies”³⁷⁰.

Durante um período de pouco mais de três meses, no ano de 1974, os presos da Colônia Penal passaram a ter permissão para sair sem escolta, sob autorização da Justiça. Segundo o diretor geral do DEPE em 1974, José Euber Pereira Soares, havia dois soldados empregados em serviço de escolta³⁷¹, número que considerava insuficiente para atender à demanda de “saídas de rua” permitidas pelos juízes. Com base nesse argumento, o diretor geral solicitou autorização de vários juízes do estado para saída dos presos sem escolta³⁷². Rapidamente, alguns presos que adquiriram esse direito utilizaram-se dele para empreender fugas. Essa permissão judicial foi suspensa poucos meses depois pelo juiz Geraldo Lago de Oliveira, da 4ª Vara Criminal de Natal³⁷³, o que não impediu que os presos continuassem saindo sem escolta, havendo posteriormente nova proibição³⁷⁴.

Como podemos observar, as relações entre Colônia Penal e espaço externo, envolvendo a cidade, não se limitavam às regras instituídas previamente, mas também se davam também por meio das relações de poder e negociações não previstas, desenvolvidas informalmente dentro do espaço prisional, embora não restritas a ele. Essas relações, que ultrapassavam os muros da prisão, caracterizavam-se pela ruptura com a ordem estabelecida oficialmente pela equipe dirigente. Por meio de diferentes formas de *ajustamentos secundários*, buscando “fins não autorizados” como forma de burlar o encarceramento, os presos tornavam-se agentes na intensificação da interação entre as duas partes da cidade separadas pelo rio Potengi.

³⁶⁹ EX-DETENTO denuncia espancamentos no CP. *Tribuna do Norte*. Natal, 9 out., 1974, p. 3.

³⁷⁰ *Idem*.

³⁷¹ RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para Dr. Raimundo Jovino de Oliveira, juiz da comarca de São Paulo do Potengi. Of., 138/74. Natal, 15 mar., 1974.

³⁷² O pedido é feito a juízes de vários municípios do estado. A referência a seguir constitui um dos exemplos de solicitações: RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para Dr. Raimundo Jovino de Oliveira, juiz da comarca de São Paulo do Potengi. Of., 138/74. Natal, 15 mar., 1974.

³⁷³ JUIZ proíbe saídas da Colônia e outros dois conseguem fugir. *Tribuna do Norte*. Natal, 12 jul., 1970, p. 8.

³⁷⁴ PROMOTOR impede saída dos presos sem escolta. *Tribuna do Norte*. Natal, 9 out., 1974, p. 3.

A Colônia Penal Doutor João Chaves emerge nas notícias como uma instituição cuja informalidade da relação entre presos e guardas ultrapassava seus muros com grande frequência. O *mundo dos apenados* se esboça no jornal não como um “mundo fechado”³⁷⁵, pretendido por vários segmentos sociais durante a construção da Colônia Penal, mas como um espaço de ampla circulação por parte dos apenados entre o *dentro* e o *fora*. Segundo notícias do jornal *Tribuna do Norte*, relativas a fatos ocorridos durante toda a primeira metade da década de 1970, além das “saídas de rua” autorizadas pela Justiça, existia um sistema extraoficial de saídas apoiado na relação de confiança entre guardas e apenados, que, além de favorecer a circulação de presos por Igapó e pelo o restante da cidade, terminava por aumentar o número de fugas. No ano de 1974, por exemplo, o jornal relata a ocorrência de mais de 40 fugas³⁷⁶, muitas das quais improvisadas em oportunidades criadas pelos presos durante as saídas sem escolta. As fugas foram contabilizadas através de notícias do jornal *Tribuna do Norte*. O jornal contabiliza mais de 30 fugas durante o ano de 1974, somadas às onze fugas relatadas em outra matéria³⁷⁷. Dessa forma, as relações informais que se configuravam dentro da prisão criavam fluxos de pessoas em Igapó ainda não existentes antes do funcionamento da Colônia Penal “Doutor João Chaves”.

Igapó, que, na década de 1950, era uma área de Natal quase invisível para a cidade, se considerarmos a baixa circulação de notícias, passa a figurar regularmente nos jornais, mas sempre nas páginas policiais. As poucas exceções eram reportagens que abordavam a pobreza da população do lugar, a carência de serviços públicos, o não cumprimento de promessas de “progresso” dadas por governantes à população do distrito. Aquela “vila”, que nos 1950 era descrita como pacata e “simples”, marcada pela paisagem rural, passava a ser associada ao crime, à presença de uma instituição violenta, à liberdade de circulação dos presos.

Goffman afirma que no seio das limitações da “vida autorizada” de uma instituição total surge a “vida íntima” dos apenados, com seus *ajustamentos secundários*, sua “utilização do sistema” de encarceramento para fins não

³⁷⁵ PERROT. Op. Cit., p. 275.

³⁷⁶ “EDMAR e mais dez fogem da Colônia Penal após esfaquearem sentinela. *Tribuna do Norte*. Natal, 20 dez., 1974, p. 8”, resultam num total de mais de quarenta fugas naquele ano.

³⁷⁷ TRÊS ainda estão foragidos e a Polícia ainda não tem pistas. *Tribuna do Norte*. Natal, 20 out., 1974, p. 8.

autorizados³⁷⁸. Para Goffman, “em todos os estabelecimentos sociais se desenvolvem elos de solidariedade entre grupos de participantes”³⁷⁹.

Ora, um dos meios mais utilizados pelos presos da Colônia Penal aqui analisada para romper a ordem do encarceramento era o desenvolvimento de relações de confiança dentro da prisão, entre detentos, mas especialmente entre detentos e guardas. A convivência diária entre esses sujeitos criava, em muitos casos, laços de amizade e de parceria pelos quais, em alguns momentos, ambos se uniam na pretensão de obter vantagens não previstas pela ordem instituída. Trocas de favores e de confidências caracterizavam essas relações. Entre 1970 e 1975, são inúmeros os casos publicados pelo jornal *Tribuna do Norte* que revelam a cooperação mútua entre agentes da guarda e presos, sendo que raramente é possível perceber as compensações em jogo nessas negociações entre grupos distintos.

O caso de um policial acusado de tentar assassinar o diretor da Colônia Penal em 1971 parece ter se dado dentro dessas relações de confiança. Segundo o jornal *Tribuna do Norte*, com base na denúncia apresentada pelo promotor Otacílio Pessoa da Cunha Lima, o sargento Francisco Canindé da Silva ameaçou com um revólver o diretor da Colônia Penal, Juvenal Andreino de Souza, em seu próprio gabinete, como ato de vingança por ter sido destituído da função que exercia, de chefe do rancho da Penitenciária. Dias antes da ocorrência, o policial teria comunicado a alguns detentos sobre seus planos de assassinar o diretor Juvenal Andreino de Souza, sem que esses fizessem denúncia à administração³⁸⁰.

Outras associações ilícitas entre o policial e detentos foram destacadas pelo jornal. O sargento Francisco Silva era também acusado de roubo de ferros dos muros da Colônia Penal, o que possivelmente teria sido o fundamento para a demissão. O sargento teria cúmplices entre os detentos, tanto para a extração dos ferros quanto para sua comercialização, como matéria-prima para a fabricação de cadeiras no “setor industrial” da penitenciária³⁸¹. O assassinato não teria se consumado devido à intervenção do detento Peres Alves dos Santos, que o teria impedido.

³⁷⁸ GOFFMAN. Op. Cit., p. 173.

³⁷⁹ Ibid., p. 226.

³⁸⁰ SARGENTO descontente com demissão quis matar Diretor da Colônia Penal. *Tribuna do Norte*. 2 set., 1971, p. 8.

³⁸¹ SARGENTO tentou matar o diretor da Colônia Penal. *Tribuna do Norte*. Natal, 25 set., 1971, p. 8.

Como já foi dito, as relações entre guardas e detentos se construía em diversas formas. Muitos presos se ajustavam à ordem instituída, não participando das relações ilícitas. Assim, a polícia contou com depoimentos de detentos contra o sargento, sendo, um deles, o futuro auxiliar de biblioteca da Penitenciária, Francisco Ferreira Nunes³⁸².

Por meio das confidências e negociações entre policial e presos que envolviam os usos da instituição, podemos mensurar as relações de confiança que podiam se desenvolver entre esses sujeitos, e conhecer exemplos de como alguns presos e também agentes da equipe dirigente, como o policial, lidavam com o caráter que a instituição formalmente esperava deles enquanto indivíduos. As relações (não previstas pela instituição) que os presos estabeleciam com os guardas permeavam não apenas as conversas cotidianas, mas também a prática do trabalho, na aquisição de matéria-prima para a fabricação de objetos destinados à comercialização.

Quando descobertos, fatos como esse alteravam os fluxos de pessoas que se dirigiam à Colônia Penal. Repórteres se deslocavam de automóvel a Igapó para obter informações para matérias; advogados de presos e promotores também cruzavam a estrada de terra em direção à Colônia Penal, buscando resolver os casos. A Colônia Penal movimentava o ambiente rural que a cercava.

Por vezes, as matérias não deixam claras as compensações que cada sujeito desfrutava nas relações informais. Lourival Batista havia fugido da Colônia Penal, e resolvendo entregar-se à polícia, em vez de apresentar-se na delegacia, prefere comparecer à Colônia Penal, “por encontrar mais receptividade dos policiais” na instituição do que nas delegacias, segundo depoimento dado ao jornal³⁸³. Embora não seja possível supor como funcionava a relação entre Lourival Batista e os policiais da Colônia Penal, fica claro que relações de confiança se desenvolviam no âmbito da Penitenciária entre detentos e guardas.

Como interessava ao jornal *Tribuna do Norte* denunciar as saídas de presos da Colônia Penal, criticando indiretamente o governo estadual, as recompensas concedidas aos presos dentro das relações de confiança que figuram nas páginas do jornal são, em

³⁸² SARGENTO descontente com demissão quis matar Diretor da Colônia Penal. *Tribuna do Norte*. 2 set., 1971, p. 8.

³⁸³ MATADOR de bombeiro se entrega na Colônia e presta depoimento. *Tribuna do Norte*. Natal, 16 jan., 1974, p. 8.

grande parte, permissões de liberdade de circulação pela cidade, muitas vezes sem a exigência de uso do uniforme prisional. Em uma das reportagens, o diretor da Penitenciária, Juvenal Andreino de Souza, afirma que os presos “às vezes, são levados a ‘gratificarem’ os soldados com pagamentos em dinheiro, para que o policial saia com êle, e tenha folga no dia seguinte”³⁸⁴. Os privilégios de circulação externa davam-se independentemente do tipo de crime do qual o preso era acusado. Podemos perceber que presos acusados de roubos³⁸⁵, assassinatos³⁸⁶, e reincidência em fugas da própria Colônia Penal³⁸⁷ recebiam extraoficialmente o privilégio de saída.

Vários casos demonstram essas saídas, em situações descritas muitas vezes de maneira burlesca nas reportagens. Presos eram vistos em bairros do lado oposto do rio, como Alecrim, Ribeira, Cidade da Esperança, assistindo a missas³⁸⁸, passeando pelo comércio³⁸⁹, indo a cabarés³⁹⁰. O jornal *Tribuna do Norte* afirma: “Não se conta as vezes que detentos fugiram por saírem com assiduidade”³⁹¹. O preso Francisco Adolfo das Chagas, de alcunha “Fininho”, teria uma fuga registrada pela administração, quando, depois de recapturado, apresentara o comportamento esperado pela administração da Colônia Penal, ajustando-se à ordem instituída através do trabalho. De posse da confiança dos guardas, “Fininho” consegue permissão para buscar água nos arredores da Penitenciária, aproveitando a permissão para fugir. O jornal destaca em tom jocoso: “Fininho” saiu de fininho³⁹².

Caso semelhante é o do preso José Romão Mendes, que, em março de 1971, ainda nos primeiros meses de funcionamento da Colônia Penal, pede ao sargento de polícia Pedro Melquíades de Andrade a permissão para vender artigos de sua fabricação

³⁸⁴ ADVOGADA queria que os detentos “Bons” passassem o Ano Novo com os familiares. *Tribuna do Norte*. Natal, 30 dez., 1971, p. 7.

³⁸⁵ CONTINUA foragido o puxador de carro Abel que fugiu da Colônia. *Tribuna do Norte*. Natal, 13 dez., 1974, p. 8.

³⁸⁶ MOTORISTA foi recolhido de novo à Colônia. *Tribuna do Norte*. Natal, 12 mar., 1972, p. 7.

³⁸⁷ CONTINUA foragido o puxador de carro Abel que fugiu da Colônia. *Tribuna do Norte*. Natal, 13 dez., 1974, p. 8.

³⁸⁸ VIÚVA denuncia ao Juiz regalias que matadores do marido têm na Colônia. *Tribuna do Norte*. Natal, 12 abr., 1972, p. 8.

³⁸⁹ DA DELEGACIA para o presidio comerciante que atirou no cabo. *Tribuna do Norte*. Natal, 10 mar., 1972, p. 8.

³⁹⁰ AUTORIDADES não acreditam no rapto de Joca de Cininha. *Tribuna do Norte*. Natal, 17 jul., 1974, p. 8.

³⁹¹ DETENTOS querem sair com mais frequência da Colônia. *Tribuna do Norte*. Natal, 24 nov., 1971, p. 8.

³⁹² DETENTO foge da Colônia Penal pela segunda vez. *Tribuna do Norte*. Natal, 25 fev., 1972, p. 7.

fora da Penitenciária³⁹³. José Romão Mendes cruza o portão principal, passando pelo soldado Francisco Canindé da Silva, que havia recebido ordens do sargento para permitir a saída do preso. José Mendes está sem o uniforme da instituição. Após cruzar o portão, “desaparece” portando seus artigos de madeira³⁹⁴. No mês seguinte, o jornal *Tribuna do Norte* dá destaque ao depoimento prestado pelo sargento Pedro Melquíades de Andrade ao juiz Cícero Alves de Souza. O sargento revela à equipe de reportagem que “somente deixou o assassino ausentar-se por ter inteira confiança nêle”, confessando ainda que “outros detentos da Colônia Penal têm idênticas regalias”³⁹⁵.

Havia presos que recebiam não apenas permissão de saída, mas funções de confiança, como o motorista Ivanaldo Pereira da Silva³⁹⁶. O motorista encontrava-se na condição de detido, enquanto aguardava julgamento por acusação de assassinato de sua amante. Apesar de detido, Ivanaldo Silva costumava dirigir o veículo oficial da Colônia Penal, segundo o jornal *Tribuna do Norte*, sendo visto por populares nos bairros do Alecrim e Ribeira “conversando animadamente com colegas [funcionários] da Secretaria de Estado do Interior e Segurança”³⁹⁷, inclusive na função de conduzir outros presos para interrogatórios judiciais. A posição de Ivanaldo Silva se confunde entre objeto de punição e agente de imposição de ordem do Estado.

A partir dos casos retratados acima, e de muitos outros semelhantes, é possível perceber que os acordos extraoficiais entre guardas e presos eram base para a produção de deslocamentos de pessoas que pareciam ser frequentes, e que davam vida àquele espaço antes marcado pela baixa mobilidade humana.

O fato de presos saírem para vender artigos artesanais ou fazer pequenos trabalhos nas proximidades da Penitenciária faz supor que nos primeiros anos de funcionamento da Colônia Penal já havia se formado uma pequena aglomeração de moradias em seus arredores, até onde o preso caminhava; ou ainda, que as caminhadas eram mais extensas, prolongando-se até Igapó ou Redinha. Já nos primeiros anos de funcionamento, uma matéria fornece indícios do surgimento de comércio nas proximidades da Colônia Penal, quando informava que o preso “Corte D’água” pedia

³⁹³ FACILITOU fuga; foi denunciado. *Tribuna do Norte*. Natal, 17 mar., 1971, p. 8.

³⁹⁴ *Ibid.*, p. 8.

³⁹⁵ SARGENTO confirma ter facilitado fuga da CP. *Tribuna do Norte*. Natal, 25 ago., 1971, p. 6.

³⁹⁶ MOTORISTA foi recolhido de novo à Colônia. *Tribuna do Norte*. Natal, 12 mar., 1972, p. 7.

³⁹⁷ *Ibid.*, p. 7.

para comprar cigarros³⁹⁸. A Colônia Penal parece ter sido um elemento acelerador não apenas da chegada de infraestrutura, como a iluminação, em 1968, e a linha de ônibus, em 1974, mas também de ocupação por moradia informal daquela região.

Sabemos, conforme afirma Josélia Silva, que a política habitacional que inicia a implantação de conjuntos habitacionais na Zona Norte de Natal foi orientada pelas demandas prévias do distrito industrial que seria implantado nessa região, na década de 1980. Entretanto, é possível que a presença da Colônia Penal tenha orientado, em parte, a ocupação do território da Zona Norte por parte de conjuntos habitacionais, já que Potengi e Panorama I³⁹⁹, dois dos três primeiros conjuntos habitacionais da região, fundados em 1977, foram edificados em área contígua à Colônia Penal, separada apenas pela Estrada da Redinha. Esses conjuntos habitacionais foram financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação para famílias de baixa renda (1 a 5 salários mínimos mensais), enquanto os conjuntos que surgiam na então Zona Sul de Natal eram vendidos para famílias de renda mais elevada (6 a 12 salários mínimos mensais)⁴⁰⁰. Como vemos, essas famílias cujo destino era traçado com base em sua renda também eram distanciadas para o “outro lado”.

O distanciamento geográfico dos presos e a velada promessa do controle e da disciplina parecem não ter estabelecido a esperada cisão entre cidade e seus apenados. Diante dessas relações que ultrapassam os muros da prisão, rompendo com a ordem estabelecida oficialmente, a ideia de *mundo murado*⁴⁰¹, ou ainda *instituição total*, onde os indivíduos internados possuem uma vida fechada e formalmente administrada⁴⁰², parece não se aplicar à Colônia Penal como um todo, no período estudado, sendo mais próxima a ideia de um mundo poroso, aparentemente isolado por seus muros, mas interligado à cidade por meio de relações sociais. Apesar de a Colônia Penal “Doutor João Chaves” ser uma prisão de arquitetura tradicional, com seus muros e grades, sua rotina diária, expressa em relatos produzidos na época, permite-nos entender que a reclusão dos apenados não era absoluta entre seus muros. Assim, o *mundo* de muitos apenados estava em frequente interação com a vida extramuros.

³⁹⁸ “CORTE D’água” fugiu da Colônia. *Tribuna do Norte*. Natal, 9 maio, 1972, p. 8.

³⁹⁹ Segundo Alessandro Silva, os três primeiros conjuntos habitacionais implantados na Zona Norte foram Igapó, Potengi e Panorama, todos edificados no ano de 1977. SILVA, Alessandro. Op. Cit., p. 112.

⁴⁰⁰ ARAÚJO. Op. Cit., p. 27.

⁴⁰¹ PEDROSO. Op. Cit.

⁴⁰² GOFFMAN. Op. Cit., p. 148.

Se, por um lado, as expectativas dos planejadores da nova penitenciária se centravam no disciplinamento dos apenados e da cidade – buscando isolar no “outro lado” seus “marginais” –, por outro, as relações interpessoais desenvolvidas pelos presos durante os primeiros anos de funcionamento da Penitenciária, em associação ou não com funcionários internos, mostram que a Colônia Penal “Doutor João Chaves” não realizava, da forma como era prevista, a tecnologia de poder pretendida sob os termos da “regeneração” e “reabilitação”. Tampouco concretizava o isolamento de muitos de seus apenados no distrito de Igapó.

Considerações finais

Como pudemos observar, afastar a prisão em relação ao espaço urbano de Natal foi uma demanda que ocupou autoridades do governo de diferentes momentos históricos vividos na capital durante parte do século XX. O afastamento da prisão em relação ao espaço urbano de Natal envolve uma série de fatores que definem que o lugar do preso deve ser fora da cidade.

O discurso de “regeneração” dos apenados serviu durante grande parte do século XX em Natal para justificar esse distanciamento. Era preciso reabilitar, regenerar e fazer nascerem novos homens por meio da prática do trabalho; tudo isso fora do espaço urbano, e, sobretudo, dos espaços mais socialmente privilegiados da cidade. Higienizar o espaço urbano, afastar o “outro”, deslocar os grupos marginalizados para locais segregados e de difícil acesso fazia parte das ações do Estado, a título de promover a reinserção social do preso. Desse modo, afastar sob o argumento de reinserir socialmente é o paradoxo da prisão novecentista que Natal reproduziu a seu modo.

Foi possível perceber que, assim como em outras prisões brasileiras, a reativação periódica do discurso de “regeneração” servia à propaganda política de várias autoridades públicas que buscavam representar a “modernidade” de suas administrações através do uso da crença na eficácia do poder regenerador da prisão. A prisão em Natal pôde ser vista como observatório da relação entre política e imprensa na cidade; como lugar onde se expressava a política de segurança nacional, ou também a difusão ideológica de um regime político. Porém, a ideia da prisão como elemento de exposição de governos costumava ser ativada apenas nos momentos marcados pela expectativa, e não quando o cotidiano prisional se desenrolava, com seus conflitos e contradições em relação ao plano que era exposto previamente.

Tudo isso corrobora de alguma forma a ideia de que a prisão não é um mundo vedado ao que se encontra fora de seus muros, mas que interage com esse mundo externo, sofrendo interferências diretas tanto da vida política quanto das ações urbanísticas promovidas com base nas diferentes identidades espaciais presentes do território formal da cidade. Se pensarmos na interação com a cidade, apesar de afastada, a prisão não perde seu caráter de espaço que interage através dos sujeitos ligados a ela. Sofre

interferências, mas também interfere sobre o espaço urbano: cria necessidade de uma infraestrutura antes não existente; age sobre o imaginário a respeito da identidade de locais na cidade.

Apesar das rupturas que ocorrem no que diz respeito à arquitetura prisional e à prática do trabalho, a história da prisão em Natal durante o recorte estudado parece ser marcada por continuidades. Continuidades no discurso da prisão que regenera; na expectativa pelo distanciamento em relação ao espaço urbano; na precariedade das condições em que viviam os presos, na violência que marcava o ambiente prisional; no uso do trabalho como prêmio por bom comportamento para uma minoria de apenados; na rapidez com que o cotidiano da prisão se distancia das utopias propagandeadas em sua inauguração. Um exemplo deste último aspecto é expresso na denominação que marcaria posteriormente a memória da Colônia Penal “Doutor João Chaves”. Em menos de dez anos de funcionamento, a prisão chamada em sua inauguração de “penitenciária modelo” recebe a tradicional alcunha dada a muitas penitenciárias brasileiras do século XX: “Caldeirão do Diabo”.

Muitos olhares e perspectivas podem ainda ser lançados sobre a história da prisão em Natal. Muito precisa ser ainda discutido sobre suas relações com o espaço urbano, com o cotidiano da cidade, com a imprensa e a política. Mas, sobretudo, é preciso investigar a prisão a partir da perspectiva do próprio preso, o que poderá revelar novos caminhos para a pesquisa sobre a prisão na cidade de Natal.

Mesmo diante das limitações, nossa pesquisa tenta levantar uma reflexão sobre nossa proximidade, mesmo inconsciente, com os apenados. A prisão exclui⁴⁰³, estigmatiza, mas mantém o preso por perto, devolve-o ao cotidiano da cidade, se não por meio de fugas ou por saídas com base em acordos pessoais, mas no regime semiaberto, e também ao final das penas cumpridas, seja em estabelecimentos penais situados fora ou dentro da cidade. Ou seja, por mais que fechemos os olhos para esse mundo que parece isolado, ele permanece em interação com o mundo que pretendemos como nosso. A prisão é um tema que deve interessar a quem está fora das grades.

⁴⁰³ PERROT. Op. Cit., p. 236.

Fontes:

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da Setima Legislatura em 1º de Novembro de 1911 pelo governador Alberto Maranhão. Natal: Typ. D'A Republica, 1911.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da nona legislatura em 1º de Novembro de 1917 pelo Governador Desembargador Joaquim Ferreira Chaves. Natal: Typ. d'A Republica, 1917.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da undecima legislatura em 1º de Novembro de 1921 pelo governador Antonio J. de Mello e Souza. Natal: Typ. Commercial J. Pinto, 1921.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Segunda Sessão da 12ª legislatura em 1º de Outubro de 1927 pelo Presidente José Augusto Bezerra de Medeiros. [...] 1927.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada pelo exmo. Dr. Juvenal Lamartine de Faria, Presidente do Estado do Rio Grande do Norte á Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da 3ª Sessão da 13ª Legislatura em 1º de outubro de 1929.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada pelo exmo. Dr. Juvenal Lamartine de Faria, Presidente do Estado do Rio Grande do Norte á Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da 1ª Sessão da 14ª Legislatura. Natal, Imprensa Official, 1930.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada pelo Governador Raphael Fernandes Gurjão a Assembleia Legislativa do Estado, em 1º de Setembro de 1936. Natal: Imprensa Official, 1936.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório* apresentado ao Exmo. Presidente da República, Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal do Rio Grande do Norte, Dr. Rafael Fernandes Gurjão. Natal, 1940.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* do Governador Silvio Piza Pedroza á Assembleia Legislativa, apresentada na sessão ordinaria de 1951. Natal, 1951.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada a Assembleia Legislativa de 1952 pelo Dr. Sylvio Piza Pedroza, Governador do Estado. Natal, 1952.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada a Assembleia Legislativa Estadual, na abertura dos seus trabalhos do ano de 1953 pelo Dr. Sylvio Piza Pedroza, Governador do Estado. Natal, 1953.

RIO GRANDE DO NORTE, 1951-1955. *Introdução da Mensagem* apresentada à Assembleia Legislativa Estadual, na abertura dos seus trabalhos do ano de 1955 pelo Governador Sylvio Piza Pedroza. Natal, 1955.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada pelo Governador Dinarte de Medeiros Mariz á Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, em 1º de junho de 1960. Natal, 1960.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem Anual* lida perante a Assembleia Legislativa a 1º de junho de 1963 pelo Governador Aluízio Alves. Natal, 1963.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador Monsenhor Walfredo Gurgel em 01 de maio de 1968. Natal, 1968.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem* apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador Monsenhor Walfredo Gurgel em 01 de maio de 1969. Natal, 1969.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem Governamental* apresentada na Assembleia Legislativa do R. G do Norte pelo Governador José Cortez pereira em 31 de março de 1971. Natal, 1971.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem Governamental* apresentada na Assembleia Legislativa do R. G do Norte pelo Governador José Cortez pereira em 01 de março de 1972. Natal, 1972.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem Governamental* apresentada na Assembleia Legislativa do R. G do Norte pelo Governador José Cortez pereira em 01 de março de 1973. Natal, 1973.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem Governamental* apresentada na Assembleia Legislativa do R. G do Norte pelo Governador José Cortez pereira em 01 de março de 1974. Natal, 1974.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem Governamental* apresentada na Assembleia Legislativa do R. G do Norte pelo Governador José Cortez pereira em 01 de março de 1975. Natal, 1975.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para Dr. Lauro Gonçalves Bezerra, do Departamento de Medicina Preventiva e Social (UFRN). Of. 121/73. Natal, 15 out., 1973.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para o Ministro da Justiça Armando Falcão. Ofício sem numeração, datado de 10 out., 1974, p. 5.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para Dr. Raimundo Jovino de Oliveira, juiz da comarca de São Paulo do Potengi. Of., 136/74. Natal, 15 mar., 1974.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para Cel. Rubens Pereira, Secretário de Interior e Justiça. Of. 007/73. Natal, 28 mar., 1973.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do Bacharel Rodolfo Pereira de Araújo. Departamento de Estabelecimentos Penais. Ofício 025/72. 21 jul., 1972.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para o Ministro da Justiça Armando Falcão. Ofício sem numeração, datado de 10 out., 1974, p. 3, 4.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para o Ministro da Justiça Armando Falcão. Ofício sem numeração, datado de 10 out., 1974, p. 2.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, Dr. Lauro Gonçalves Bezerra, do Departamento de Medicina Preventiva e Social (UFRN). Of. 121/73. Natal, 15 out., 1973.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para o Superintendente de Obras do Estado Dr. Jerildo Alexandre da Costa Lyra. Of. 052/73. Natal, 10 jul., 1973.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para o secretário de Interior e Justiça Rubens Pereira de Araújo. Of. 001/74. Natal, 10 jan., 1974.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para o secretário de Interior e Justiça Rubens Pereira de Araújo. Of. 055/73. Natal, 23 jul., 1973.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Respostas de questionário, enviadas ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação/ Conselho Nacional de Pesquisas/ Presidência da República. Ofício 19/72, de 17 de novembro de 1972.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Questionário enviado ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação/ Conselho Nacional de Pesquisas/ Presidência da República. Ofício 19/72, de 17 de novembro de 1972. Departamento de Estabelecimentos Penais.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares, para Silda Lopes, dir. Departamento Cultural do Estado. Of. 10/74. Natal, 05 set., 1974.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência de Rodolfo Pereira de Araújo ao presidente da Assembleia Legislativa, Dr. Moacir Duarte. Ofício 061/72. 22 jul., 1972.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIIS. Biblioteca Câmara Cascudo. Colônia Penal “Dr. João chaves”. **Carta** de Francisco Ferreira Nunes (interno, aux.de biblioteca) a Dr. Romero Pedro Moreira Coutinho, juiz de Direito (PB). Of. 038/73. 25 maio, 1973.

Câmara Municipal de Natal. *Projeto de Lei 251, de 20 de julho de 1947*. Natal: 1947.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Código Penal Brasileiro (1940), e lei federal nº 3.274, de 02 de outubro de 1957, art. 12.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. CAVALCANTE, Ulisses. *Secretaria de Estado da Segurança Pública*. In: ALVES, Aluízio. *Mensagem Anual*. Rio Grande do Norte. 1963, p. 152.

RIO GRANDE DO NORTE. Ofício 67/68 de 20 de janeiro de 1968. Da Superintendência de Obras do Estado para o governador Walfredo Gurgel. Relatório resumido.

RIO GRANDE DO NORTE. SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO ESTADO. Of. 67/68. Natal, 20 de janeiro de 1968.

Projeto técnico-financeiro sem anexação a ofício, sobre reformas estruturais na instituição para promoção do trabalho entre internos. 26 fev., 1973.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor

Departamento de Estabelecimentos Penais, Dr. José Euber Pereira Soares para o delegado de polícia não nomeado. Of. Circular nº 01/74. Natal, 12 jun., 1974.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Projeto técnico-financeiro sem data, nem anexação a ofício, sobre reformas estruturais na Colônia Penal “Doutor João Chaves, para promoção do trabalho entre internos.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares para o Secretário do Estado de Interior e Justiça, Coronel Rubens Pereira. Ofício nº 200/74. 22 out., 1974, p. 5.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. Departamento de Estabelecimentos Penais. Correspondência do diretor Departamento de Estabelecimentos Penais, José Euber Pereira Soares para o Secretário do Estado de Interior e Justiça, Coronel Rubens Pereira. Of. 132/73. Natal, 23 out., 1973.

RIO GRANDE DO NORTE. SECRETARIA DO ESTADO DE INTERIOR E JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE ESTABELECEMENTOS PENAIIS. Colônia Penal “Dr. João chaves”. Correspondência do diretor José Euber Pereira Soares para o juiz da 4ª Vara Criminal de Natal, Dr. Geraldo Lago de Oliveira. Ofício nº 132/74. Natal, 14 mar., 1974.

RIO GRANDE DO NORTE. GURJÃO, Rafael Fernandes. Decreto-Lei nº 67, 4 out., 1940. In: *Diário Oficial*. Natal, 05 out, 1940.

A REPUBLICA. Natal, 1911.

A REPUBLICA. Natal, 1940.

A REPUBLICA. Natal, 1972-1974.

A ORDEM. Natal, 1940.

A ORDEM. Natal, 1953.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, 1953-1955.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, 1968-1975.

DIÁRIO PERNAMBUCANO. Recife, 1968.

SILVESTRE, François. *Luz da noite ao Vento Norte*. São Paulo: Editora Critério Ltda., 1979.

SILVESTRE, François. *Rio de sangue*. Natal: Ed. Universitária, 1981.

Bibliografia

- AGUIRRE, Carlos. *Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940*. In: MAIA [et al.]. *História das prisões no Brasil*. V. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- ARAÚJO, Josélia Carvalho de. *Outra leitura do “Outro lado”*: o espaço da Zona Norte em questão. Natal, 2004, p. 39. UFRN, Dissert.
- ARRAIS, Raimundo et al. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFRN, 2008,
- ARRAIS, Raimundo. *Do alto das dunas às margens do rio: a paisagem e a literatura na cidade de Natal (1929-1970)*. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales: Barcelona, 2015. p. 3.
- ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal, RN: EDUFRN, 2008,
- BEZERRA JÚNIOR, Francisco da Rocha. *O inimigo mora ao lado?* Estudo do impacto ambiental do Complexo Penitenciário Dr. João Chaves. Natal: UFRN, 2005. Monog.
- BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Trad.: Cleide Rapucci. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BRETAS, Marcos. *O que os olhos não veem: Histórias das prisões do Rio de Janeiro*. In: MAIA [et al.]. *História das prisões no Brasil*. V. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- BRITO, João Fernando Barreto de. CONFLITOS NA COLÔNIA AGRÍCOLA DE SINUMBÚ. ANPUH, 2013. In: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364611669_ARQUIVO_JoaoFernandoartigoANPUH2013.pdf> Acesso em 10 fev., 2015.
- CASCUDO, Câmara. *História da cidade do Natal*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *O livro das velhas figuras: Pesquisas e lembranças na história do Rio Grande do Norte*. v. 1. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1974.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. vol. I. Petrópolis: Vozes, 1994. Terceira Parte: Práticas de Espaço
- CHAKZEL, Amy. *Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República*. In: MAIA [et al.]. *História das prisões no Brasil*. V. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009,

- CHIANCA, Luciana. *A festa do interior: São João, migração e nostalgia em Natal no século XX*. Natal: EDUFRN, 2006.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70*. Natal, UFRN/CCHLA, 1995,
- COSTA, Marcos P. P. *Fernando e o mundo: o presídio de Fernando de Noronha no século XIX*. In: MAIA. *História das prisões no Brasil*. V. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- D'OLIVEIRA Rivaldo. *Escola Agrícola de Jundiá: ontem, hoje e amanhã*. Fundação José Augusto: Natal, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREITAS, Viltany; ARRAIS, Raimundo. *Boemia na praia: memórias e crônicas de Newton Navarro*. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH, 2013.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad.: Dante Moreira Leite. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- GOMES, Ângela M. de Castro. *A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro*. In: ____ [et. al.]. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 152-153.
- HOLSTON, James. *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. Tradução Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993,
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993,
- MAIA, Clarissa N. *A Casa de Detenção do Recife: controle e conflitos (1855-1915)*. In: MAIA [et al.]. *História das prisões no Brasil*. V. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- MARINHO, Márcia Maria Fonseca. *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque Natalense (1900-1930)*. Natal: UFRN, 2008. Dissert.
- NESI, Jeanne Fonseca Leite. *Natal monumental*. Natal: Fundação José Augusto, APEC, 1994, p. 44. (Coletânea de artigos publicados no jornal *O Poti*).
- NAVARRO, Newton. *Do outro lado do rio entre morros*. In: _____. *Obras completas*. Natal, Fundação José Augusto/ FIERN, 1998, p. 119.
- PAIVA, Eliziana de. *O cumprimento da pena à luz das garantias constitucionais: um estudo de caso na Penitenciária Central Doutor João Chaves*. Natal: UFRN, 2005. Monografia de pós-graduação.

- PEDROSO, Regina Célia. *Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002,
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. 2 ed. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992,
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/ Humanitas Publicações, v. 19, n.37, 1999. p. 195-216.
- SANT’ANNA, Marilene A. *Trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro*. In: In: MAIA [et al]. *História das prisões no Brasil*. V. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- SANTOS, R. M. B. ; ANDRADE, A. K. G. ; ARRAIS, R. P. A. ; MORAIS, H. N. B. . *A ponte sobre o Potengi: natureza e técnica na Belle Époque natalense*. In: Anais do III Encontro Estadual de História: História e Ética, 2008, Mossoró. III Encontro Estadual de História: História e Ética, 2008. p. 1-11. p. 4 e 5.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. *Os porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945*.
- SANTOS, Simone Valdete dos. SANTOS. Da Educação Profissional para o emprego, no PIPMO, para a Educação Profissional para a empregabilidade no PLANFOR. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.
- SANTOS, Leide Rodrigues dos. MOBIL: A representação ideológica do Regime Militar nas entrelinhas da alfabetização de adultos. In: *Revista Crítica Histórica*. Ano V, nº 10, dezembro/2014. ISSN 2177-9961. Salvador: UFAL, 2014, p. 310.
- SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. *Depois das fronteiras: A formação dos espaços de pobreza na periferia Norte de Natal*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2003. Dissert
- SILVA, Wesley Garcia Ribeiro. *Cartografia dos tempos urbanos: representações, cultura e poder na cidade do Natal (década de 1960)*. Natal : EDUFRN, 2011.
- SIMÕES, Carlos. *A lei do Arrocho: Trabalho, previdência e sindicatos no Regime Militar (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 93.
- SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. Por uma “Cidade Nova”: apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929)). Natal, RN, 2014. Dissert.
- SOUZA, Itamar. *Migrações para Natal*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1976.

SOUZA, Itamar. *Nova história de Natal*. Natal: Departamento Estadual de imprensa, 2008. p. 401.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *O poder municipal e as casas de câmara e cadeia: semelhanças e especificidades do caso potiguar*. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

TORQUATO, Arthur Luís de Oliveira. *O plantador de cidades e a criação do espaço moderno: a construção de uma Natal moderna na administração Sylvio Pedroza (1946-1950)*. – 2011. Dissert.,

TRINDADE, Cláudia. *Ser preso na Bahia no século XIX*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2012.

VIDAL, Maria do Socorro Carlos. *A ponte da exclusão*. Natal: Cooperativa Cultural UFRN, 1998, p. 18.